

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA

O MITO DEMOCRÁTICO-REVOLUCIONÁRIO PETISTA  
NA DÉCADA DE 1980: ESTUDO SOBRE UMA  
EXPERIÊNCIA RADICAL DE DEMOCRACIA

*Recife, fevereiro de 2005.*

RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA

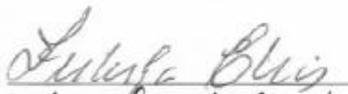
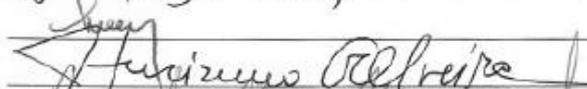
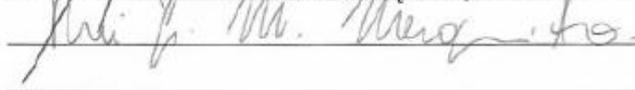
O MITO DEMOCRÁTICO-REVOLUCIONÁRIO PETISTA  
NA DÉCADA DE 1980: ESTUDO SOBRE UMA  
EXPERIÊNCIA RADICAL DE DEMOCRACIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco  
para obtenção do título de Mestre em Sociologia.  
Orientador: Joanildo Albuquerque Burity  
Co-orientador: Remo Mutzemberg

Recife, 2005.

**Ata da Sessão de Defesa de Dissertação de Mestrado de RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA, do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da Comissão designada para o **Exame da Dissertação de Mestrado de RUI GOMES DE MATTOS DE MESQUITA**, sob o título: **“O MITO DEMOCRÁTICO-REVOLUCIONÁRIO PETISTA NA DÉCADA DE 1980: estudo sobre uma experiência radical de democracia”**”. A Comissão foi composta pelos Professores: **Dr. Joaílido Burity - presidente/orientador; Dra. Silke Weber - Titular Interna – PPGS; Dr. Luciano de Oliveira - Titular Externo – PG em Ciência Política/UFPE**. Dando início aos trabalhos o **Dr. Joaílido Burity**, explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida passou a palavra ao autor da Dissertação, para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem o **Dr. Joaílido Burity**, presidente da mesa e orientador do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão **aprovando a Dissertação por unanimidade**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 25 de fevereiro de 2005.

  
\_\_\_\_\_  
Joaílido A. Burity  
  
\_\_\_\_\_  
Luciano de Oliveira  
  
\_\_\_\_\_  
Rui G. M. Mesquita  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Mesquita, Rui Gomes de Mattos de

O mito democrático-revolucionário petista na década de 1980 : estudo sobre uma experiência radical de democracia / Rui Gomes de Mattos de Mesquita. – Recife : O Autor, 2005.

vii, 143 folhas : il., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2005.

Inclui bibliografia e anexo.

1. Sociologia política – Mudança social. 2. Partido dos Trabalhadores – Discurso – Mito de democracia – Populismo – Década de 1980. 3. Sindicalismo – CUT – Estrutura sindical oficial – Debate clássico. 4. Metroviários – Estudo de caso. I. Título.

316.334.3 : 329  
306.26

CDU (2.ed.)  
CDD (22.ed.)

UFPE  
BC2005-074

## RESUMO

MESQUITA, Rui G. M. O MITO DEMOCRÁTICO-REVOLUCIONÁRIO PETISTA NA DÉCADA DE 1980: ESTUDO SOBRE UMA EXPERIÊNCIA RADICAL DE DEMOCRACIA. 150 F. DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, 2005.

Neste estudo tivemos por objetivo investigar o mito de democracia no discurso do Partido dos Trabalhadores (PT), nas práticas sindicais na década de 1980, focalizando a experiência sindical dos metroviários de Pernambuco. Percorremos, contudo, alguns caminhos prévios à análise daquela experiência sindical. Utilizando o instrumental analítico da Teoria do Discurso, de matriz pós-estruturalista, evidenciamos a contingencialidade do discurso petista no final da década de 1970 e início da década de 1980. Procuramos demonstrar que as ideologias não têm um vínculo natural com as classes sociais. Nesse contexto, o discurso petista, que denominamos de mito democrático-revolucionário, se constituía pela influência de duas lógicas antitéticas. A lógica da necessidade, que se funda numa noção objetivista do social, e a lógica da contingência, que se inscreve em uma dimensão política. A tensão entre essas duas lógicas refletia-se no sindicalismo petista numa disputa entre posturas mais autonomistas e outras mais abertas ao jogo democrático. Assim, pudemos perceber a institucionalização do PT, tendo como pano de fundo sua crítica ao populismo no Brasil. Por fim, através do contraste com a experiência radical de democracia dos metroviários de Pernambuco, evidenciamos a dimensão conservadora do discurso petista.

Palavras Chave: Mito democrático, discurso, ideologia, hegemonia, classes sociais, sindicalismo, partido e populismo.

## ABSTRACT

MESQUITA, Rui G. M. THE PT DEMOCRATIC-REVOLUTIONARY MYTH IN THE 1980 DECADE: STUDY ABOUT A RADICAL DEMOCRATIC EXPERIENCE. 150 F. DISSERTATION (MASTER DEGREE) – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, RECIFE, 2005.

In this study we research the myth of democracy in the Worker's Party-inspired trade unionist discourse in the 1980s, focusing on the experience of the subway workers in the state of Pernambuco. We had, nevertheless, to take up some previous paths in the analysis of that trade unionist experience. Making use of the post-structuralist matrix of Discourse Theory, we have highlighted the contingent character of the PT's discourse at the end of the 1970s and the beginning of the 1980s. We have tried to demonstrate that ideologies have no natural connections with social classes. In this context, the PT discourse, which we have denominated the democratic-revolutionary myth, was built from two antithetical logics. The logic of necessity, based on an objectivist notion of the social, and the logic of contingency, which is inscribed in a political dimension. The tension between these two logics was reflected in the PT trade unionism through a dispute between autonomistic positions and those more open to the democratic game. Thus, we could notice the party's institutionalization having its criticism of populism in Brazil for a background. At last, through the contrast with the radical democratic experience of subway workers, we have highlighted the conservative dimension of the PT discourse.

Key words: democratic myth, discourse, ideology, hegemony, social classes, trade unionism, political party, and populism.

Dedico este trabalho ao companheiro Kedenório, que deixou uma geração de metroviários com saudades de sua desbocada rebeldia.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha família, Telma, Raul e Luísa, que me proporcionaram um ambiente amoroso e compreenderam minhas constantes ausências. Também agradeço a meus pais, Raimundo e Rita, e minha sogra, Gilvanete, pelos socorros nos momentos de precisão.

Agradeço aos meus orientadores Joanildo Burity e Remo Mutzemberg. A dedicação e zelo na orientação desses professores foram fundamentais para a construção desse texto. Agradeço aos professores do PPGS, em especial a José Carlos Wanderley, que me recebeu no Programa com imensa gentileza, e às professoras Silke Weber e Eliane Veras pela importância que estão tendo para a minha formação. Às secretárias Zuleika e Ceres, agradeço pelo profissionalismo tão importante para a existência do Programa.

Agradeço aos colegas de curso que acompanharam e se preocuparam com a evolução dessa dissertação. Em especial gostaria de agradecer a Maurício pela amizade que construímos ao longo desses dois anos de curso. Especial agradecimento, também, faço aos colegas Davi, Marcelo e Rogério, pelas conversas, dicas e companheirismo.

Aos metroviários que se prontificaram a sair de suas rotinas e participar das entrevistas e àqueles que ajudaram na obtenção das informações e no restabelecimento de contatos.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer ao amigo Fábio André, por, durante duas décadas, compartilhar esperanças e preocupações sobre a sociedade.

## SUMÁRIO

Introdução	1
1. Mito de democracia: para além das classes sociais	7
1.1. Democracia e classes sociais	7
1.2. Teoria do discurso e mitos de democracia	15
1.3. Análise do discurso	31
2. O discurso petista e o mito democrático-revolucionário	36
2.1. Condições de emergência	37
2.2. Formação discursiva populista	39
2.3. O mito democrático-revolucionário	55
3. O mito democrático-revolucionário e o movimento sindical no Brasil	72
3.1. O debate clássico	73
3.2. O mito democrático-revolucionário e o movimento sindical cutista	88
4. Metroviários de Pernambuco	100
4.1. Metodologia	100
4.2. Estação sindicato: solicitamos a todos que desembarquem nessa estação	102
4.3. Constituindo identidade: “4x2x3: é prá ficar de vez!”	105
4.4. A repressão: fugindo do isolamento	116
4.5. A avaliação: construindo o significado da greve	120
4.6. Oxente, o metrô (realmente) é da gente?	127
5. Considerações finais	133
6. Referência bibliográfica	139
7. Anexo	143

## Introdução

---

Num domingo, em junho de 1987, o conjunto dos maquinistas do Metrô do Recife (Metrorec) implantou, à revelia da empresa, uma nova escala de serviço. Tal evento surpreendeu não só a empresa, mas também boa parte da diretoria do sindicato da categoria (SINDMETRO). Este último tinha fortes vínculos com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e era amplamente hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O caráter radicalmente democrático do evento mencionado, como veremos mais adiante, pode se revelar de especial interesse para o estudo do mito de democracia do referido partido na década de 1980.

A escala então vigente obedecia ao ciclo de seis turnos diurnos – manhã, tarde ou vespertino -, uma folga, três turnos noturnos e duas folgas (6x1x3x2). Os turnos de trabalho eram todos de oito horas e o ciclo perfazia um total de 42 horas semanais<sup>1</sup>. Por sua vez, a escala implantada pelos maquinistas obedecia ao ciclo de quatro turnos diurnos – manhã, tarde ou vespertino -, dois turnos noturnos e três folgas (4x2x3). Desta feita, os turnos diurnos eram de seis horas e os turnos noturnos de oito horas. Tal escala perfazia um total de 37,33 horas semanais.

O movimento pela implantação da referida escala tem alguns antecedentes que precisam ser explicitados. A data base da categoria metro-ferroviária, em nível nacional, era no dia 1º de maio. Nesse contexto, havia uma negociação unificada em nível nacional com a Direção Geral da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) e com a Agência Central da CBTU (Companhia Brasileira de Trens Urbanos) que, como subsidiária da RFFSA, administrava o sistema metroviário. Na

---

<sup>1</sup> Os dados referentes à carga das escalas foram gentilmente cedidos por técnicos da empresa.

campanha salarial do ano de 1987, como resultado das negociações, conseguiu-se instituir uma pauta de reivindicações locais a ser negociada com as Superintendências de Trens Urbanos (STU). No caso da STU/REC (Metrorec) o acordo coletivo local já previa a instalação de uma comissão paritária para o estudo da viabilidade de implantar-se uma escala alternativa que reduzisse a jornada de trabalho.

Durante o período de negociação, na referida comissão, os maquinistas confeccionaram a escala 4x2x3 que passaram a defender. Do ponto de vista técnico, segundo vários agentes sociais envolvidos nesse episódio, a escala era perfeitamente viável e poderia ser implantada, mesmo que fosse em caráter experimental, sem maiores problemas para o Metrorec. A empresa, contudo, não optou por sua implantação, adotando a estratégia de postergar qualquer acordo. Os maquinistas, por sua vez, que gozavam de bastante autonomia em relação ao Sindicato dos Metroviários de Pernambuco (SINDMETRO), resolveram implantar tal escala a revelia da empresa e, por dois dias, assumiram o controle da operação de trens no Metrorec<sup>2</sup>.

A essa implantação seguiu-se um processo de repressão ao movimento, que foi acompanhado pelo então presidente da CUT<sup>3</sup>, Dílson Peixoto, e pelo então presidente do PT, Fernando Ferro. Na ocasião, três dirigentes do sindicato e cinco lideranças de base, que foram inicialmente afastados do trabalho e depois submetidos a um processo judicial, foram transferidos para outros estados da federação. A luta da categoria e do SINDMETRO, contudo, prosseguiu.

A referida entidade, que fora fundada no início de 1987 - e que já passara pela experiência de participar da greve geral de dezembro de 1986, ainda como Associação -, seguiu organizando movimentadas campanhas salariais. Participou, outrossim, da

---

<sup>2</sup> Os maquinistas tiveram o apoio informal, de última hora, de alguns dirigentes do SINDMETRO.

Muitos outros dirigentes, contudo, foram surpreendidos pelo ocorrido.

<sup>3</sup> A CUT havia sido fundada em 1983.

greve geral de julho de 1989, na qual promoveu uma ocupação no Posto de Movimento de Recife, local de trabalho dos maquinistas. Tal ocupação ocorreu para impedir que os supervisores de trem, orientados pela direção da empresa, operassem os trens. Após tensos momentos de negociação, com a presença ameaçadora da Tropa de Choque da Polícia Militar, a categoria retirou-se sob a promessa de que os trens não iriam circular.

Nesse quadro de luta, ainda no ano de 1989, e já sob o clima da possibilidade da eleição de Luís Inácio Lula da Silva para presidente da República, houve a realização de um seminário intitulado “Oxente o Metro é da Gente”. Tal iniciativa tinha por objetivo discutir aspectos distintos em relação à empresa: a sua política de gestão de pessoal, que era tida como bastante autoritária; a sua relação com a chamada população lindeira (que habita às margens da linha do metro); as estratégias de integração do metrô com o sistema rodoviário, entre outros. Tal seminário deu-se nas dependências da empresa e com a colaboração dos seus gerentes.

Dessa experiência, aqui descrita de forma bastante breve, escolhemos dois eventos que nos pareceram emblemáticos para o objetivo geral dessa pesquisa, que foi estudar o discurso petista como um mito de democracia na década de 1980<sup>4</sup>. O primeiro deles foi o movimento pela 4x2x3 e o segundo foi o seminário “Oxente o Metro é da Gente”. Tal escolha adveio do fato de representarem momentos visivelmente diferenciados da práxis dos metroviários na década de 1980. Assim, a implantação da escala revela uma ação extremamente antagônica à ordem social vigente. Já a realização do seminário conota uma postura propositiva e integradora por parte dos metroviários. É percebendo certa tensão entre forças sociais que se

---

<sup>4</sup> Esclarecemos ao leitor que não nos propomos proceder a um levantamento histórico preciso dos eventos selecionados. Nossa intenção é a de perceber como o mito de democracia do discurso do PT na década de 1980 pode ser ilustrado a partir da experiência político-sindical dos metroviários de Pernambuco. Sendo assim, nos reportaremos exclusivamente àqueles pontos que possibilitem tal ilustração.

antagonizam ou se articulam, no contexto de transição democrática vivido na década em questão, que colocamos como desafio analisar tais relações.

Nesse quadro, a experiência sindical dos metroviários é tomada como um fenômeno político espontâneo, no sentido de que não emergiu diretamente dos quadros partidários (PT) que dirigiam o SINDMETRO. Sua relação com o mito de democracia do PT pode, então, mostrar-se emblemática, por ser reveladora do nível de institucionalização de um partido cujo discurso mítico se pretendia autônomo frente aos padrões e ao Estado burguês. É, pois, a partir da reflexão sobre uma experiência radical de democracia, que pudemos perceber a tensão entre o mito de democracia petista e o discurso espontâneo dos metroviários. O episódio do Seminário, por outro lado, nos servirá como contraponto para percebermos a presença das forças integradoras constitutivas do mito.

Temos, contudo, consciência da impossibilidade de apreendermos inteiramente o complexo processo que possibilitou a materialização daqueles episódios. Sendo assim, focalizaremos aqueles pontos que nos remetem e ilustram o mito que pretendemos estudar. *Primeiramente* cumpre situar o contexto histórico em que se deram aqueles eventos. Vivia-se, como já foi dito, um processo de transição democrática: a Assembléia Constituinte, instalada em 1986, representou um ponto alto daquela transição. Os debates ocorridos no período da Constituinte aglutinaram reivindicações represadas ao longo do período autoritário e a discussão acerca da redução da jornada de trabalho, no âmbito dos direitos trabalhistas, era uma questão relevante.

Supomos, assim, que o movimento pela 4x2x3 já fora influenciado pela discussão parlamentar em curso. Entretanto, tendo como pano de fundo uma acirrada disputa em torno da significação de “democracia”, anunciava-se certa tensão que se materializava na disputa de um lócus para se estabelecer direitos: se pela via institucional, tendo como referência o parlamento, ou se pela via da negociação direta.

Para uma política da esquerda revolucionária, essa última opção significava diminuir o nível de investimento na chamada “frente institucional”. Dessa forma, nos propomos a verificar as fortes conexões entre a experiência dos metroviários e o mito de democracia do discurso petista no contexto de transição democrática.

Podemos, grosso modo, definir esse quadro de disputa política, acerca do que deveria significar democracia, em dois grandes blocos. A Aliança Democrática, composta pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Partido da Frente Liberal (PFL), apostava na construção de uma democracia representativa, nos moldes do pensamento liberal. O PT, fundado em 1980, ao contrário, capitaneava um bloco de esquerda que defendia uma democracia participativa e direta, com um teor predominantemente social. Nesses termos, os trabalhadores não deveriam aceitar os limites do que comumente se denominava “democracia burguesa”. As conquistas dos trabalhadores seriam “obras dos próprios trabalhadores”.

O discurso do PT, entendido como um mito de democracia presente tanto no sindicalismo cutista como na experiência dos metroviários, só pode ser devidamente apreendido levando-se em consideração o quadro de transição democrática. Note-se que o movimento sindical cutista avançava a olhos vistos junto à categoria metroviária e no movimento sindical como um todo, seja através de importantes conquistas pela via das oposições sindicais, seja pela criação de novos sindicatos<sup>5</sup>.

Para levar a cabo nossos objetivos, contudo, tivemos que percorrer um longo caminho. Trabalhamos, assim, no primeiro capítulo, os conceitos teórico-metodológicos que acreditamos serem mais adequados à tarefa que nos propomos. Envidamos, assim, esforços no sentido de situar o lugar de nossa pesquisa dentro da tradição da sociologia

---

<sup>5</sup> Na década de 1980 fundaram-se os sindicatos dos metroviários de Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife.

política. Nesse momento retomamos, sob a perspectiva da Teoria do Discurso, discussões clássicas sobre democracia e mudança social, embora não seja nosso objetivo esboçar um quadro teórico abrangente sobre o tema. Particular atenção foi dispensada para a conceituação de mito como um discurso que investe num sujeito antagônico aos discursos hegemônicos, como parece ser o caso do PT na década em estudo.

No segundo capítulo, em conexão com o contexto histórico da transição democrática na década de 1980, examinamos as condições de emergência do discurso do PT. Para tal intento, delimitamos algumas formações discursivas presentes ao longo da história política brasileira, que nos pareceram importantes para a constituição daquele discurso. Tal escolha deu-se tanto pela constatação dos aspectos afirmados quanto dos negados pelo discurso do partido. Consideramos, portanto, numa perspectiva diacrônica, as influências discursivas historicamente constituídas, anunciadas ou repudiadas pelo PT. Isto feito, nós criamos as condições necessárias para fazer, num segundo momento do mesmo capítulo, uma análise do discurso que nos ocupa, considerando uma complexa rede de relações sincrônicas, que remetem às mudanças ocorridas ao longo da década de 1980.

No capítulo seguinte, analisamos o discurso do PT no que se refere ao sindicalismo. Também nesse capítulo, tivemos que considerar ambas as dimensões constitutivas de um discurso – a diacrônica e a sincrônica. Recorremos, pois, às clássicas discussões acerca do sindicalismo na tradição marxista, por um lado, e, por outro, aos aspectos contingenciais, que configuravam tal discurso, tido como um mito de democracia.

No último capítulo, à luz das análises e considerações teóricas até então construídas, foi possível visualizar algumas manifestações do mito de democracia em pauta na prática política dos metroviários. Pudemos, assim, explicitar as relações entre processos microssociais e processos macros, onde se manifestam continuidades e descontinuidades, alterando relações de poder e redefinindo composições sociais.

## 1. Mito de democracia: para além das classes sociais

---

Para perceber a relação entre o discurso petista acerca do movimento sindical e a experiência política dos metroviários, tendo como pano de fundo a transição democrática da década de 1980, fazem-se necessários dois procedimentos. *Primeiro*, situar o lugar sociológico desse estudo, levando-se em consideração o objetivo de estudar uma experiência sindical num contexto de transição democrática. Elegemos, então, tendo em mente que o imaginário marxista é constitutivo do discurso petista, a relação entre classe social e democracia como eixo de discussão.

Segundo, expomos os pressupostos teóricos que possibilitaram a consecução dos nossos objetivos. Assim, tentamos demonstrar que o conceito laclauiano de mito é pertinente ao estudo da democracia, principalmente no que concerne a sua relação com o sindicalismo. Acreditamos que tal conceito, ao evidenciar o não-pertencimento de classe das ideologias, possibilita o olhar mais atento aos fenômenos da agência e da mudança social.

### 1.1. Democracia e classes sociais

Discutir democracia é, fundamentalmente, discutir sobre o lugar do político na sociedade. Bottomore (1981: 7-18) chama a atenção para o fato de que a moderna ciência política, em sua opinião “indistinguível” da sociologia política, teria operado, a partir do século XVIII, uma distinção entre o político e o social. O autor então cita o paradigma marxista para exemplificar um pensamento que privilegia a determinação da esfera econômica (compreendida pelo social) sobre o político. Esse paradigma, no

contexto da revolução industrial, teria uma importância relativamente maior que a revolução democrática. Essa última ganharia destaque com Tocqueville, citado como representante de uma linha antitética à primeira. Tal pensador considerava, então, haver uma “efetividade” na esfera política, ou seja, uma autonomia em relação à esfera social.

Tom Bottomore reconhece, no entanto, que se tratam de modelos tomados esquematicamente e que, assim como seus representantes já o faziam, os estudiosos que os seguiram vêm tratando a questão de forma refinada e considerando as influências recíprocas das esferas em questão. Nesse sentido, várias são as ramificações desse debate e várias as questões relevantes que têm surgido. Para os nossos objetivos, entretanto, daremos uma maior atenção à relação entre democracia e classes sociais<sup>6</sup>, tendo como pano de fundo a importância da agência para a mudança social. Tal opção se justifica pela conexão que tentaremos estabelecer entre esse eixo de discussão e o conceito de mito que adotamos. Nessa perspectiva, o político é tido como constitutivo do social, o que nos remete à questão da não-existência de identidades fixas, tal como acontece com o conceito de classe social no paradigma marxista. Nesse sentido, o processo de redefinição das identidades, interfere nos interesses e direitos a serem reclamados pelos agentes sociais.

Para aprofundarmos essa discussão, recorremos a Lefort (1987: 37) que, contrapondo-se às teorias essencialistas, que atribuem identidades fixas e interesses objetivos aos agentes sociais, se propõe a responder a pergunta: “Os direitos do homem dependem ou não do campo da política?”. Afirma, então, de forma bastante lúcida, que “esta questão surge nas condições históricas em que vivemos e

---

<sup>6</sup> Democracia e classes sociais são para Bottomore (1981) elementos essenciais, embora não os únicos, para a construção de uma ciência política.

testemunhamos uma nova sensibilidade para o político e o direito. Ela se impõe a todos aqueles que não mais se satisfazem com uma análise em termos de relações de produção, menos ainda em termos de propriedade” (Lefort, 1987: 38).

Ao assim proceder, Lefort nos remete à desnaturalização do direito. Como corolário, a instituição do social teria sua origem na esfera (da disputa) política e os agentes sociais não teriam lugares fixos numa topografia social. Assim, de acordo com esta compreensão, no que tange à clássica antítese entre o político e o social, há um borramento das fronteiras do que pertence ao público e ao privado, ao político e ao econômico. Ou seja, através de um processo de criação de direitos, há um constante redesenho da ordenação social. As instituições (o Estado), dessa feita, não podem mais ser consideradas como mero reflexo das forças produtivas. Assim, tal processo amplia e redefine os espaços do político.

Isto posto, apontamos para a superação das teorias que preconizam um efeito preferencial de causalidade a dada esfera da sociedade. Assim, o processo de mudança social não é regido por leis objetivas, mas por um complexo intercâmbio entre as diversas esferas da sociedade. Nesse contexto, os interesses das classes sociais não são estabelecidos no processo produtivo, mas, ao contrário,

“o modo e a intensidade do antagonismo dependerão, por fim, em boa medida, do modo em que o agente social está constituído fora das relações de produção. Agora sim, quanto mais nos afastamos de um nível de mera subsistência, tanto mais as expectativas do trabalhador estarão ligadas a uma certa participação dos trabalhadores em uma variedade de esferas e de uma certa consciência de seus direitos; e quanto mais os discursos democrático-igualitários tenham penetrado a sociedade, tanto menos aceitarão os trabalhadores como natural a limitação de seu acesso a um conjunto de bens sociais e culturais” (Mouffe & Laclau, 1993: 141/142).

Aflora aqui a questão sociológica da constituição das identidades dos sujeitos, pois se não há uma racionalidade intrínseca ao social e, por consequência, possibilidade de um sujeito que a *encarne*, coloca-se a seguinte questão: A partir de

que referencial se articulam os discursos políticos e os sujeitos da política? A abordagem do sujeito na psicanálise lacaniana parece ser útil nesse contexto por adotar o critério relacional, ou seja, o sujeito não se constitui por si próprio ou por uma estrutura que lhe seja externa, mas é forjado relacionalmente, no bojo das práticas sociais, através da linguagem, que é o elemento constituinte do inconsciente (Nasio, 1989). Dessa forma, o processo de constituição identitária, por parte dos agentes sociais, não é do tipo positivo, mas se dá pela negação do que se lhe configura como exterior.

A consideração do caráter “relacional” da identidade significa, assim, a presença do Outro para a constituição dessa identidade. Tal fato tem repercussões óbvias para uma teoria da democracia, pois tal regime é uma forma particular de reconhecimento do direito de existência dos competidores. Ao invés de se caracterizarem como inimigos mortais a serem destruídos, eles seriam tidos como adversários (Laclau e Mouffe, 1985: 149-193). Sendo assim, numa perspectiva pós-estruturalista de mudança social, abandona-se a dimensão fundacional da emancipação. Essa nutre a crença num fundamento do social, no qual se erige o discurso emancipatório radical. Não deixaria, assim, resquícios da sociedade antiga na emancipada. Abandona-se também a dimensão holística da emancipação, que afetaria todas as áreas da vida social (Laclau, 1994: 29-30). Ambas as dimensões fazem parte do imaginário marxista apontado por Bottomore e estão presentes no mito de democracia do discurso petista que analisaremos.

Entretanto, a teoria gramsciana, mesmo dentro do paradigma marxista, pode nos ser particularmente útil neste ponto. Isto porque rompe com o determinismo econômico da vertente mecanicista do marxismo e, sob o impulso da crescente complexidade da sociedade civil, considera a necessidade de novas formulações teóricas. Refere-se, assim, à “formação de uma vontade coletiva nacional-popular” e à

“reforma intelectual e moral” (Gramsci, 1978: 9) como tarefas políticas colocadas ao “moderno Príncipe” (os partidos comunistas). Subjacente a tais considerações está a multiplicidade de sujeitos presentes em sua contemporaneidade e a importância do político para as transformações sociais. Para o comunista sardo “o programa de reforma econômica é exatamente o modo concreto através do qual se apresenta toda reforma intelectual e moral” (ibidem). Ou seja, através da relativização de “leis objetivas”, que regeriam a transformação social, ele consegue superar a crença no caráter crescentemente dual da sociedade moderna nutrida pela III Internacional Comunista. Este se traduziria na divisão da sociedade em dois campos antagônicos e identificáveis: os capitalistas e a classe operária. Assim é que Gramsci consegue perceber que para a “filosofia da práxis” (marxismo) “não existe uma ‘natureza humana’ abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência); mas que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas” (Gramsci, 1978: 9).

Tais formulações nos permitem relativizar, ainda nos limites do marxismo, a apreensão do político como mero epifenômeno. Uma concepção radicalmente diferenciada de ação social, no entanto, exigirá o rompimento com noções essencialistas de sujeito, no nosso caso, ligadas ao conceito de classes sociais. Essa ação, assim, não seria mais concebida como reflexo de uma essência de sujeito e as identidades coletivas se constituiriam a partir de disputas políticas, que são essencialmente contingentes. Tal concepção leva a conclusão de que

“o Estado democrático excede os limites tradicionalmente atribuídos ao Estado de direito. Experimenta direitos que ainda não lhe estão incorporados, é o teatro de uma contestação cujo objeto não se reduz à conservação de um pacto tacitamente estabelecido, mas que se forma a partir de focos que o poder não pode dominar inteiramente” (Lefort, 1987: 56).

Abre-se, assim, um processo contínuo e infinito de reconstituição de identidades que expressa a impossibilidade de qualquer discurso atingir uma representatividade plena do social. De fato, qualquer ordenação do social em uma totalidade objetiva remonta a uma “invenção” sempre instável e sujeita à disputa política. Tal invenção, por sua vez, não surge do nada. Ao contrário, se constrói discursivamente<sup>7</sup> a partir de um arranjo social que lhe é pré-existente e que se apresenta como o lócus onde as identidades se forjam.

É assim que, segundo Derrida (1995), a atividade da bricolagem em Lévi-Strauss, longe de se restringir ao campo lingüístico, remete a uma prática social mitopoética que nunca se fecha. Dado o referido caráter contingente e instável de todo discurso, abre-se sempre a possibilidade para que se estabeleça o antagonismo social mobilizado a partir daqueles setores da sociedade que não se sentem representados pelo poder instituído. Outrossim, nas palavras de Mutzemberg (2003: 49), o “antagonismo social tem... uma dupla função: a de estabilizar, por ser condição para a constituição e sustentação das identidades sociais, e de desestabilizar, por ser uma ameaça à própria identidade”. Ainda para esse autor, tal ambigüidade se reflete nas manifestações coletivas que se posicionam “entre a ordem e a reconstrução social” (ibidem).

Dito isso, podemos considerar a importância desse entendimento para o estudo da prática política dos metroviários. Uma ação antagônica (criação de novos direitos), tal como supomos ter sido a do movimento pela escala 4x2x3<sup>8</sup>, nem sempre é engendrada a partir dos discursos chamados “orgânicos”, já estabelecidos, como no caso dos partidos políticos. Tais discursos inserem-se na lógica de uma estrutura discursiva e limitam o antagonismo à mera *diferença* num sistema totalizante

---

<sup>7</sup> Ver definição do conceito de discurso mais adiante.

<sup>8</sup> Lembrar que tal movimento se deu antes da aprovação na Constituição do turno de seis horas para quem trabalhasse em turnos ininterruptos de revezamento.

(universal). Dessa forma, são a contingência e particularidade das relações antagônicas, para além da objetividade dada do social, que fazem surgir situações dicotômicas radicais, que podem, inclusive, antagonizar com seus pretensos representantes, como acreditamos ter ocorrido com os metroviários.

É nesse sentido que a “política pequena” (dos maquinistas) ganha relevância teórica. Apesar de Gramsci (1978: 90) considerar que “seria possível estudar concretamente a formação de um movimento histórico coletivo, analisando-o em todas as suas fases moleculares”, ele considerou que, como isso era metodologicamente inviável, se fazia necessário utilizar “as correntes de opinião já constituídas em torno de um grupo ou de uma personalidade dominante” (ibidem). Por nosso lado, consideramos que tal entendimento advém do fato de Gramsci, como apontam Laclau e Mouffe (1985), não ter rompido com o pressuposto teórico-metodológico, que tem a classe operária como um sujeito universal, destinado a realizar a tarefa histórica de superação do capitalismo.

Numa perspectiva pós-estruturalista, consideramos a contingencialidade dos fenômenos de antagonismo social. Estes podem começar a se articular no âmbito da pequena política, ou no que correntemente se chama de *local* em contraposição ao *universal* ou global. Assim, a prática política das forças ditas “espontâneas” ganham importância teórica, pois, de acordo com o que vimos, todo discurso pretensamente universal tem uma origem no local. No entanto, tais práticas, uma vez imersas nas práticas articulatórias hegemônicas, não existem às margens de processos mais amplos. Por essa ótica, a democracia não pode ser mais vista dentro de um quadro meramente procedimental, sendo seu significado sempre posto à disputa política. É aqui que o conceito laclauiano de mito pode ser útil ao estudo da democracia. Isso porque o discurso mítico articula elementos cujos sentidos não foram fixados pelos discursos hegemônicos ou desses começam a se “desprender”.

Assim, refletindo sobre uma questão recorrente na literatura política recente, qual seja, a importância de uma “cultura cívica” para o aprofundamento do processo democrático, Burity (1995: 189-190) aponta o local como um *lócus* privilegiado do fazer político atual, pois se percebe “um retorno ao local, uma tentativa de repensar o padrão das políticas públicas, muito a partir de experiências localizadas, fragmentadas em alguns casos”. Burity também chama a atenção para a pluralidade dessa nova cultura política cuja maneira de “ser” vem se materializando na “criação e construção de redes: redes de solidariedade, de assessoria, de informação, de comunicação, de militância, de articulação política” (idem: 193). Tal fenômeno traz consigo o deslocamento do papel do Estado enquanto referência única e central para a solução dos problemas sociais. As dimensões política e social, dessa forma, se constituem mutuamente e o processo de criação de novos direitos remete não raro à pequena política.

Nesses termos, pensar a ação social pode se apresentar como uma tarefa menos árdua se nos referirmos ao quadro construído por Mutzemberg (2003), desde a perspectiva da teoria do Discurso em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Nesse quadro, o autor parte dos seguintes conceitos: a) *discurso*: totalidade relacional de uma seqüência de significados que juntos constituem uma referência mais ou menos coerente ao dito e feito<sup>9</sup>; b) *momento*: posição diferencial articulada através do discurso e c) *elementos*: diferenças não articuladas discursivamente.

Temos, então, como se pode ver abaixo, dimensionados três tipos de ação coletiva: o comportamental, o conflitual e o antagônico. O primeiro nível pouco nos interessa, visto que se limita a uma “cidadania regulada”, ou seja, não oferece a menor ameaça ao *status quo* – a ordem. O nível conflitual se caracteriza pelo que Mutzemberg chama de “movimento social *lato sensu*”, que se concentra na

---

<sup>9</sup> Perceba-se que em Laclau e Mouffe ação é parte inseparável da noção de discurso.

interpretação do direito. Assim, tais movimentos manipulam, principalmente, “posições diferenciais” nos limites de significação dos discursos hegemônicos.

PROCESSO POLÍTICO – LUTA HEGEMÔNICA		
Aderência a uma configuração hegemônica	Conflitos no interior de uma lógica hegemônica	Manifestação de um antagonismo
Naturalização: padrões de comportamento.	Processos decisórios e operacionais.	Negação dos sentidos fixados.
Cidadania regulada (Positivação do direito)	Cidadania política (Interpretação do direito)	Cidadania como direito a ter direito (Criação de direitos)
Comportamentos	Movimento <i>Lato Sensu</i>	Movimento <i>Stricto Sensu</i>

Fonte: Mutzemberg (2003: 54).

Diferentemente, os movimentos antagônicos trabalham com a dimensão da criação de novos direitos e rompem com os sentidos fixados. Nessa perspectiva, “mesmo nas sociedades que estabeleceram instituições democráticas... há um persistente desencorajamento de qualquer ação política que ocorra fora da estrutura tradicional da política do partido e das disputas eleitorais” (Bottomore, 1981: 23). Há, pois, uma tendência a se instituir formas legítimas de ação política. Tais regras se dão nos limites de um campo de significação e limitam-se a articular as posições diferenciais acima referidas.

Dito isso, emerge a necessidade de um suporte teórico que nos possibilite uma compreensão aprofundada acerca dos fenômenos de antagonismo social, que acreditamos estar presente na prática dos metroviários. O conceito laclauiano de mito, que esboçaremos em seguida, pode responder satisfatoriamente a essa necessidade.

## 1.2. Teoria do discurso e mitos de democracia

Para discutir a formação de mitos de democracia em nossa sociedade, partimos da compreensão de que todo processo social (de significação) possui uma dimensão

simbólica. Considerando a impossibilidade de um acesso direto ao real, um signo não guarda correspondência com os objetos de forma direta. Sendo assim, o “real”, apesar de existir materialmente, tem que ser “construído”, composto em “realidade” (Carontini & Peraya, 1979). Usando uma terminologia laclauniana, poder-se-ia dizer que os significantes, especialmente os que cumprem uma função política, como é o caso de democracia, são vazios. Isto quer dizer que nenhum significado pode-lhes ser naturalmente imputado<sup>10</sup>. Assim, em uma perspectiva pós-estruturalista, toda aproximação ao real é da ordem do simbólico, mesmo quando envolve ou lida com suas expressões mais materiais. Nossa preocupação é quanto ao grau de liberdade de significação por parte dos sujeitos.

De acordo com Saussure (Carontini & Peraya, 1979: 2-6), todo discurso se insere em uma “comunidade social” e, nesse sentido, não pode romper radicalmente com as convenções que regem a língua adotada historicamente por essa comunidade. Dessa forma, as práticas significantes (envidadas por agentes sociais concretos) são consideravelmente limitadas pela necessidade do sujeito significar. Isto porque essa significação requer receptores que devem comungar um “campo de significação”. Como o veículo – histórica e socialmente constituído – de significação é a língua, justifica-se a tese laclauniana (Laclau, 1993) da autonomia relativa dos sujeitos em relação à estrutura social. Este último ponto será retomado em seguida. Por ora, nos interessa esclarecer que a necessária remissão dos sujeitos ao referido campo de significação, nas práticas significantes, expressa o caráter social do processo de significação. Ou seja, aos agentes sociais concretos não é permitida uma livre prática significativa, no sentido de intencionalidade ou criatividade individual, sem que se

---

<sup>10</sup> Note-se que em todo caso concreto, os significantes sempre aparecem articulados a significados. O que aqui se coloca é a inexistência de uma ligação natural entre os dois.

remeta ao que está instituído socialmente ou a relações sociais.

Nesse contexto, o campo de significação é formado a partir de uma circulação de sentidos que dependerá, segundo a leitura que Carontini & Peraya (1979: 15) fazem de Charles Peirce, da presença de um *interpretante*. Esse último se coloca entre o signo a ser transmitido e o receptor/destinatário. Só assim determinado objeto pode ser significado e inserido no circuito da comunicação. Em última análise, é essa mediação que garante a necessária vinculação da língua às relações sociais. As regras da língua não podem ser entendidas como um sistema fechado que estabelece seu funcionamento do ponto de vista exclusivamente lógico e metafísico. Ao contrário, esse interpretante requer, para garantir a sua circulação, outro interpretante. Tal processo se dá em uma *cadeia de equivalências*<sup>11</sup>, que, por sua vez, se constitui contextualmente nas práticas sociais (significantes) vigentes. Assim, a constituição de novas cadeias ocorre relacionalmente às cadeias já existentes, o que fixa significados e restringe o processo de fluxo contínuo de significação.

Podemos então antever, uma vez que se descarte a autonomia da língua, que a arbitrariedade implícita no “laço” entre significante e significado não depende “da livre vontade do sujeito falante” (Carontini & Peraya, 1979: 59). Há, isso sim, uma fixação de sentidos que é socialmente estabelecida pelos agentes sociais. Ou seja, requer, com vistas à mutação da significação, práticas significantes (articulatórias) capazes de conservar ou imputar (novos) sentidos aos signos. Deixe-se claro que tais equivalências são constitutivas da realidade que tem, dessa forma, o caráter simbólico ao qual nos referimos. Assim, apesar de pretender uma objetividade, não são transparentes nem unívocas. De acordo com Lacan (cf. Žižek, 1996), esse processo de

---

<sup>11</sup> O termo cadeia de equivalências passa, a partir de agora a substituir “circuito de comunicação”, por entendermos que expressa uma noção de discurso que engloba o não lingüístico de forma mais evidente.

simbolização não consegue abarcar a totalidade do *real*. Haverá sempre “espectros” que emergem como possibilidade para a articulação de novos laços que advêm de elementos excluídos<sup>12</sup> pelos discursos hegemônicos. Esses espectros são potencialmente antagônicos a tais discursos. Esse seria virtualmente o ponto de onde os discursos míticos articulam uma crítica da ideologia e que nos será útil mais adiante. Isso porque a experiência dos metroviários nos remete a essa tentativa local de articular novos significados. Tal tentativa, como veremos mais adiante, esbarraria em sentidos fixados numa estrutura discursiva hegemônica, tanto no âmbito do sistema político como no próprio campo da prática de esquerda, embora tenha suas condições de emergência facilitadas pela conjuntura de transição democrática.

Vimos, então, que reconhecer o caráter social da constituição de cadeias de equivalência significa limitar o desejo de significação por parte dos sujeitos. No entanto, os sentidos são enunciados desde uma posição de sujeito, o que significa não tomar tais sentidos por evidentes ou autodefinidos. Isso porque essa posição de sujeito é “organizada no âmbito de uma estrutura discursiva essencialmente instável” (Laclau, 1986: 43). Quando falamos, pois, de cadeia de equivalências, nos remetemos às práticas articulatórias que ocorrem a partir de diferentes posições de sujeito e imprimem um caráter ambíguo e instável aos sentidos. Tais práticas destinam-se a construir novas cadeias de equivalência e, assim, afetar aqueles sentidos fixados (momentos) na estrutura discursiva hegemônica.

Uma cadeia de equivalências se constitui através da dissolução de outras cadeias de equivalência constitutivas do discurso hegemônico. Assim, tomando vantagem da precariedade de todo sistema diferencial engendrado pelas cadeias de equivalência (que fixa sentidos), articula *elementos* de forma a imprimir-lhes novos

---

<sup>12</sup> Não integrados ao sistema de significação hegemônico.

sentidos. Faz parte de sua lógica inaugurar um antagonismo que subverte a objetividade e “que se estabelece como o limite do social” (Laclau e Mouffe, 1985: 128). Divide, pois, o campo político em dois campos opostos, numa dimensão negativa.

A lógica da diferença trabalhará no sentido oposto àquele da lógica da equivalência. Ao invés de inaugurar nova cadeia de equivalências que, como vimos, numa perspectiva *negativa*, estabelece o antagonismo entre pólos opostos; a lógica da diferença “consiste na expansão de um dado sistema de diferenças (momentos), dissolvendo as cadeias de equivalências existentes e incorporando aqueles elementos desarticulados numa ordem em expansão” (Howarth e Stavrakakis, 2000: 11). Qualquer antagonismo, por essa lógica, estaria circunscrito nas margens da sociedade, mas não seria *exterior* ao sistema de diferenças (ou cadeia de equivalência) do discurso hegemônico. Um contexto de transição democrática, assim, caracterizado como um deslocamento na estrutura política, facilitaria o surgimento de práticas democráticas radicais. Tais práticas, como acreditamos ter sido o caso dos metroviários, devem ser entendidas a partir da consideração dessas duas lógicas.

Cumprir chamar a atenção para o fato de que o antagonismo tem a capacidade de subverter a ordem positiva vigente, mas através de práticas articulatórias contingentes, que não se apresentam, igualmente, como pura objetividade. Sendo assim, “negatividade e objetividade existem apenas através de suas subversões recíprocas, isso significa que nem a condição de total equivalência, nem a de uma total objetividade diferencial são completamente alcançadas” (Laclau e Mouffe, 1985: 129). É no jogo dialético entre antagonismo e objetividade que os *espaços do político* e as identidades coletivas estão em constante redefinição.

Como corolário não se deve conceber mudanças sociais que pressuponham uma

radical fundação do social (Laclau, 1994). Isso se torna aqui uma questão fundamental, pois tem importantes repercussões para a discussão sobre democracia. Se o social não se apresenta como assentado num fundamento objetivo e dado, igualmente não se pode conceber sujeitos, cuja essência remontaria a tal fundamento. Sendo assim, consideramos que todo sujeito é mítico, constituído através de práticas articulatórias envidadas dentro de um quadro conjuntural específico. As práticas sindicais, assim, não devem ser pensadas a partir de uma noção das tarefas históricas a serem cumpridas pelos trabalhadores, definidas objetivamente a partir de uma teoria (como o marxismo), mas a partir da percepção das oportunidades surgidas para a consecução de novas práticas significantes. Sente-se, então, a necessidade de se aprofundar o conceito de mito e sua relação com a democracia.

Para Barthes, “postular significação é recorrer à semiologia” (Barthes, 1985: 133). As ciências que o fazem são “ciências dos valores; não se contentam em circunscrever o fato: definem-no e exploram-no como um *valor de equivalência*” (ibidem). Os mitos de democracia, então, devem ser vistos dentro de uma cadeia semiológica. A significação mítica está sempre em relação a outros valores. Seus sentidos, que são historicamente constituídos, passariam por uma espécie de atualização do mito. O sentido prévio, que já é da ordem do simbólico, é “distorcido”. Essa distorção não deve ser caracterizada como “falseamento”, uma vez que, como vimos, todo discurso, mesmo que remeta a uma prática material, é desde sempre da ordem do simbólico. Seu caráter contingente, contudo, é ocultado.

O mito, assim, tem três características fundamentais: a) tem uma função, uma vez que é posto a serviço de algo; ou seja, o mito não surge por mera casualidade, mas nutre uma relação pragmática com o grupo/discurso que o alimenta (nota-se, aqui, seu caráter *vinculado às práticas articulatórias*); b) o mito é naturalizado; destituído de

sua história anterior, ou seja, é *ideológico*, pois procura tratar como evidente, natural, o princípio de leitura que propõe; c) o mito remete a uma plenitude ausente; cria um não-lugar, um *espaço mítico* (Laclau, 1993) para onde, pelos menos potencialmente, remete os elementos antagônicos aos discursos hegemônicos e os resolve numa nova ordem reconciliada. Tal remissão, contudo, precisa fazer circular sentidos e assim sofre as coerções peculiares a toda cadeia de equivalências.

Sendo assim, todo discurso, incluído o discurso mítico, tem que ser analisado em contexto. Identificar as equivalências processadas pelas práticas articulatórias é fundamental para que possamos identificar um ponto comum às formações discursivas que perpassam o discurso. É interessante notar que a dimensão ideológica do mito pode ser identificada no discurso pelo que é tomado por evidente (Zizek, 1996). Tal caráter pode servir, assim, como um elemento catalisador de formações discursivas em equivalência pelo processo de significação do mito. Esse elemento ideológico é importante para o processo de constituição das identidades coletivas, à medida que nos fornece uma espécie de “cimento” da equivalência de valores. Assim, a ideologia é entendida como um dos elementos constitutivos das identidades coletivas. Veja-se, por exemplo, nesse contexto, a equivalência estabelecida no discurso petista entre marxismo e cristianismo. Como veremos nos capítulos que se seguem, o vínculo radicalmente preconizado pelo PT, entre vanguarda e bases, parece funcionar como elemento ideológico. Tal articulação, como veremos, terá no sindicalismo cutista uma forte presença.

A construção de equivalências, nesse sentido, não ocorre num âmbito meramente lingüístico, ou do Logos, mas está inteiramente vinculada às práticas articulatórias dos agentes sociais<sup>13</sup>. É no bojo dessas práticas, constitutivas das identidades coletivas, que ocorrem as coerções ao estabelecimento de novos sentidos

---

<sup>13</sup> A discussão acerca da estrutura sindical da CUT, por exemplo, encontra permeada por essa questão.

numa cadeia de equivalências. Deve-se, dessa forma, considerar uma perspectiva empírica para a análise do discurso. Para tal faz-se necessário um conceito de discurso que englobe sua dimensão extralingüística. Nessa perspectiva, é importante notar que a dimensão extralingüística de tais práticas articulatórias nos remete, entre outras coisas, a um quadro institucional. Tal fato, por sua vez, reforça o argumento da precariedade teórica daquelas abordagens que têm o antagonismo político como possibilidade de fundar um social de matiz inteiramente novo. Isso porque as transformações sociais, com suas instituições, são transformações discursivas que, como vimos, não ocorrem abruptamente.

O conceito de texto em Kristeva procura abranger esse aspecto extralingüístico. Segundo Carontini e Peraya (1979: 120) ela vê “o texto como um aparato translingüístico que redistribui a ordem da língua, pondo em comunicação uma fala comunicativa que visa à informação direta com diferentes tipos de enunciados anteriores ou sincrônicos. O texto é, portanto, uma *produtividade*”. Dessa forma, o texto<sup>14</sup> é uma categoria que expressa a junção da língua ao contexto histórico.

“Pelo simples fato de que leva em conta as leis do discurso estabelecido, o texto abre seu trabalho no palco da realidade social. Bulir nos tabus da língua remanejando suas leis e categorias é também bulir nos tabus sociais e históricos: o sentido dito e comunicado do texto atravessado pela ação revolucionária da significância está, portanto, duplamente orientado para o sistema significante no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social ao qual se articula enquanto prática discursiva. Esses dois registros, cujo funcionamento é autônomo, podem desjuntar-se por vezes em práticas sociais menores, mas se realizam sempre nos textos que marcam os blocos históricos”(ibidem).

Bastante interessante é a intuição de Kristeva (Carontini & Peraya, 1979: 122) que considera que o texto “traça os limites” do “sistema conceptual que fundamenta a

---

<sup>14</sup> Note-se que operamos uma equivalência entre os termos texto, em Carontini e Peraya, e discurso, em Laclau. Ao assim procedermos, nós temos em mente que os autores referem-se a práticas semióticas que, apesar de poderem se dar através da língua, a ela não são redutíveis. Assim, ambos, ao transcenderem o lingüístico e o não-lingüístico, formam uma totalidade significativa que compreende o discurso como ação.

inteligência”, tida como limites de significação, em determinado bloco histórico<sup>15</sup>. Nessa perspectiva, resta-nos, contudo, perguntar por quais meios se podem transpor tais limites. Como os sujeitos históricos emergem com a possibilidade de inscrever novos significados às práticas sociais, ou seja, construir novas cadeias de equivalências? O conceito laclauniano de mito pode-se revelar elemento-chave para responder essa questão.

Vimos que o texto (ou discurso numa perspectiva laclauniana) deve ser concebido em sua totalidade, que engloba o lingüístico e o extralingüístico. Vimos também que o simbólico é constitutivo da realidade, a qual, por sua vez, tem, nos elementos foracluídos do real, pontos potenciais de antagonismo. Vimos, ainda, que este é o local virtual da crítica da ideologia, que também é ideológica. Tal constatação remonta a uma diferenciação entre sujeito e objeto. O primeiro se diferencia do segundo (práticas sociais concretas) pela sua característica ontológica de simbolização. Pode-se, desde essa perspectiva, questionar simultaneamente uma imanência do social (a existência de leis objetivas dadas que regem o social) e a existência de um mundo ideal (do Logos). Lidar com esse aspecto é essencial para instruir nossa discussão sobre mitos de democracia, pois esses se vinculam às práticas sociais. O discurso mítico, assim, articularia os referidos elementos excluídos dos discursos hegemônicos, mas num quadro de disputa política ou luta por hegemonia. Dito isso, podemos antever o caráter político do social<sup>16</sup>.

É importante salientar com Zizek (cf. 1996: 22) a importância de se negar a

---

<sup>15</sup> Usamos aqui o conceito de bloco histórico no sentido gramsciano que nos remete a construção de uma “vontade coletiva” e ao conceito de hegemonia como uma liderança “intelectual e moral”.

<sup>16</sup> Para Howarth e Stavrakakis (2000: 9) “... Laclau e Mouffe afirmam a primazia da dimensão política em sua ontologia social. Os discursos e as identidades produzidas através deles são inerentemente entidades políticas que envolvem a construção de antagonismos e o exercício de poder”.

impossibilidade de uma “realidade extra-ideológica”<sup>17</sup>. Embora, como vimos, a construção da realidade seja da ordem do simbólico, “devemos, ainda assim, sustentar a tensão que mantém viva a *crítica* da ideologia” (ibidem). Isso porque só a crítica da ideologia é capaz de revelar o Real do antagonismo, aquela parte do real excluída e “recalcada” pelo discurso hegemônico. Assim não caímos na armadilha de considerar a existência de um mundo virtual, das idéias, regido pelo Logos da língua, num plano exclusivamente heurístico. Aristóteles teria dito alhures que a palavra “cão” não morde. Para que a palavra “cão” tenha a possibilidade de “morder”, em nossa perspectiva, é necessário que a metaforização impetrada pelo discurso hegemônico, portanto ideológico, no sentido que remete a uma relação de poder, não tenha a capacidade de exaurir o real. Dessa forma, os elementos excluídos do real podem, numa dimensão antagônica, articular equivalências.

É nesse contexto que, de acordo com Lacan (cf. Žižek, 1996), toda realidade tem elementos recalcados que a constituem. Como a simbolização do real sempre fracassa, há uma “dívida simbólica não quitada”. É essa lacuna entre o real e a realidade que possibilita as “aparições espectrais”. Estas são (Žižek, 1996: 26) a “exterioridade desconhecida pela ideologia” que é “a exterioridade do ‘texto’ em si, bem como a exterioridade da realidade social extratextual” (o real). Ao assim se posicionar, Žižek reconhece haver uma imbricação necessária e não imanente entre matéria e substância, significante e significado. Segue-se que tal necessidade, por não guardar nenhuma lógica implícita, nos remete à arbitrariedade do “laço” a que refere Carontini. O sujeito, assim, encontra nessa exterioridade a possibilidade de inscrição

---

<sup>17</sup> Quando Žižek se refere à “realidade extra-ideológica” não acreditamos que o autor esteja se referindo a nenhuma possibilidade de objetividade dada de onde a crítica da ideologia pudesse se referenciar. Ao contrário, pensamos que o autor se refere ao vínculo inextricável entre objetividade e poder e, portanto, a contingencialidade de qualquer configuração discursiva. Assim, tudo que emerge do real o faz em um “terreno indecível”, ou seja, não obedece a uma imanência do social e por isso está inserido no campo do ideológico.

de novos sentidos às práticas sociais. Por certo, a crítica da ideologia, como já apontamos, não será capaz de abarcar o real. Por este motivo ela é ideológica, ou seja, também tem uma dívida simbólica a quitar. Mas essa crítica é feita desde uma perspectiva do real e se articula com a produção de mitos (campo do simbólico) como princípios alternativos de leitura.

Tal dívida, dessa forma, possibilitará o surgimento de sujeitos (míticos) antagônicos aos discursos hegemônicos que, ao proporem novos princípios de leitura, articulam novas equivalências. Numa perspectiva laclauiana (1993: 76), os sujeitos emergem em função de deslocamentos. Estes caracterizam a existência de um “terreno de indecibilidade estrutural radical”, ou seja, um terreno em que a objetividade é constantemente ameaçada pela contingência. Sendo assim, toda estrutura social é uma estrutura discursiva, cuja fixação de sentidos é sempre instável. Os deslocamentos, nesse sentido, evidenciam tal contingencialidade (Howarth e Stavrakakis, 2000: 13) e induzem a uma “crise de identidade”. Ou seja, o sujeito não é onisciente dos seus desejos e constitui sua identidade, à medida que envida práticas articulatórias. Como então entram em crise?

Assim é que Laclau (1993: 77) entende por mito “um espaço de representação que não guarda uma relação de continuidade com a objetividade estrutural dominante”, pois articula o antagonismo do real a que se refere Žižek. Tal concepção, por sua vez, aponta para a não-existência de interesses históricos (de classe) que se vinculem a uma lógica sistêmica do social. Os termos do mito, assim, à medida que expressam a dimensão contingente do político, demonstram-se externos à “espacialidade objetiva” da estrutura e procuram criar um novo espaço de representação.

Todavia, o sistema diferencial dos discursos hegemônicos, também advém de articulações discursivas impetradas no passado. Toda objetividade, nesse sentido,

pressupõe atos de escolha num campo de indecibilidade e se caracteriza como um “mito cristalizado”, e, portanto, susceptível a novas práticas significantes. É a vocação hegemônica do mito, por sua vez, que gera a necessidade de expansão de sua cadeia de equivalências. As articulações que materializam tal expansão ocorrem com vistas a constituir o espaço mítico. Tal espaço vem a se contrapor ao espaço estrutural dominante e procurará, tendo em vista sua vocação hegemônica, agregar o conjunto dos deslocamentos em um contexto histórico. Para Laclau (1993: 78), esse espaço mítico tem um caráter metafórico. Ele surge como plena positividade, animado pelo fascínio de uma “terra prometida”, de uma “plenitude ainda não alcançada”. Seria o não-lugar que emerge de uma *ausência*, uma falha estrutural. É essa ausência que o mito procura preencher.

Mais uma vez, gostaríamos de reforçar o caráter de exterioridade do mito em relação à espacialidade objetiva da estrutura. A possibilidade mesma de articulação e de formação de identidades está vinculada ao caráter *metafórico* (simbólico) do mito, à sua capacidade de significar algo de diferente da pretensa “literalidade”<sup>18</sup> do social denunciada pelo deslocamento. Ao propor novos “laços”, ao veicular novos valores, os sujeitos se identificam com o objeto no âmbito da prática social. Constroem, pois, sua identidade (Laclau, 1993: 79), através de *atos de identificação*, em que os mitos funcionam como “superfícies de inscrição”. Buscam, assim, estabelecer novos arranjos sociais, isto é, novas formas de equivalência. É o caráter incompleto dessa superfície mítica que permite a circulação de valores e a constituição do espaço mítico. A radicalização desse espaço mítico (Laclau, 1993: 80) depende da capacidade de

---

<sup>18</sup> É a característica ubíqua do mito que, segundo Barthes (1985: 144-5), o permite ser “... um eterno álbi: basta que o seu significante tenha duas faces para dispor sempre de um ‘outro lado’: o sentido existe sempre para *apresentar* a forma, a forma existe sempre para *distanciar* o sentido”. As definições de sentido vão depender, dessa forma, de sua função contingencial.

metaforização do mito em relação ao terreno originário do deslocamento. Só, assim, através do estabelecimento de equivalências, poder-se-á expandir certos valores. No limite, tal expansão levaria à formação de imaginários sociais, que ressalta o caráter contingente das articulações. Ou seja, as razões para as mesmas não estão dadas pela natureza dos elementos que venham a ser articulados, nem por uma lei do desenvolvimento histórico. Dessa forma, as posições de sujeito existem em função de práticas articulatórias e não a partir de uma imanência do social. Isto posto, compreender que a fixação de valores nos remete mais à construção de um imaginário do que a um fundamento do social.

Estabelece-se, outrossim, numa cadeia de equivalências, uma relação de mútua influência entre seus elos, de forma que o processo de identificação, mediante práticas articulatórias, pressupõe a distorção *parcial* das identidades prévias. É assim que “equivalência não significa identidade; cada uma dessas transformações retém algo de sua própria identidade e, no entanto, o caráter puramente privado de cada identidade é subvertido através de sua participação na cadeia de equivalências” (Laclau, 2002: 22). Não temos, assim, uma cadeia de equivalências entre identidades inalteradas, como pretende o conceito leninista de hegemonia, que a toma como mera aliança de classes. Também não há o livre estabelecimento de equivalências como uma justaposição de demandas sociais, pois as “sobras” de identidade dos elos equivalenciais exigem coerência. Considerando a necessidade de circulação de valores e o caráter constitutivo das práticas articulatórias, não se pode ter um programa político que seja produto exclusivo de um grupo ou classe social; pura positividade.

Esse efeito de deformação equivalencial é típico do que Laclau (2002: 22-3) chama de encarnação. Nessa, há uma impossibilidade do objeto (conteúdo particular, “literal”) encarnar uma plenitude ausente (através da equivalência), pois nesse caso

teríamos “uma situação em que o sentido encarnado e o corpo encarnante seriam inteiramente comensuráveis entre si, que é a possibilidade que temos negado”. Dessa forma, toda encarnação (operada pelo mito) requer uma deformação equivalencial<sup>19</sup>. Sendo assim, ainda segundo Laclau (idem: 24), “o específico da equivalência é a destruição de sentido através de sua própria proliferação”.

No caso específico dos mitos de democracia, os valores a ela agregados, em cadeia de equivalências, têm o efeito de deformar as identidades dos elos equivalenciais. Esse processo de ampliação da cadeia equivalencial, por um lado, como vimos, expressa uma maior vigência social do mito, mas, por outro, enfraquece os “traços diferenciais” dos elos da cadeia, à medida que a expansão desta última e sua aproximação com um imaginário social, torna-a receptora de um sem-número de inscrições. Nesse sentido, a expansão da cadeia, sob a propulsão da atividade hegemônica do mito, dilui o que se possa pretender um programa cuja ideologia guardasse uma correspondência natural com certo grupo ou classe social.

Assim, para se analisar uma cadeia equivalencial, precisamos verificar seus elos. Se democracia passa a ser um equivalente de socialismo e esse, por sua vez, pressupõe uma radical distribuição de renda, democracia passa também a ser equivalente de distribuição de renda. Por sua vez, a coletivização dos meios de produção também pode passar a ser equivalente de democracia e assim por diante. A expansão dessa cadeia pode significar, contraditoriamente, o enfraquecimento da eficácia do referido mito, uma vez que tal significante é crescentemente descontextualizado e transformado em algo muito amplo (imaginário). É, assim, capaz de absorver princípios de leitura tão díspares que orientam a ação política (programa)

---

<sup>19</sup> É importante lembrar que todo processo de significação se insere numa comunidade social e, em última instância, temos neste fato a inevitabilidade da deformação equivalencial. Tal deformação, assim, decorre da relação entre sujeitos, que emergem como possibilidade no deslocamento.

de forma muito generalista ou mesmo contraditória.

O que Laclau (2002: 53-4) aponta é que há uma relação de mútua dependência entre o fechamento (tentativa de sutura do social), como uma operação impossível, e a particularidade (contingência) do objeto que o encarna. Encarnando a plenitude ausente, o não-lugar do mito onde, pretensamente, há uma coincidência entre significante e significado, corpo encarnante e sentido encarnado e, ao mesmo tempo, distorcidos na cadeia de equivalências, os objetos particulares passam a ser elos de uma cadeia que deve ser vislumbrada como um todo operante. Assim, são os “restos” de particularidade que impossibilitam uma cadeia de equivalência ser mera conjunção de identidades. Isto porque qualquer novo elo tem que guardar uma relação de compatibilidade com os elos já estabelecidos em uma cadeia. É assim que Laclau (2002: 54-5) afirma haver uma “resistência de sentido já estabelecido que obstaculiza as equivalências novas”.

Esse jogo de dupla dependência, acima apontado, terá um efeito expressivo e contraditório na constituição de um *espaço mítico*. Tal espaço é constituído através da metaforização de um significante, ou seja, uma “distorção” de sentido, que remete a uma plenitude ausente (ibidem). O espaço mítico, assim, é uma alternativa à forma lógica do espaço estrutural dominante e surge como decorrência de falhas e exclusões na estrutura discursiva hegemônica. Busca, pois, a partir dos efeitos desestruturantes, que deslocam uma estrutura, constituir-se como hegemonia. O aumento de sua vigência social depende de sua capacidade de metaforização<sup>20</sup>, ou seja, de expansão da cadeia de equivalências em torno de si, que tem a sua condição de existência

---

<sup>20</sup> De acordo com Laclau (1993: 79), “toda frustração, toda reivindicação insatisfeita, encontrará sua compensação ou sua contrapartida no mito de uma plenitude alcançada. Essa indeterminação do mito em relação aos deslocamentos específicos que expressaram através dele a possibilidade de sua superação, é uma consequência direta de seu caráter metafórico, da possibilidade que ele abre de dar um modo de expressão à forma mesma da plenitude, mais além de todo deslocamento concreto”.

condicionada à dialética da ausência – devido ao deslocamento da estrutura – e da presença, isto é, a identificação com a plenitude não alcançada. Sendo assim, as equivalências entre os elos de uma cadeia ocorrem através de metaforizações que, por sua vez, sofrem uma “resistência de sentido”, articulada pelos elos já estabelecidos. Por outro lado, tal obstaculização é essencial para manter as fronteiras que “fixam” minimamente identidades e posições de sujeito, restringindo um fluxo contínuo de sentidos.

Podemos entender, dessa forma, porque o sujeito surge quando há deslocamentos na estrutura não assimilados pelo discurso hegemônico. Outros princípios de leitura surgem para se opor ao efeito desestruturador dos deslocamentos e abrem espaço para novas decisões num campo de indecibilidade. Assim é que entendemos a vocação hegemônica e política do mito; ele tenta operar um fechamento ideológico que subverta a objetividade contra a qual se apresenta. Para tal, os mitos não-hegemônicos “criam” um espaço mítico, um não-lugar para onde remetem todos os elementos antagônicos à estrutura deslocada na forma de uma cadeia de equivalências. Quando assim procede, o sujeito (mítico) rompe com os sentidos fixados na estrutura discursiva hegemônica.

Para se tornar hegemônico, o sujeito opera atos de identificação (escolhas), que, por sua vez, constituem sua identidade. Isso é essencial para uma abordagem não essencialista de sujeito. Para essa, todo sujeito é político e, através de atos de identificação, envida práticas articulatórias. Anunciam os elos de uma cadeia de equivalências, que, como vimos, têm suas identidades subvertidas nas cadeias em que operam. Como corolário, não pode existir um *programa* naturalmente vinculado a um grupo de agentes sociais, uma vez que as identidades são contingenciais e vinculadas às práticas articulatórias. Ao contrário, toda fixação de posição de sujeito nos remete a um processo político contingente e historicamente inscrito. Significa, pois, a

cristalização do mito e sua vinculação estrita com uma dada “literalidade” ou objetividade, que também é da ordem do simbólico.

Dessa forma, ao analisarmos a experiência política dos metroviários, devemos tentar evidenciar a contingencialidade das práticas articulatórias envidadas por aqueles agentes sociais. Devemos tentar captar o processo de constituição de uma identidade coletiva para além da existência de uma essência operária. Entretanto, não podemos perder de vista que as práticas significantes ocorrem nos limites de imaginários sociais e que as experiências locais não existem fora de processos sociais mais amplos. Tendo em mente o processo de transição democrática, focalizaremos a relação dessa prática local com o mito de democracia do discurso petista. Este será tomado como orgânico e, portanto, no que pese sua pretensão revolucionária, sensível à resistência de valores imposta pela estrutura política do país, da qual faz parte.

### 1.3. Análise do Discurso

Quando nos propomos analisar um discurso temos a necessidade de recorrer a alguns conceitos da *Análise do Discurso*. Tal necessidade justifica-se por motivos metodológicos. Ou seja, ao tomar-se uma conjuntura específica – por exemplo, no processo de transição democrática no Brasil da década de 1980 -, tem-se uma rede por demais complexa de imaginários, discursos e mitos. Assim, para que se torne possível qualquer análise de discurso, faz-se mister – tendo em mente o caráter meramente formal e instrumental dessa operação – proceder a classificações que possibilitem uma estratégia para abordar o objeto de estudo. Em outras palavras, trata-se de, com fins metodológicos, desenvolver um esquema analítico ou arcabouço conceitual capaz de fotografar as cadeias semióticas a partir de hipóteses explicitadas pelo pesquisador.

A complexidade da tarefa acima delineada advém da impossibilidade mesma de se considerar a existência de discursos fechados em torno de si mesmos, ou seja, que correspondam a uma identidade de um grupo social automaticamente construída. Daí emerge a importância do conceito de *interdiscurso*. Tal conceito aponta para a inexistência de discursos desde sempre constituídos e que se excluam mutuamente (Maingueneau, 1993: 112). A relação desse conceito com o caráter metafórico-constitutivo do mito e das práticas articulatórias, por sua vez, pode-se demonstrar a partir da deformação equivalencial, tal qual vimos acima. Ademais, é daí que se tem o caráter *produtivo* do discurso: a possibilidade, através da articulação (mítica) de elementos antagônicos à estrutura deslocada, fazer emergir o sujeito que constrói novos significados.

Nesse contexto, cumpre-se explicitar o conceito de *universo discursivo*. Numa perspectiva interdiscursiva, consideramos que as cadeias de equivalência ocorrem em meio a uma espécie de “dialogismo generalizado” (Maingueneau, 1993: 111). Esse último é entendido aqui, no contexto histórico por nós delimitado, como expressão de um universo discursivo. Esse complexo discursivo, que, mesmo sendo finito, é irrepresentável devido à complexidade de sua interdiscursividade (idem: 116), é palco de tensões e disputas (políticas) em torno da fixação de significados como democracia. Nesse contexto, reafirmando uma visão não essencialista de sujeito que, aliás, constitui sua identidade através dessas disputas, tais tensões são abordadas em uma perspectiva empírica, não conceitual.

Os discursos são entrecruzados por diferentes *formações discursivas*. Essas, que também se forjam relacionalmente, não são, igualmente aos primeiros, tomadas como tendo identidades dadas. Situam-se, então, em certo “domínio inconsciente” e não são “a expressão estabilizada da ‘visão de mundo’ de um grupo social”

(Maingueneau, 1993: 113). Ao contrário, a formação discursiva, através do interdiscurso, incorpora elementos pré-construídos externamente a ela. É, nesse sentido, o conjunto de regras de produção de sentido que articula os discursos. Um conjunto de formações discursivas, por sua vez, compõe o que chamamos acima de *universo discursivo*. A identificação da existência daquelas revela-se de grande valor metodológico, uma vez que as mesmas transformam os discursos e, portanto, os mitos. A partir de elementos pré-construídos, as formações discursivas fornecem certo repertório discursivo aos agentes sociais. Temos aqui a “resistência de sentido” a que se refere Laclau (2002).

Não há, portanto, uma relação mecânica e biunívoca entre formações discursivas e discursos. O mito, outrossim, seria capaz de inaugurar novas lógicas discursivas e, seguindo sua vocação hegemônica, articular a construção de novas formações discursivas. Nesse sentido, considerando a dimensão constitutiva de sujeito das práticas articulatórias, qualquer classificação metodológica deve ser entendida como um momento fotografado de certos “trajetos interdiscursivos”. Não existindo uma “invariante universal” (Maingueneau, 1993: 118), justifica-se que a fixação de sentidos deve ser vista como algo instável, que só pode ser congelado através de um artifício metodológico. Tal compreensão, por sua vez, tem um desdobramento importante para a definição da categoria de *campo discursivo*. Nesse, o pesquisador delimita formações discursivas em competição dentro de um universo discursivo.

A relação de concorrência de um conjunto de formações discursivas, entretanto, é sempre estabelecida a partir de hipóteses explícitas do pesquisador (idem: 116-7). Não há, assim, “uma partição espontânea do universo discursivo” que se constituiria em campos discursivos naturais. São, ao contrário, as práticas articulatórias (dos agentes sociais e do próprio pesquisador) que delimitam a existência de tais campos. Aliás, a própria

inexistência de identidades fixas torna a possibilidade metodológica de tal campo como natural imprópria. Nesse sentido, tem que se partir do interdiscurso – desde uma perspectiva empírica – para se chegar ao desenho de quais formações discursivas compõem o campo discursivo em uma pesquisa. Na relação de competição entre formações discursivas, os agentes coletivos redefinem constantemente suas identidades.

Nessas relações é que se pode perceber a especificidade das coerções dos elos equivalenciais impostos aos mitos (de democracia) quando esses se abrem para a disputa política por hegemonia. Assim, considerando um determinado deslocamento estrutural (uma crise social, política, econômica concreta, por exemplo), podemos identificar empiricamente que elementos os mitos articulam na busca por hegemonia. Aquelas coerções, dessa forma, são perpetradas por formações discursivas que pré-existem aos mitos e oferecem resistência ao livre estabelecimento de equivalências. Nesse sentido, as práticas articulatórias estabelecem equivalências entre formações discursivas que, num *espaço discursivo* específico e limitado, procuram se contrapor (lógica da diferença) a outras formações discursivas. As práticas articulatórias expressam uma equivalência entre formações discursivas, que visa desestabilizar a objetividade dos discursos hegemônicos.

As equivalências estabelecidas, entretanto, são contingentes. Não advêm aprioristicamente de visões de mundo de determinados grupos ou classes sociais, mas, antes, do contexto local em que estão inseridos os agentes sociais. Se lembrarmos, nesse contexto, do conceito de interdiscurso, podemos entender, com Maingueneau (1993), que no processo de significação existem “dois eixos: o ‘vertical’, do pré-construído, do domínio de memória, e o ‘horizontal’, da linearidade do discurso, que oculta o primeiro eixo”. Para Maingueneau (1993: 115), o interdiscurso corresponde a esse primeiro eixo. Ao delimitar, assim, formações discursivas e espaços discursivos

dentro de um campo discursivo, o pesquisador do mito busca apreender, mesmo que de forma limitada, duas coisas. Primeiro, através da identificação de formações discursivas, ele objetiva identificar que elementos discursivos relacionam-se com os discursos míticos vistos em uma perspectiva produtiva. Assim é que não deixa de considerar a particularidade das coerções que lhes são impostas. Em segundo lugar, ao delimitar espaços discursivos, procura visualizar, através das práticas articulatórias, a busca política do mito por hegemonia.

Dito isso, passaremos a percorrer os caminhos que podem nos levar às formações discursivas e cadeias de equivalência constitutivas do discurso do PT na década de 1980 e ao seu mito de democracia na prática sindical. Isto é, caracterizar as condições de emergência do discurso petista. Lembramos ao leitor que, assim procedendo, esperamos criar as condições para estabelecer vínculos entre tal mito e a práxis dos metroviários na mesma década.

## 2. O discurso petista e o mito democrático-revolucionário

---

A década de 1980 no Brasil é, de forma inequívoca, lembrada pelo processo de transição democrática e pela concomitante visibilidade dos movimentos sociais na cena política nacional, os quais foram se forjando a partir da década de 1970. Nesse contexto, forças sociais e políticas latentes (Coutinho, 1992; Antunes, 1995; Brandão, 2001; Lahuerta, 2001; Sader, 1988) irromperam numa miríade de movimentos sociais<sup>21</sup> que pode ser interpretada como uma *novidade* na cena política nacional. Tal fato parece ter concorrido, de forma decisiva, para deslanchar o processo democrático em nosso país, uma vez que fortalecia a sociedade civil.

Objetivamos, nesse capítulo, primeiramente, analisar as condições de emergência do discurso petista no referido processo de transição democrática. Para tal, faz-se mister percorrermos um breve retrospecto da relação entre Estado e sociedade no Brasil, tendo como pano de fundo a questão da democracia (e da revolução). Ao fazê-lo, tendo em mente a dimensão interdiscursiva de nossa análise, delimitaremos algumas formações discursivas com o intuito de compor um campo discursivo. Então, em uma segunda seção desse capítulo, comporemos o espaço discursivo que nos possibilitará verificar as equivalências operadas pelo mito de democracia petista. Tal análise, outrossim, estabelece as condições de produção do discurso do sindicalismo petista, objeto de nossa análise no capítulo seguinte.

---

<sup>21</sup> Iran Jácome Rodrigues (1997: 37), apesar de não considerar que o sindicalismo cutista agregava o conjunto dos movimentos sociais que surgiram na década de 1970, afirma que a CUT “simboliza” amplas parcelas desse movimento.

## 2.1. Condições de emergência

Inicialmente, ressaltamos a inserção histórica do processo de fortalecimento da sociedade civil acima mencionado e suas especificidades. Tal inserção nos remete à tradição autoritária da sociedade brasileira, que remonta aos tempos da escravidão e se inspira numa certa *tradição ibérica*, presente no *campo discursivo em torno da democracia*, que passaremos a analisar (Brandão 2001; Lahuerta, 2001; Holanda, 2002). Observa-se, dessa forma, num “circuito absolutamente complexo de relações de dependência pessoal” (Lahuerta, 2001: 85), a forte presença de uma cultura autoritária, amplamente estudada na historiografia brasileira, e que nós chamaremos de uma *formação discursiva autoritária* (FDA). Rodrigues (1982: 127) certamente a tem em mente quando se refere à existência na sociedade brasileira do nepotismo, do “filhotismo” e do “genrismo”.

Entretanto, inspirados em Burity (1994: 11), ao abordarmos essa tradição, temos em mente “a opacidade das condições em que um novo arranjo democrático” emergiu. Ou seja, temos em mente “os elementos que constituíram o terreno deslocado no qual a transição se tornou pensável e plausível”. Tal abordagem, em consonância com nosso instrumental teórico-metodológico, não pretende desvendar o “‘real’ sentido do passado”, e, assim, evita uma perspectiva teleológica.

A referida FDA pode ser vista, em perspectiva histórica, na análise que Bresser Pereira (1983) faz das diversas interpretações acerca da formação social brasileira. Aliás, a referida análise, tomada como um todo, fornece-nos um interessante quadro à medida que possamos visualizar nela a falta de um projeto para o país que tomasse como referência uma política *autônoma* dos setores populares. Ou seja, havia a

ausência de um programa político que se pretendesse articulado desde as bases (povo) em relação dicotômica com as classes dominantes. Para nossos fins, no entanto, tomaremos da análise de Bresser Pereira duas interpretações que, segundo o autor, teriam disputado a hegemonia política no Brasil até a “revolução” de 1964, quais sejam, as interpretações da *vocação agrária e nacional-burguesa*.

A primeira, investida pela FDA, corresponderia a uma articulação discursiva da burguesia agrário-mercantil, que via o Brasil “como uma democracia presidencialista no estilo norte-americano, embora não passe de um regime oligárquico” (Bresser Pereira, 1983: 18). Vemos aqui uma clara articulação, numa relação de *equivalência*, entre autoritarismo e liberalismo<sup>22</sup> (Weffort, 1980: 114). Nesse contexto, o autoritarismo das elites agrárias nacionais é tomado como um elemento discursivo pré-construído; não remetendo, portanto, a uma essência necessária ao referido setor da burguesia. Tal discurso autoritário, movido, como veremos adiante, pela necessidade de fortalecimento de um Estado central, teria se *articulado* ao discurso liberal através da defesa de um modelo excludente de democracia. Nesse sentido alijava as classes populares do processo decisório. Sendo assim, compreendemos o caráter contingente de tal articulação, ou seja, o discurso liberal também poderia ter se articulado com outras formações discursivas, o que geraria por certo elos de significação diversos<sup>23</sup> em outra cadeia de equivalências.

A segunda das interpretações a que se refere Bresser Pereira, a nacional-

---

<sup>22</sup> Ver também Burity (1994) que defende que o “liberalismo oligárquico” se tratava, não de um liberalismo de fachada, mas de uma forma de liberalismo.

<sup>23</sup> Laclau (1978: 177), numa análise da emergência do Estado Liberal, aponta que “assim como a ideologia popular-democrática pôde ser articulada ao liberalismo, pode também ser articulada ao socialismo e as outras ideologias de classe”. Conclui logo em seguida pela inexistência de um discurso popular-democrático como tal, pois “a democracia só existe a nível ideológico, sob a forma de elementos de um discurso” (ibidem). Retemos aqui a intuição quanto à possibilidade de articulação entre os discursos, mas não no sentido de existir uma ideologia própria de uma classe. Ressaltamos que o próprio autor viria a superar tal paradigma nos seus escritos posteriores. Dessa forma, quando retomamos nesse capítulo a análise laclauiana do populismo nós a enriquecemos com conceitos da teoria do discurso só depois desenvolvidos.

burguesa, teve como marco inicial a Revolução de 1930, mas veio a deslanchar nos anos de 1950. Tinha, então, como articuladores o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e em menor grau os economistas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da ONU. Opondo-se à interpretação da vocação agrária, esse discurso articulava um projeto de industrialização e independência política para o país numa perspectiva nacionalista. Entretanto, “a liderança desse grupo deveria naturalmente caber... à burguesia industrial nascente” (Bresser Pereira, 1983: 19). Outrossim, para entendermos essa interpretação, teremos que aprofundar o conceito de populismo. Tal necessidade advém da ligação que acreditamos existir entre o referido conceito e a disputa a que se refere Bresser Pereira. Sendo assim, enveredemos, desde já, na análise de uma multifacetada *formação discursiva populista* (FDP).

## 2.2. Formação discursiva populista

Cumprido apontar, inicialmente, para o processo de deslocamento estrutural vivido pela sociedade brasileira a partir de 1930. Nesse contexto, Antunes (1988: 102-3) caracteriza o capitalismo brasileiro como “hipertardio”, o que ele chama de “via colonial”. Tal caráter teria levado a burguesia nacional pós-1930, frágil estruturalmente e dependente do capitalismo internacional, a ter a necessidade de transferir “suas tarefas econômicas e políticas” para o Estado. Esse último, todavia, não parecia, ele próprio, apto a desempenhar a tarefa modernizadora posta pela conjuntura de 1930. Acontece que, no caso da América Latina, diferentemente da Europa, o Estado liberal não teria surgido em contraposição ao “particularismo feudal”. Ao contrário, as próprias elites rurais, agro-exportadoras, é que teriam se encarregado de organizar o Estado central. Como corolário, o Estado brasileiro da

República Velha legava uma herança, contraditoriamente às exigências da conjuntura internacional, que precisava de Estados centralizados que impulsionassem o desenvolvimento de um mercado consumidor -, caracterizada por sua descentralização e por possuir um Executivo “reduzido a um mero poder arbitral” (Laclau, 1978: 184).

Tal contexto histórico se caracterizaria pelo crescimento e complexificação do setor urbano e pelo surgimento dos movimentos de classe média (tenentismo). Teria, assim, influenciado certas interpretações sociológicas que viam o populismo “como expressão política e ideológica ou da pequena burguesia... ou da burguesia nacional que precisa mobilizar as massas, tendo em vista um confronto parcial com as oligarquias locais e com o imperialismo” (idem: 151). De acordo com essas interpretações<sup>24</sup>, segundo Laclau, haveria uma vinculação necessária entre populismo e industrialização. É de encontro a tal vinculação que o pesquisador argentino desenvolve sua conceituação de populismo. Seus argumentos apontam para o entendimento do populismo como um fenômeno que emerge da necessidade de articulação política das classes sociais<sup>25</sup>. A retomada dessa discussão se dá em razão de sua utilidade para a compreensão da contingencialidade das formações discursivas apontadas e das condições de emergência do discurso petista.

Laclau (idem: 150-186), assim, discorda que a emergência do populismo tenha a ver com uma “etapa do desenvolvimento”. Para chegar à sua conceituação de populismo ele retoma a argumentação de G. Germani e de Torcuato Di Tella<sup>26</sup> sobre esse fenômeno político. O primeiro considerava que o processo de integração das massas às sociedades dos países de industrialização tardia teria gerado pressões para além da capacidade das

---

<sup>24</sup> Ver Weffort (1983).

<sup>25</sup> O leitor deve lembrar que não aceitamos aqui uma vinculação natural entre classe e ideologia.

<sup>26</sup> G. Germani a partir de *Política y Sociedad en una época de transición*, Buenos Aires, 1965; e Torcuato Di Tella a partir de *Populism and Reform in Latin America* in C. Veliz, *Obstacles to Change in Latin America*, Londres, 1970, pp. 47-74.

estruturas políticas existentes. Nesse sentido, setores das elites desses países teriam se utilizado das massas recém-mobilizadas em favor de seus próprios interesses.

Num aprofundamento da tese de Germani, Di Tella considera o populismo como “um movimento político que desfruta do apoio das massas da classe operária urbana e/ou do campesinato, mas que não deriva do *poder organizacional autônomo* de nenhum dos dois setores” (grifo nosso) (idem: 158). Ocorreria, assim, uma espécie de *distorção* entre “a natureza de classe desses setores e suas formas de expressão política”. Assim, ainda segundo Di Tella, o fenômeno do populismo requeria uma elite imbuída de uma ideologia anti-*status quo* capaz de mobilizar uma massa “gerada por uma revolução de expectativas crescentes” (ibidem).

Laclau parte desse quadro para elaborar uma crítica ao caráter teleológico dessas teorias. Assim, subjacente às mesmas estaria a idéia de que haveria um pólo inicial de evolução na sociedade tradicional e outro, final, correspondente à sociedade industrial plenamente desenvolvida. O populismo, então, corresponderia a uma incapacidade dos setores populares de se organizarem *autonomamente* em um movimento sindical do tipo ocidental que corresponderia ao paradigma moderno e “avançado” de representação dos interesses dos operários. Cita, dessa forma, para consubstanciar seus argumentos, a existência de experiências populistas em países desenvolvidos, o que impossibilitaria a aceitação de tal paradigma analítico. Mais adiante demonstra a implicação do referido paradigma para o estudo de processos políticos concretos, pois aquele tende a considerar como desviantes as ações políticas que, por não corresponderem a uma “consciência de classe desenvolvida”, seriam incapazes de gerar as atividades organizacionais *autônomas* da classe como tal.

É precisamente a eleição do que é caracterizado como mais “avançado” ou “moderno” que Laclau argutamente questiona. Referindo-se ao tema do imigrante

recente, comum na literatura sobre o populismo, ressalta o fato de que os símbolos e valores da sociedade “atrasada” das quais procedem podem ser revolucionariamente articulados contra a ordem capitalista vigente. Nesse contexto, tais valores funcionariam como *elementos* antagonicamente *articulados* contra o regime burguês. Poderiam, assim, potencialmente, demonstrarem-se mais avançados do que o modelo clássico do sindicalismo europeu.

O caráter contingencial e articulatório na emergência dos discursos tem aqui, ao contrário da visão essencialista de sujeito, uma intuição genuína. Laclau, então, viria a compreender porque “uma concepção que faz da *redução de classe* a fonte última da inteligibilidade de qualquer fenômeno se depare com dificuldades especiais na análise do populismo” (Laclau, 1978: 166). Intuíra que as ideologias não se reduzem às classes sociais, pois essas têm que, numa eventual luta por hegemonia, articular-se com outros grupos sociais através da composição de equivalências. Tal composição, como temos visto, é constitutiva das identidades coletivas e da hegemonia. Assim, aqueles elementos, símbolos e valores não pertencentes obrigatoriamente à classe operária, articulados contra a ordem vigente, explicam a recorrência do apelo ao *povo* nas experiências populistas. Tal recorrência expressa a necessidade de inserção dos discursos em comunidades sociais. Na busca por hegemonia, os intelectuais orgânicos seriam obrigados a recorrer àqueles símbolos que seriam “matérias-primas ideológicas” (ibidem) numa dada sociedade. Essa seria, em suma, a lógica operacional do populismo.

Dito isso, podemos abordar os dois tipos de populismo apontados pelo pensador argentino. O *primeiro* corresponde a um populismo típico das classes dominantes. Essas teriam, para perpetuarem sua situação hegemônica, que atuar no sentido de neutralizar o potencial desenvolvimento de antagonismos no seio dos

setores populares. Ou seja, devem impedir que *elementos* sejam articulados como *antagonismos*. Nesse sentido, orientam suas práticas articulatórias para neutralizar uma radicalização que ameace a ordem vigente como um todo. Nesse sentido, Decca (1984: 90) aponta para o fato de que para o Partido Democrático (PD), que se articulava com o BOC (Bloco operário e Camponês) contra a oligarquia, “o eixo da revolução [1930] passava por fora da classe operária”. Isso implica que, nesse tipo de populismo, os ditos elementos, apesar de constituírem uma opção antagônica, o fazem de forma controlada, que não ameaça o *status quo*<sup>27</sup>. Ou seja, funcionam numa estrutura discursiva como *momentos*<sup>28</sup>. Consideramos, assim, que esse tipo de populismo seja típico dos movimentos de auto-reforma, que abundam na história brasileira (Antunes, 1995; Burity, 1994; Sader, 1988).

Já o *segundo* tipo de populismo é aquele que procura potencialmente transformar as posições diferenciais de uma estrutura discursiva em antagonismos. O caráter populista do discurso, nesse caso, não está necessariamente vinculado às classes dominantes que têm o intuito de perpetuar sua hegemonia<sup>29</sup>. Percebemos, dessa forma, na esteira de Laclau, a ampliação do conceito de populismo. Este estaria mais vinculado àquelas práticas políticas que, na necessidade de articular elementos antagonisticamente, se vêem obrigadas a pôr valores em equivalência. Ou seja, o populismo, longe de ter um pertencimento de classe, obedece à própria lógica do fazer político, que é a lógica da hegemonia. A manutenção, todavia, das identidades dos elos equivalenciais é sempre precária.

---

<sup>27</sup> Sobre esse tema ver *A Revolução Burguesa no Brasil* de Florestan Fernandes (2002) e *A Revolução Brasileira* de Caio Prado Junior (1987).

<sup>28</sup> Para Laclau (1986: 43-4) quando uma equivalência ocorre dentro de uma mesma estrutura discursiva, não se deve falar de posições de sujeito, mas de momentos. Nesse caso, ainda segundo o autor, não haveria espaço para práticas articulatórias propriamente ditas. Entretanto, como todo discurso é instável e o arranjo social aberto (não suturado), sempre haverá espaço para a articulação de novas posições de sujeito.

<sup>29</sup> Ver o exemplo da ANL (Aliança Nacional Libertadora) logo abaixo.

Nesse ponto podemos retomar a discussão inicial acerca da disputa entre as interpretações da vocação agrária e nacional-burguesa. No contexto de 1930 a FDA, que já não tinha condições de manter sua hegemonia baseada na simples exclusão do povo, tinha que se abrir para articulações políticas com setores populares e médios da emergente sociedade urbana. Florestan Fernandes evidencia tal fato ao sugerir que o processo de industrialização teria impellido as elites nacionais a um novo “estilo de vida política”. Acostumados a ditar os limites, desde o tempo da escravidão, a uma sempre existente oposição “dentro da ordem”, teria agora, com o advento do “regime de classes”, que lidar com uma “oposição de baixo para cima”, que seria “difícil de controlar e fácil de converter-se em oposição contra a ordem” (Fernandes, 2002: 1672-3). Por nosso lado, abstraímos desse quadro a contingencialidade e constante redefinição das formações discursivas, uma vez que os deslocamentos estruturais as obrigam a construir “estilos” alternativos.

O varguismo tinha que lidar com o surgimento de uma classe trabalhadora urbana, fruto do processo de industrialização. Absorvia, assim, ao seu discurso, a necessidade de melhorar as condições de vida daqueles setores populares, num claro apelo às massas. Tal apelo, no entanto, se daria em associação com pensadores de inspiração fascista como Alberto Torres e Oliveira Viana (Andrade, 1980: 72-3), vinculados à FDA. Assim, o nacionalismo de Vargas, ao mesmo tempo em que ia de encontro à exploração dos banqueiros internacionais, preteria a reivindicação tenentista do voto secreto. O apoio do varguismo ao apelo integralista por certo “espírito público”, também não impedia Vargas de tramar contra a Constituição para permanecer no poder.

Tal quadro já nos basta para identificar que a FDA, longe de ter desaparecido, articulou-se ao populismo, no transcorrer da primeira metade do século XX, na

configuração de uma *formação discursiva populista conservadora* (FDPC). Procurava pôr em equivalência, numa nova composição do Estado Nacional, o autoritarismo das elites agrárias, o nacionalismo reclamado pela ideologia fascista, o corporativismo/paternalismo sindical e *o impulso à industrialização*. Tratava-se, como vimos acima, de uma abertura da FDA às articulações que possibilitassem a manutenção de sua hegemonia. Obviamente que essa metamorfose (de identidade) ocorre na medida em que seus agentes sociais se abrem às articulações reclamadas.

No mesmo contexto pós-1930, surge a Aliança Nacional Libertadora (ANL), que reunia forças de esquerda dos mais diversos matizes e da qual participava o Partido Comunista do Brasil (PCB) (idem: 73-6). Essa entidade, como se sabe, era associada ao tenentismo e, apesar de radicalmente *anti staus quo*, não tinha um discurso tipicamente classista. Assim, de acordo com Andrade, “seus intelectuais [não] chegavam a organizar um corpo de doutrina que interpretasse a evolução histórico-social do país”. Incorporava, entretanto, princípios radicalmente antagônicos à ordem vigente, como suspensão do pagamento das dívidas imperialistas, nacionalização imediata das empresas nacionalistas, desmantelamento do latifúndio e amplas liberdades populares. O que poderia caracterizar-se como uma *formação discursiva populista nacional-democrática* (FDPND), entretanto (talvez devido ao desmantelamento da ANL e do PCB quando do episódio da intentona comunista [1935] e do subsequente golpe varguista em 1937), teria que aguardar contextos mais oportunos para investir outros discursos políticos.

Esta vitória da FDPC teria se perpetuado por todo o Estado Novo com relativa tranqüilidade. Nesse contexto o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), dirigido por Lourival Fontes, teria tido a habilidade de consolidar uma imagem simpática de Vargas perante as massas (idem: 81-82). Tal fato chegou, inclusive, a

neutralizar uma atuação mais antagonística do PCB em relação a Vargas, pois Prestes, quando da sua anistia, teria adotado uma posição “equidistante de Getúlio Vargas e da oposição, então liderada pelo brigadeiro Eduardo Gomes” (idem: 83). Abre-se aqui um espaço para uma aliança política, quando da deposição de Vargas em 1945, entre aqueles setores da burguesia desejosos de uma democracia liberal e o General Eurico Gaspar Dutra. Essa aliança significava uma maior abertura ao capital estrangeiro e o estabelecimento de um planejamento econômico em escala nacional que deferia um pesado golpe nas elites regionais (idem: 84). Assim, a FDPC, apesar de dar fortes sinais de vida quando da reeleição de Vargas em 1950 pelo PTB, não iria resistir ao processo de crescimento de uma forte burguesia urbana em curso desde a revolução de 1930<sup>30</sup>.

Tal processo, concomitante à integração do Brasil ao capitalismo internacional, faz surgir uma tentativa de articulação discursiva por parte da mencionada burguesia. Sua expressão política maior seria o desenvolvimentismo nacionalista de Juscelino Kubitschek. A abertura de rodovias, o crescimento das indústrias de base - com o surgimento de grandes complexos industriais - e a implantação de usinas hidrelétricas, selariam a integração (e dependência) do Brasil ao capitalismo internacional (idem: 86-7). Curiosamente é o ISEB, financiado pelo governo de Juscelino e de forte influência intelectual marxista<sup>31</sup>, que irá compor aquela articulação discursiva, a qual Bresser Pereira (1983) veio a chamar de interpretação nacional-burguesa. Trataremos, nesse momento, de caracterizar a influência de uma *formação discursiva populista burguesa*

---

<sup>30</sup> Num trabalho intitulado *Discurso político e subjetividade enunciativa: análise de pronunciamento presidenciais de Getúlio Vargas e Domingo Perón*, apresentado no 2º Congresso Brasileiro de Hispanistas, Maria del Cramen F. González Daher e Dayala P. Vargens (2002) percebem uma recorrência do uso da 1ª pessoa nos discursos analisados. As autoras, então consideram a construção desse EU inseparável da imagem do governo. Consideramos, com Boito Jr. (1991) que tal quadro nos remete ao tipo de articulação proposto por Vargas. Este, ao dirigir-se diretamente às massas, exclui a organização partidária, tornando mais amena a tarefa articulatória da FDPC.

<sup>31</sup> Bresser Pereira (1983) aponta a influência do pensamento de Marx em figuras como Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré – intelectual do PCB -, e Alberto Passos Guimarães.

(FDPB) sobre essa interpretação. Tal formação discursiva, ao contrário da FDA/FDPC que articulavam liberalismo e autoritarismo, viria a articular liberalismo e democracia.

De acordo com Bresser Pereira (1983: 19), tal interpretação, na sua crítica radical à interpretação da vocação agrária, propõe um projeto de industrialização e de independência política para o Brasil. No esboço desse projeto, a sociedade brasileira era historicamente dividida em *dois grandes blocos*. O primeiro corresponderia à oligarquia agrário-mercantil, que estaria aliada do imperialismo, contra a industrialização, e que buscava manter um modelo agrário-exportador. O segundo seria o grupo modernizante composto pela burguesia industrial nacional, classes médias, trabalhadores urbanos e frações não exportadoras da velha oligarquia. Este último bloco, de acordo com essa interpretação, teria sido liderado primeiro por Getúlio Vargas e, depois, por Juscelino Kubitscheck.

Juscelino, por sua vez, como se pode ver em Benevides (1974), declara ter defendido a democracia incondicionalmente em sua vida pública, apesar dos pedidos de prudência por parte dos seus correligionários. Nesse sentido, quando da posse de Vargas para a presidência em 1950, teria condicionado seu apoio ao político gaúcho mediante o alinhamento deste com a ordem democrática. A passagem de Vargas para uma perspectiva mais “democrática”, à medida que este político estava inicialmente vinculado aos setores conservadores da elite nacional, ilustra bem a mutação discursiva da FDA, agora articulada com a FDPB<sup>32</sup>. Estaríamos diante de um verdadeiro “pacto populista” em que, como vimos, a direção do processo era tacitamente reconhecida pelos teóricos do ISEB como pertencentes à burguesia nacional. A pergunta que fica é a seguinte: como justificar tal pacto do ponto de vista de um partido comunista?

---

<sup>32</sup> Fernandes chama atenção para a “dimensão autocrática da dominação burguesa” no Brasil, embora isso ferisse “as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo” (2002: 1673).

A resposta não foi difícil para Bresser Pereira (1983: 20), que interpreta a identificação de um antagonismo entre burguesia nacional e imperialismo como uma construção ideológica insustentável do PCB que remontaria à noção de “etapas da história” de certo marxismo vulgar ou stalinista. Sendo assim, podemos entender a identificação do PCB com o chamado pacto populista. A noção teleológica presente na teoria das etapas propugnada pela III Internacional Comunista poderia ser posta (contingencialmente) em equivalência com a noção de que o populismo brasileiro correspondia a uma fase das massas nos países em desenvolvimento, conforme as interpretações do populismo a que Laclau (1978) se opunha<sup>33</sup>.

Com efeito, Burity (1989: 148) aponta para a existência de um “dualismo pecebista” presente na teoria dos comunistas sobre a revolução brasileira até 1960. Assim, sob a influência do VI Congresso da Internacional Comunista, a dita teoria das etapas se basearia numa visão teleológica da história. Teríamos, dessa forma, uma etapa que corresponderia à Revolução Democrático-Burguesa e, apenas mais adiante, se poderia pensar em uma Revolução Socialista. A primeira, que teria um caráter antiimperialista, assumia uma relação antagônica com o setor primário exportador, portadora de resquícios ideológicos advindos da propriedade feudal. Apostava, então, numa “coalizão industrialista” para se opor ao imperialismo e criar as condições históricas para a segunda revolução.

Trata-se, pois, do estabelecimento de uma *prática articulatória*, que buscava estabelecer com as massas um processo de *identificação* política. Nesse sentido, arroubos revolucionários golpistas, como o de 1935, teriam que ser evitados. A partir dessa reflexão, podemos entender, em perspectiva histórica e contingencial, não

---

<sup>33</sup> Note-se que tais interpretações têm como pressuposto certa objetividade do social, que se traduz no determinismo da esfera econômica.

normativa, portanto, as estratégias políticas do PCB. Para tal intento, não podemos perder de vista que uma *formação discursiva stalinista*<sup>34</sup> (FDS) investia o discurso em questão. Sendo assim, tais articulações limitavam-se a uma noção de mera estratégia na luta por hegemonia à maneira leninista, ou seja, estava longe de superar a noção essencialista de sujeito<sup>35</sup>. Devemos ressaltar, portanto, que ao lidarmos com tal formação discursiva estamos adentrando o que se pode chamar de um *imaginário marxista*, que entrecruza o *campo discursivo* de nossa pesquisa.

Nesse sentido, Santana (2003: 171-3) chama a atenção para o fato de que a trajetória de perseguição do PCB fez com que esse buscasse, na ocupação de espaços oficiais no Movimento Sindical (MS), uma forma de contrabalançar sua posição de “partido proscrito”. A estrutura sindical corporativa teria, assim, para o PCB, cumprido o importante papel de possibilitar a *hegemonia* do partido no movimento operário. Esse é, nos nossos termos, um aspecto contingencial que orientou as práticas articulatórias daquele partido.

Por outro lado, no âmbito partidário, o PCB, investido pela FDS, procurava manter, no período de redemocratização do pós-guerra, a política das frentes nacionais contra o fascismo. Para tal, levava a cabo alianças políticas com setores da burguesia. O surgimento da FDPB, como vimos na forte presença do ISEB no governo Kubitscheck, tem, no acima exposto, um forte fator constitutivo. Tal política, entretanto, considerando a inserção da FDS no imaginário (classista) marxista, gerava uma tensão entre a atuação do partido no sistema político oficial e sua pretensão de representar os “interesses históricos” do operariado. Assim, nesse contexto de aliança com a burguesia nacional, “não era raro

---

<sup>34</sup> Notar que a III Internacional Comunista reclamava para si a influência do marxismo-leninismo como ideologia oficial da classe operária. Alguns autores, entretanto, a exemplo de Coutinho (1992), preferem identificá-la com o stalinismo.

<sup>35</sup> Ver *O Estado e a Revolução*, de Lênin (1978). Neste livro, Lênin faz crer que a hegemonia é um processo de liderança política exercida pela classe operária. Não vislumbra, portanto, a mutabilidade da identidade de classe.

ver comunistas capitaneando greves à revelia do partido” (idem: 174).

Supomos, então, à luz do nosso referencial teórico, que as escolhas políticas (práticas articulatórias) têm uma inserção contextual, ou seja, são contingentes à medida de sua não-necessidade. Não obedecem, pois, a uma lógica objetiva, que consubstancie uma suposta ideologia de classe, mas, ao contrário, ao tratar-se de escolhas, são objetos de disputa política. Exemplar é o discurso esquerdizante assumido pelo PCB quando do fechamento político promovido por Gaspar Dutra, no final da década de 1940. Mesmo considerando a existência de um período refratário, em que a direção relutou transitar para uma orientação política mais aguerrida, o partido termina, já no governo Vargas, com um discurso *autonomista* em relação ao Ministério do Trabalho, conclamando seus militantes a tornarem-se ativos militantes sindicais e desmascarar a demagogia de Vargas (Santana, 2003: 178). Contudo, a partir do suicídio desse, e tendo como marco a Declaração de março de 1958, no qual o partido retoma a orientação anterior, assumiu uma postura de apoio crítico aos governos que se sucederam.

Começaria, a partir desse momento, o período áureo na relação do PCB com o movimento sindical. Tal fato, contudo, veio a ressaltar a tensão acima referida, pois o partido novamente viveria “o dilema da autonomia e do controle por parte do Estado” (idem: 181). Essa tensão é, em última instância, o reflexo da dicotomia, nos limites do imaginário marxista, entre o social e o político. Assim, a existência de “conselhos sindicais de empresa”, organismos que efetivamente, segundo Santana, serviram de aproximação com as bases, convivia com a política de utilização das benesses do imposto sindical. Ademais, o próprio nome dos referidos conselhos já denota uma evidente contradição.

Com o golpe militar de 1964, entretanto, o partido voltaria à clandestinidade e reorientaria seus militantes a ocupar os espaços legais na estrutura sindical vigente. Teria negado, portanto, a via da resistência armada. Tal escolha levaria o partido cada

vez mais a estreitar relações com dirigentes sindicais tidos como pelegos, levando “os setores mais radicais... a buscar caminhos alternativos” (ibidem). A experiência de Osasco em 1968 seria emblemática nesse sentido, pois os militantes que apoiaram a chapa de oposição vitoriosa e a própria greve, o fizeram contra a orientação do partido. Nesse contexto é importante lembrar que muitas das organizações da esquerda revolucionária, que futuramente comporiam o PT, tiveram suas origens nos rachas dos partidos comunistas. Delineava-se, assim, no contexto década de 1960-70, em contraposição à articulação FDPB/FDS, a emergência de uma *formação discursiva revolucionária* (FDR), altamente dicotômica e inspirada em discursos clássicos da tradição marxista que remontam a uma linhagem leninista, trotskista e luxemburguista.

Novamente, é importante que se frise a contingencialidade das práticas articulatórias. Assim, segundo Santana (2003: 183), mesmo antes do Golpe Militar, havia aqueles setores no PCB que, embora não discordassem da linha política do partido como um todo, já viam com desconfiança uma aproximação com o Governo Goulart. Preconizavam que uma aproximação com os setores populares (bases) seria a política mais acertada. No contexto da repressão política que se seguiu ao golpe, contingencial, portanto, é que parece ter ficado claro aos dirigentes do PCB que caberia “aos setores operários, buscar... no espaço da fábrica, as formas organizativas de luta e sobrevivência” (idem: 1840). Teria, assim, sobrado, à esquerda comunista, “o trabalho *pequeno e silencioso* no chão de fábrica” (ibidem).

Convencido, entretanto, da justeza da política de uma frente única das forças democráticas contra a ditadura, o PCB não demoraria a orientar seus militantes a atuarem no espaço legal da estrutura sindical vigente. Sua estratégia era clara: “organizar os trabalhadores nas empresas a partir de suas demandas mais sentidas” e conduzir tal movimento a uma luta contra o próprio regime (idem: 187). Os grupos

políticos que optaram pela luta armada, por outro lado, adeptos de uma política mais dicotômica, haviam, já no início da década de 1970, sido derrotados pela ditadura. Diante desse quadro, um caminho alternativo, diferentemente do tradicional peleguismo e do sindicalismo “reformista” do PCB, parecia se apontar. Apostou-se, assim, no que alguns grupos da esquerda revolucionária já vinham fazendo: organizar *oposições sindicais* (idem: 189). Essas últimas se caracterizariam pelo seu tom combativo e autonomista em relação ao Estado burguês-ditatorial.

No campo discursivo acima delimitado em torno da democracia, delineamos um *espaço discursivo* que se relaciona às práticas sindicais das esquerdas no Brasil. A constituição desse espaço discursivo nos será metodologicamente útil à medida que as articulações nele praticadas nos remetem à questão da autonomia do movimento operário e da relação entre as vanguardas e as bases. Relaciona-se, portanto, com a própria emergência do discurso petista como um mito de democracia.

Note-se que, nesse contexto, houve uma articulação entre as esquerdas revolucionárias e a Igreja Católica no que tange às oposições sindicais na década de 1970. Dessa forma, a Igreja pode ter se apresentado como um espaço possível para a esquerda revolucionária, que não concordava com o reformismo pecebista e que se via isolada das massas, depois de anos de luta clandestina. Por seu turno, a Igreja Católica, através das comunidades eclesiais de base, também procurava recuperar sua influência junto ao povo (Sader, 1988: 144). Igualmente, deve-se considerar a emergência do novo sindicalismo, que se deparava com uma estrutura sindical esvaziada como resultado da política ditatorial, que não reconhecia os sindicatos de base (idem: 179) e da política sindical conciliatória dos partidos comunistas. O quadro de crise esboçado por Sader, por outro lado, nos serve para demonstrar a dimensão contingente de tal articulação.

A articulação entre essas três agências em crise é muito bem analisada por

Sader nessa passagem:

“a matriz discursiva da teologia da libertação, que emerge nas comunidades da Igreja, tem raízes mais fundas na cultura popular e apóia-se numa organização bem implantada. Beneficia-se do ‘reconhecimento imediato’ estabelecido através da religiosidade popular. A matriz marxista não dispõe dessa base, enfrenta uma profunda crise e ainda os grupos que a sustentam vinham de uma derrota desarticuladora. Ela traz, no entanto, em seu benefício, um corpo teórico consistentemente elaborado a respeito dos temas da exploração e da luta sob (e contra) o capitalismo. A matriz sindicalista não extrai sua força nem das tradições populares nem da sistematicidade teórica, mas do lugar institucional em que se situa, lugar para agenciar os conflitos trabalhistas” (Sader, 1988: 144)<sup>36</sup>.

O discurso basista dos católicos, outrossim, pode ter facilitado tal articulação. Sader aponta para o fato de que a noção de *libertação* no discurso católico traz consigo o mesmo sentido *fundacional*<sup>37</sup> da noção de *revolução* para os marxistas: “elas indicam um acontecimento totalizante que subverte e refunda a vida social a partir dos ideais de justiça movidos pelo povo em ação” (Sader, 1988: 164). Como ambas têm a ver com princípios radicalmente antagônicos à ordem vigente, tendem a se apresentar como práticas políticas autônomas e deslocadas “de processos de mudanças institucionais” (idem: 165); como era o caso das oposições sindicais. O novo sindicalismo, ao contrário, no que pese seu discurso basista, estava inserido na estrutura sindical oficial. Com efeito, na gestão de Paulo Vidal, que antecedeu Lula na presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, a tônica da prática sindical era o departamento jurídico e não as greves, como queriam as oposições (Sader, 1988: 180).

Esse discurso legalista, como desenvolveremos no próximo capítulo, nos remete à questão do (não) isolamento dos agentes sociais. Ou seja, tem a ver com a necessidade dos agentes sociais em institucionalizar espaços, não importam quais, onde as forças políticas antagônicas possam se confrontar. Configura-se, assim, uma

---

<sup>36</sup> Note-se que o que Sader chama de matriz discursiva pode ser substituído pelo que chamamos de formação discursiva.

<sup>37</sup> Mesmo que essa não seja exatamente a idéia do autor, pedimos ao leitor que retenha a idéia de fundação tal qual apresentamos no capítulo anterior.

articulação entre a FDR, a *formação discursiva cristã* (FDC) e o discurso legalista do novo sindicalismo. Nesse contexto, Boito Junior (1991: 86) é taxativo ao afirmar que, na década de 1980, a ideologia populista está presente “em todas as correntes sindicais representativas em escala nacional”. Apóia-se, então, nas categorias de *ideologia teórica* (“camada mais superficial do discurso ideológico”) e *ideologia prática*, o que lembra a noção de discurso como ação em Laclau para demonstrar o apego do sindicalismo brasileiro ao sindicato de Estado (idem: 95)<sup>38</sup>.

Contraste-se, por outro lado, o acima exposto com a linha de cautela que o PCB abraçaria, nas décadas de 1970 e 1980. Nessa última, o PCB abraçaria o projeto de uma frente democrática capitaneada pelo MDB. Muitos de seus militantes ajudavam a compor aquilo que podemos identificar como o *primeiro de dois grandes blocos da redemocratização* na década de 1980. Mais conservador e ligado aos setores das elites nacionais, esse bloco se restringia, não sem a relutância dos seus grupos mais conservadores, aos limites de uma democracia representativa formal. Trata-se, pois, de uma atualização, no contexto da ditadura militar, da articulação entre FDPB e a FDS.

Todo esse contexto, pela *lógica da diferença*, veio a permitir que o PT, através de uma postura radicalmente democrática, dicotômica e autonomista, quebrasse a lógica de que o discurso do PCB era “o” discurso da classe operária<sup>39</sup>. Articulava, assim, valores democráticos emergentes “nas massas” na década de 1980 com o socialismo revolucionário. Priorizava a participação efetiva dos trabalhadores nos processos decisórios do partido e dos movimentos sociais (basismo), num *ensaio* do que seria um governo autônomo dos trabalhadores (espaço mítico). Inaugurava, assim, nosso *segundo*

---

<sup>38</sup> Interessante é notar a justificativa apresentada pelos sindicalistas classificados como de esquerda (PT, PDT, PCs e correntes trotskistas) para atuarem nos sindicatos oficiais seria a necessidade de ir de encontro às massas (Boito Junior, 1991: 96). Ou seja, necessidade de não se isolar.

<sup>39</sup> Segundo Iran Jácome Rodrigues (1997: 55), as oposições sindicais tinham, como centro de sua crítica ao PCB a sua concepção política de alianças, a sua visão cupulista no movimento sindical (que relegava a segundo plano a organização pela base) e a questão da estrutura sindical.

*grande bloco no processo de transição democrática.* Hegemonicamente de esquerda, tal bloco reclamava *igualdade* nos moldes de uma democracia social e participativa. Esse discurso que emergia como um *mito de democracia* será doravante nosso objeto de análise.

### 2.3. O mito democrático-revolucionário

O mito de democracia do discurso petista, doravante chamado de mito democrático-revolucionário, ao estabelecer equivalências de valores radicalmente ligados às bases, numa perspectiva mais dicotômica de ruptura com o regime burguês, veio, ao contrário dos partidos comunistas, a se opor frontalmente<sup>40</sup> à lógica hegemônica da transição democrática em curso. Nesse sentido, a democracia, e toda sua lógica igualitária, não deveria se restringir ao espaço institucional e representacional do parlamento. Seus efeitos teriam que ser expandidos à iniciativa privada, às relações sociais. A verdadeira democracia seria anticapitalista, pois, de acordo com a Carta de Princípios do PT de 1979, “não há socialismo sem democracia e nem democracia sem socialismo” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 54). Considera, assim, corrupta a extração de mais-valia, os salários baixos, a insalubridade nos locais de trabalho e as demissões em massa<sup>41</sup>. Procurava convencer os brasileiros que, de acordo com o discurso hegemônico, o setor privado estaria “acima do bem e do mal, e o que faz é moralmente justificado pela lógica do sistema capitalista” (Abramo, 1988: 2-6).

O antagonismo, pois, tinha uma dimensão holística<sup>42</sup>, direcionada a todo o regime burguês. Por isso “o combate não deve restringir-se à corrupção no Estado:

---

<sup>40</sup> O PT serve como referência para o que Burity (1994: 8) chama de “visão autonomista da transição”.

<sup>41</sup> Ver Kell e Werneck (1988: 25-32), que consideram que “para que haja democracia que mereça o seu nome é preciso pugnar por uma ‘sociedade sem classes’”. Havia, assim, uma dicotomização com o discurso do liberalismo político.

<sup>42</sup> A dimensão holística é uma das dimensões apontadas por Laclau (1994) que compõem a noção de emancipação do imaginário marxista.

deve abranger a do setor privado, das multinacionais, dos latifúndios, dos bancos, dos supermercados, das empresas de comunicação de massa, das grandes redes de estabelecimentos comerciais, das escolas e dos hospitais”. (ibidem, 1988: 4). Os dois blocos acima mencionados tinham, entretanto, em comum, no que se pode caracterizar como um *imaginário* da redemocratização, o projeto de “liberar o interesse da jurisdição política do Estado” e dar, finalmente, vez à sociedade civil (Vianna, 2000: 12). Quais significados viriam a ter os significantes “sociedade civil” e “classe trabalhadora” seria, então, objeto de acirrada disputa política. No que tange ao discurso petista, a autonomia (de classe) dos trabalhadores, em contraposição à FDPB/FDS, teria que ser preservada e construída autonomamente.

Seguindo essa lógica, Antunes (1995:112-126) aponta que o processo de distensão do governo Geisel teria se dado por um tipo de “auto-reforma”, que não passava de uma mudança na forma de dominação da burguesia. Sendo assim, no projeto de redemocratização da ditadura militar, “às classes trabalhadoras, a auto-reforma preservava sistemática exclusão”. O discurso petista, dessa forma, se constituiria em torno de formações discursivas teoricamente autonomistas e críticas às experiências populistas. Esse último teria se demonstrado uma arguta estratégia da classe dominante para domesticar os trabalhadores, por um lado, e um erro histórico dos partidos comunistas, por outro.

Lahuerta (2001), no entanto, tendo em mente a dimensão autoritária que assumiu o populismo em nossa história, percebe, com perspicácia, que a relação sociedade civil e Estado no Brasil, pós-ditadura, veio a ganhar tons “equivocados”. O autor, ao que parece, refere-se à dimensão dicotômica que tal relação teria assumido no mito democrático-revolucionário sob influência da FDR/FDC. Assim, considera que a relação em questão seria vista de forma, por vezes, maniqueísta, uma vez que

polarizada em demasia; como se a sociedade civil fosse essencialmente boa e o Estado “fosse a expressão de tudo de ruim que se queria negar” (Lahuerta, 2001: 87). Chamamos a atenção, nesse caso, para o caráter contingente dessa articulação discursiva, que se configura pela relação histórica autoritária com as elites oligárquicas e pelo passado recente de repressão do Estado ditatorial.

Tratava-se, contudo, para os agentes sociais inseridos no contexto da redemocratização, de superar o “conservadorismo clássico no Brasil” (Brandão, 2001: 10). Esse projeto conservador que, segundo Brandão (idem: 11), via-se perpetuado ao longo da história em figuras como o Visconde de Uruguai, Vargas, Agamenon Magalhães, Geisel, e Antônio Carlos Magalhães; pregava que a fragilidade da sociedade civil brasileira reclamava uma ação externa para mantê-la coesa. Nessa esteira, Rodrigues (1982: 20-1), em plena ditadura militar, considera que as lideranças conservadoras nunca teriam visto as virtudes do povo brasileiro. Teriam chamado-o de “Jeca Tatu”, negado seus direitos e conspirado para deixá-lo sempre na periferia. O processo de transição democrática na década de 1980, dessa forma, teria tido o mérito de se contrapor a FDA em suas múltiplas articulações.

Outrossim, num contexto de deslocamento da estrutura política nacional, a intensificação do processo de “ocidentalização” ou complexificação da sociedade civil vem a dificultar o mero exercício de uma dominação pela via da coerção e passa a requerer dos agentes sociais a capacidade de direção ou hegemonia (Coutinho, 1992: 57)<sup>43</sup>. Considerando a incapacidade da ditadura militar de exercer tal hegemonia, emergiram alguns mitos de democracia no cenário político nacional. É da contingência desse processo, ou seja, das práticas articulatórias envidadas por agentes sociais

---

<sup>43</sup> Observar que Coutinho aqui não usa o conceito de hegemonia segundo a nossa perspectiva, embora o faça a partir da matriz gramsciana.

concretos, que emergiu o mito democrático-revolucionário.

Esse mito se constituiu, numa perspectiva interdiscursiva, a partir das articulações entre a Igreja (FDC), as esquerdas organizadas (FDR) e o novo sindicalismo. Punha em equivalência, através de suas práticas articulatórias, elementos disponibilizados pelo deslocamento em curso, segundo uma perspectiva antagônica à Aliança Liberal (PMDB/PFL). Nesse contexto, devemos nos referir à presença de uma *formação discursiva reformista* (FDRF), advinda de uma tradição marxista européia<sup>44</sup>, que se articulava às já mencionadas FDR/FDC e ao novo sindicalismo<sup>45</sup>. Tal articulação, por seu turno, envidava esforços para *pôr em equivalência valores democráticos e revolucionários*.

Lançando luz à nossa discussão, Miranda (2000) chama a atenção para o fato de que a esquerda no Brasil não tinha historicamente uma cultura de poder, pois esse era tradicionalmente exercido pelas elites oligárquicas (FDA). Tal fato, acreditamos, teve uma forte influência na construção do *mito democrático-revolucionário* do discurso do PT. A ausência de tal cultura parece ter sido, dessa forma, *um dos fatores* a contribuir para que o partido destacasse valores políticos mais negativos, dicotômicos, utópicos, que procuravam se articular à margem de uma institucionalização. Vislumbrava, assim, uma futura sociedade, *sem explorados e sem exploradores*, radicalmente diferente da que se lhes apresentava.

Dessa forma, diferentemente dos partidos comunistas (FDS), como afirma César (2002: 246), o PT não pouparia ataques à burguesia nacional, recusando a

---

<sup>44</sup> Ver no excelente artigo de Leandro Konder (1991), *A atualidade do marxismo*, uma referência à tradição social democrata no marxismo. Essa teria usado o poder dos governos que assumiram para “gerir o capitalismo”. Mesmo que o discurso petista da década de 1980 seja crítico à social democracia, a FDRF tem presença marcante na sua constituição.

<sup>45</sup> Note-se que a tendência majoritária do PT, a Articulação, será hegemônica nos metalúrgicos de São Bernardo e particularmente sensível à FDRF. Nesse sentido, Iran Jácome Rodrigues, *em Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*, denomina o conjunto de forças políticas em torno da Articulação de “esquerda contratualista” (Rodrigues, 1997: 43).

admissão de “patrões” em suas fileiras<sup>46</sup> e mantendo distância dos políticos oportunistas dos partidos de classe média e burguesa. Tentaria, ao contrário, evidenciar a histórica exclusão dos trabalhadores dos projetos políticos nacionais e resolver tal falha na estrutura política do país, através da remissão a um espaço mítico. Assim, em sua Carta de Princípios de 1979, o PT afirma que “os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manterem organizados à parte”, pois seriam “duvidosos” os apoios de “aliados ocasionais, saídos dos campos das classes médias e da própria burguesia” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 49-50).

Instruídos por Mouffe (1996), consideramos que o mito democrático-revolucionário estaria inscrito dentro da (falta de) *tradição* acima referida. Com efeito, tal autora considera que a tradição “permite-nos pensar a nossa própria inserção na historicidade, o facto de sermos criados como sujeitos através de uma série de discursos existentes, e que é através dessa tradição que nos forma que o mundo nos é dado e toda a acção política é tornada possível” (Mouffe, 1996: 30). Com isso, acreditamos que está claro para o leitor que, no intuito de perceber o discurso mítico em questão, temos que abordá-lo desde uma perspectiva particular. Nesse contexto, Abramo (1988: 2-6) aponta que os militantes petistas advinham de uma base social “marcada pela violência e pelo sentimento de exclusão”, que se refletia em um comportamento político imediatista e com marcante desconfiança em relação ao governo e aos políticos.

Perceba-se, também, a dimensão ideológica do mito democrático-revolucionário. Os sujeitos por ele investidos parecem sempre crer na originalidade do que se lhes afigura como questões objetivas. Assim é que o pernambucano e trotskista Mário Pedrosa, por ocasião da assinatura do Manifesto de Fundação do PT, anunciou

---

<sup>46</sup> Afirmações com esse teor podem ser encontradas de forma explícita na Tese de Santo André-Lins e na Carta de Princípios, ambas de maio de 1979 (Partido dos Trabalhadores, 1999).

orgulhosamente que ao se inscrever naquele partido deixava “à sua porta os preconceitos”, pois o PT não teria um “livro sagrado” a ser seguido. Assim, o comunista histórico, assinante da ficha número 1 de filiação do partido, proclamava a novidade que significava o PT em relação ao que vinha sendo até então a prática dos partidos comunistas tradicionais. Dessa forma, na tentativa de se desvencilhar de uma tradição que teria conduzido a esquerda internacional a erros históricos, Pedrosa considera que o PT “é o que é, guia-se por sua prática, acerta por seu instinto” (Partido dos Trabalhadores, 1999)<sup>47</sup>. Trata, pois, de anunciar uma identidade radicalmente nova para aquela agremiação e seu discurso.

O mito aqui claramente nos remete àquela capacidade inesgotável de significação a que nos referimos no capítulo anterior. Veja que ele se constitui a partir de uma cadeia semiológica, representada pelas formações discursivas aqui abordadas, e que lhe é anterior. Nesse caso, o mito democrático-revolucionário, como uma metalinguagem, se utiliza daquela cadeia para seus fins, ou seja, adapta-a ao contexto da transição democrática na década de 1980 e anuncia sua “verdade”. Assim, os “dogmas” do socialismo real, os “livros sagrados”, não teriam nada a ver com o “verdadeiro” socialismo democrático, que estaria na essência do pensamento marxista e cujo significado finalmente estaria sendo resgatado.

Ao tratar como natural o princípio de leitura que propõe, qual seja, uma postura mais dicotômica e autônoma dos trabalhadores em relação à burguesia e seu Estado, o mito em questão “ignora” a contingencialidade das escolhas e práticas articulatórias por ele envidadas. Naturaliza, assim, os conceitos e elementos que articula. Em outros termos, é o que Lefort (1974: 26) afirma, quando se refere ao discurso ideológico como “um discurso segundo que segue as linhas do discurso instituinte, o qual não se

---

<sup>47</sup> Essa informação encontra-se na orelha do livro em questão.

conhece, e, sob seu efeito, tenta simular um saber geral sobre o real como tal”. É dessa forma que o mito democrático-revolucionário, por exemplo, articula um discurso crítico à FDS e ao socialismo real, como se se tratasse de uma questão meramente conceitual.

Nota-se, igualmente, que como pano de fundo da discussão da “novidade” que caracterizava o PT, havia uma disputa acerca da relação que o partido deveria ter com a transição democrática em curso. As posições variavam desde uma perspectiva mais instrumental (FDR) a posições que, ao defender uma assunção do jogo democrático, o faziam, de forma mais aberta à perspectiva reformista (FDRF), para que se criassem as condições seguras para um futuro (quicá longínquo) “embate decisivo”. Tal articulação, no entanto, ao que parece, se dava em torno do entendimento (ideológico) de que a práxis petista, com vista à revolução, deveria ter uma conexão muito forte com a organização da classe trabalhadora (basismo).

Nessa perspectiva, entendia-se a importância de trabalhar-se na legalidade e das vantagens que poderiam daí advir. A conjuntura democrática teria que ser mantida ao seu limite máximo: tratava-se de não desperdiçar uma oportunidade histórica de organizar os trabalhadores, a qual os partidos comunistas não tiveram ou não foram capazes de articular. Posturas aventureiras poderiam conduzir a um desastre ou retrocesso, da mesma forma que se deveria ter bastante cautela na composição das alianças que punham em ameaça a identidade de classe do partido. Os limites teóricos e práticos a serem desenhados nessa tensão entre democracia e ruptura revolucionária é que, ao se colocarem como elementos de dissenso nos embates partidários, tencionavam os elos da cadeia de equivalências do discurso petista. Seu mito de democracia teria o desafio de pôr em equivalência democracia e revolução, sem, contudo, afetar sua identidade de classe.

Tal tensão pode ser bem visualizada na avaliação de Weffort (1992: 144) sobre

“os efeitos do terremoto de 1989-1991”. De fato, o impacto dos acontecimentos que fizeram ruir o império soviético e, com ele, o dito socialismo real, teria sido um marco (deslocamento) capaz de impulsionar e radicalizar toda uma revisão há muito em curso, dos paradigmas marxistas. Nesse sentido, Weffort considera que tais acontecimentos eram “impensáveis nos termos dos paradigmas históricos então vigentes” (Ibidem). No discurso petista, o fim da história era o “reino da liberdade”, cujas bandeiras, armas e concretização dependiam da política autônoma da classe trabalhadora. Percebem-se, então, os perigos que representava a institucionalização de forças políticas que se pretendiam revolucionárias.

Com efeito, ao deslocamento provocado pela derrota política do chamado socialismo real, que reclamava uma revisão dos paradigmas marxistas, se somava a própria experiência institucional que o PT passaria a viver no transcorrer da década de 1980 (Keck, 1991). Os valores articulados discursivamente, pelo mito democrático-revolucionário, teriam que ser postos em equivalência, agora em interseção com outras cadeias de equivalência, inclusive em dimensão institucional e extralingüística. Sendo assim, para Valeska Peres Pinto, anteriormente

“não se tinha um programa concreto de governo para Diadema. A plataforma eleitoral apresentada era muito mais um arrolamento de palavras de ordem genéricas, que não servia como guia para a ação... para muitos militantes petistas locais, este plano era a plataforma de 82, documento de caráter propagandístico, rapidamente superado pelas necessidades” (Pinto, 1988: 11).

Depois que o PT começou a apresentar resultados eleitorais, Valeska Pinto reconhece, um tanto apreensiva, que “foi difícil... a incorporação [de tanta] expressão eleitoral na vida orgânica do partido” (idem: 12). Ou seja, aquela idéia de plena representação que habitava o imaginário do discurso petista (via marxismo) começa a ser posta em questão. Nosso mito, entretanto, no que pese as contradições, numa

dimensão lógica de seu discurso, seguia com seu trabalho hegemônico.

Sendo assim, não perde vínculos com uma noção teleológica da história (bastante presente na FDS). Perseu Abramo (1988)<sup>48</sup>, em seu artigo *Proibido de ficar perplexo*, anteviu que:

“é possível detectar... um processo brasileiro de transformação socialista... várias das condições objetivas para um processo socialista já se acham colocadas no cenário econômico e social desde há anos. Foram criadas pelo próprio desenvolvimento do capitalismo no Brasil: expansão e concentração do capitalismo industrial, crescimento do capitalismo agrário, formação de um sistema de classes sociais, existência de instrumentos sindicais e partidários de organização e conscientização da luta de classes, inexistência de um projeto hegemônico da burguesia... Vinham faltando, porém, o que se chama de condições subjetivas, isto é, de vontade e capacidade dos sujeitos do processo de atuarem nessa direção. Ao que parece, algumas dessas condições subjetivas estão começando a existir... a tendência geral é o progressivo avanço” (negrito nosso) (Abramo, 1988: 6).

Assim é que seria muito difícil, antes de 1989, para Francisco Weffort (1992: 146), sugerir “a elaboração de perspectivas teóricas destituídas de qualquer determinismo”. Essa questão é muito bem articulada na seguinte passagem:

“Se o socialismo voltar a conquistar um novo sentido, será porque os socialistas foram capazes, afinal, de reconhecer a existência e legitimidade de seus adversários. Ou seja, de reconhecer que o socialismo, em qualquer forma imaginável, deve ser concebido como uma *possibilidade*, não como uma *necessidade* histórica. Depois dos acontecimentos de 1989-1991, não será difícil para os socialistas entender que eles não são, afinal, donos do futuro” (ibidem: 152).

Nesse sentido, César (2002: 242) atesta que se havia instalado no interior do PT “uma tensão entre posicionamentos antigos e novos, que fazem com que o partido oscile num movimento pendular, ora para posturas inovadoras, ora para posturas tradicionais”.

No intuito de entender esse efeito pendular, podemos recorrer a Torfing (1999), para quem os suportes ideológicos do marxismo são o epifenomenalismo, tendo o econômico como centro, e o reducionismo classista. Neste contexto, Laclau e Mouffe (1985), estudando a genealogia do conceito de hegemonia, no seio do marxismo,

---

<sup>48</sup> Notar a semelhança dessa assertiva com a lógica política do Programa de Transição que será tratado no próximo capítulo. Em tal programa Trotsky reduz a crise do socialismo a uma crise na direção (vanguarda) do operariado, pois as condições objetivas estariam mais do que maduras.

ressaltam a expansão da lógica da contingência em detrimento da lógica da imanência do social (necessidade). A primeira é antitética em relação à lógica da necessidade, que, ao considerar a determinação em última instância do econômico, não absorve variações contingenciais e nutre a crença ideológica no acesso literal ao real. Devido ao caráter antitético dessas duas lógicas, a ampliação da lógica da necessidade se dá em detrimento da lógica política da contingência. Ao contrário, a expansão da lógica da contingência, origem da gestação do conceito de hegemonia, comprometeria o campo do monismo<sup>49</sup>.

Somente com o reconhecimento de que as tarefas democráticas não são necessariamente tarefas burguesas é que se poderia superar os problemas referentes à articulação entre socialismo e democracia. A prática socialista teria que sair de seu gueto de classe e articular múltiplos antagonismos, reconhecendo que esses últimos não são necessariamente antagonismos de classe. Como corolário da inexistência de identidades fixas, desqualifica-se uma matemática exata de quem perde e de quem ganha entre as classes, posto que os interesses não são dados. Uma vez que o racionalismo da primeira narrativa, a da necessidade, é questionado, a transparência do processo de representação que incomodava Valeska Pinto, por sua vez, é também posta em xeque.

Reconhecer, entretanto, o caráter antitético de tais lógicas, não significa presumir que elas não são articuláveis ou que daí poder-se-ia derivar um “erro” estratégico do PT. Nesses termos, para Laclau (1994: 34), há uma distinção entre as dimensões lógica e social. Incompatibilidades numa dimensão lógica não significam inoperância social. Se assim o fosse, adotar-se-ia “a hipótese absurda de que o terreno social seja estruturado como um terreno lógico e que proposições contraditórias não

---

<sup>49</sup> Notar que elementos contingentes aparecem como “espectros” do real em relação ao discurso objetivista do marxismo. Assim, as escolhas feitas pelo marxismo revelam-se como atos de poder que intentam a criação de uma “realidade”. Nesse sentido há poder - expresso no fato de que o real tem elementos excluídos, mesmo em um discurso não hegemônico em uma dada sociedade. Tal consideração terá forte repercussão na análise do movimento dos metroviários pela escala de serviço 4x2x3.

possam ter efetividade social”. Pelo contrário, o mito, na busca por hegemonia, como vimos na articulação entre FDC, FDR e FDRF<sup>50</sup>, tenta tornar homogêneo (coerente em uma cadeia de equivalências) aquilo que não o é. Decorre daí, em última instância, o caráter instável de todo discurso.

Porém, essa tensão não se caracterizava como uma particularidade do discurso petista. Podemos perceber, através da genealogia do conceito de hegemonia (Laclau e Mouffe, 1985), que a própria FDRF tem sua emergência histórica marcada por essa mesma tensão, que se materializa na discussão acerca de programas políticos e estratégias de ação na tradição marxista. Tal consideração nos remete à contestação de Coutinho (1992: 64-6) acerca da falsa vinculação do marxismo-leninismo, que teria se tornado um “hábil pseudônimo do stalinismo”, com a ideologia oficial da classe operária. Assim, como pano de fundo da inegável crise do socialismo real, Coutinho chama a atenção para a existência de uma “questão democrática”, que nós consideramos central naquela discussão. Para nosso autor

“a ação histórica do movimento social-democrata foi essencialmente positiva: explorando as possibilidades abertas pela intensificação da socialização da política no interior do capitalismo, a social-democracia conquistou substantivas reformas econômicas e políticas – autênticas vitórias da economia política da classe operária sobre a economia política burguesa, como diria Marx” (idem: 67-8).

Tomando proveito da discussão corajosamente assumida por Coutinho, entendemos, sem que isso signifique que o autor concorde conosco, a “intensificação da socialização política no interior do capitalismo” como uma evidência da impossibilidade de uma análise objetivista do social. Isso porque a sociedade dita ocidental se caracteriza por sua crescente heterogeneidade, o que dificulta o estabelecimento objetivo de fronteiras na composição do social. Assim, ainda segundo

---

<sup>50</sup> Note-se a proximidade entre o discurso legalista nas origens do novo sindicalismo e a FDRF.

o autor, que procura se manter fiel ao “patrimônio categorial do marxismo” (idem: 79), o erro da social-democracia contemporânea estaria muito mais na sua incapacidade de aprofundar seu antagonismo reformista e não na postura reformista em si<sup>51</sup>. Chega, dessa forma, a propor um “reformismo revolucionário” (Coutinho, 1992: 69). Dito isso, podemos tomar não apenas como contingentes, mas também como mutuamente constitutivas, as duas formações discursivas articuladas pelo mito democrático-revolucionário: a FDR e a FDRF.

Assim é que a tensão entre elas esteve fortemente presente na experiência política e sindical do PCB e, como vimos, na própria tradição marxista. A FDR e a FDRF, dessa forma, são formações discursivas que entrecruzam grande parte do pensamento político da esquerda internacional. Nesse sentido, consideramos que a produtividade específica do mito democrático-revolucionário está em conexão com o investimento paulatino na constituição de um novo sujeito mítico.

Dessa forma, o discurso petista, no início da década de 1980, iria operar com a concepção clássica de classe operária como sendo, naturalmente, a classe mais avançada do ponto de vista político. A ideologia operária, que remete a uma essência inscrita no social, afigurava-se como a guardiã de interesses históricos inegociáveis. Bastante ilustrativo é perceber que, para esse partido, a democracia verdadeira seria “operária”. O documento “A Carta de Princípios do PT” deixa claro que os operários são a “vanguarda de toda a população explorada” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 54).

---

<sup>51</sup> Para Konder (1991: 14-5) havia sido Lênin o responsável pela revalorização do papel do sujeito na história. Esse teria se colocado contra a “ortodoxia” marxista – leia-se a vertente oficial da II Internacional sobre a égide do “socialismo científico” – e balizado os marcos teóricos para a construção de um partido revolucionário que teria como características precípuas seu caráter ágil, centralizado e “tendencialmente militarizado”. Estariam aí os fundamentos do que foi depois batizado por Stalin como “marxismo-leninismo” e transformado em modelo de partido e revolução a ser exportado para todo o mundo, mesmo que Lênin tenha agido dentro de condições históricas bastante específicas. A sobrevivência da II Internacional, então, teria gerado a existência de “dois ‘marxismos’: o ‘marxismo-leninismo’, dos partidos comunistas, e o ‘marxismo’ social-democrata”. Este último teria utilizado o poder dos governos que assumiram para serem “gestores do capitalismo”.

Nesses termos, Perseu Abramo (1988: 3), referindo-se ao processo de transição, considera que “a classe média politizada” apenas “adere à campanha na esperança de acabar com a ditadura e de transformar o regime [militar]”. Cabia então à classe operária a “liderança” de setores da sociedade que, de outra forma, seriam conduzidos pela burguesia. Ou seja, a necessidade de articulação com outros setores da sociedade estava irremediavelmente posta. Assim, a luta pela “hegemonia” do mito democrático-revolucionário requeria o estabelecimento de lutas parciais naquele contexto de transição.

Carlos Eduardo de Carvalho, então membro do grupo de assessoria econômica do Diretório Nacional do PT e coordenador do PAG (Plano Alternativo de Governo) da candidatura Lula em 1989, no seu artigo “Tentação Reformista: medo (e gosto) de pecar”, expressa de forma exemplar a questão acima. Contrastando o conteúdo do PAG e as Resoluções do V Encontro Nacional do PT revela que:

“De início havia uma contradição nítida em se afirmar que o governo não estaria expressando a luta direta pelo socialismo, mas que teria de tomar *medidas de caráter socialista* em setores essenciais da economia. Ora, se os setores ‘essenciais’ são socializados, no essencial se chegou ao socialismo. Sob outro enfoque, se *as medidas de caráter socialista* não significam a socialização tal como se entendeu sempre (posse coletiva dos meios de produção), o que significariam então? Poderiam ser medidas de democratização do aparelho de Estado e da gestão das empresas, ou o aprofundamento da luta democrática. Mas, nesse caso, para o governo se viabilizar seria mesmo necessária a *ruptura revolucionária*?” (Carvalho, 1990: 50).

Havia aqui uma questão explícita referente ao que fazer com amplos setores potencialmente hegemônizáveis pelo partido, mas que não se colocavam na perspectiva da ruptura revolucionária. Ou seja, o programa de governo deveria ser mais “amplo” do que o do partido, devido à necessidade de *identificação* com as massas. Ou seja, estamos diante da lógica do populismo acima exposta. É assim que para Carvalho (1990: 50) “o programa econômico de emergência apresentado por nós em dezembro de 1988 revela um *esforço de inserção na conjuntura*, reunindo propostas concretas para problemas imediatos” (grifo nosso). Nessa perspectiva, numa reedição da

disputa entre o reformismo social democrata (FDRF) e o revolucionarismo (FDR), o nosso mito considerava que administrar o capitalismo, ainda que “de forma diferente das forças conservadoras”, era “simplesmente um tabu no nosso meio até então” (ibidem).

Ainda assim, o PT, buscando manter coerência com sua postura crítica à social democracia européia e aos partidos comunistas no Brasil (FDS), mantinha como horizonte o advento do socialismo numa perspectiva *classista*. Diferenciar-se-ia, então, daqueles discursos, por ser um partido profundamente enraizado nas lutas operárias (e populares). Seu discurso, que, lembremos, inclui sua prática política, seria (mitologicamente) bem mais ousado e *original*, pois não cederia à tentação reformista na qual incorrera o PCB, em sua articulação com o populismo burguês (FDPB). Assim, numa perspectiva interdiscursiva, Carvalho (ibidem), não sem deixar transparecer um tom algo cético, afirma que administrar o capitalismo com o objetivo de transformá-lo seria “um desafio histórico gigantesco, para o qual não há respostas suficientes na história do movimento operário e dos países socialistas”.

Com vistas a enfrentar tal desafio, o mito democrático-revolucionário passaria a ampliar a clássica essência antagônica da classe operária para um sujeito mais amplo. Essa seria, talvez, a sua originalidade em relação ao mito de democracia do PCB<sup>52</sup>. Não recairia numa política populista, ou seja, não iria a reboque da burguesia, mas se abriria às práticas articulatórias (inicialmente) com setores “proletarizados” da sociedade, identificados com os princípios da democracia operária. Não se perderia, assim, a identidade dos elos equivalenciais referentes à ideologia do operariado que o mito articulava.

Dessa forma, o PT, na definição de suas táticas quando do V Encontro Nacional em 1988, após considerar que o capitalismo no Brasil produzira “uma massa de assalariados heterogênea”, formula a sua “alternativa democrática e popular”. Em

---

<sup>52</sup> Lembrar do “dualismo pecebista” que nos referimos na seção anterior deste capítulo.

polêmica aberta com a história do PCB, que mencionamos acima relativamente à teoria das etapas, o PT rejeitaria

“a formulação de uma alternativa nacional e democrática, que o PCB defendeu durante décadas, e coloca claramente a questão do socialismo. Porque o uso do termo nacional nessa, formulação, indica a participação da burguesia nessa aliança de classes – burguesia que é uma classe que não tem nada a oferecer ao nosso povo” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 322).

Nessa esteira, Abramo (1988: 5-6), reconhecendo que o econômico não mais poderia explicar tudo, incita os petistas a saber quem é a juventude, os favelados, o que seriam os movimentos populares, os sem-teto, “as mulheres, os negros, os índios, os idosos, as crianças... os *office-boys*, os professores, os funcionários públicos... os que se dedicam à economia marginal... os bóias-frias, os meeiros, os arrendatários”<sup>53</sup>.

Podemos, então, entender qual o papel das massas, das bases, para o discurso petista. Essas últimas, vistas segundo uma perspectiva classista, ou seja, *encarnadas* pela ideologia operária, é que podiam resolver uma questão cada vez mais premente. Imprimindo-lhe uma natureza antagônica, equivalente à da classe operária, poder-se-ia arriscar a “tentação” reformista e manter acesa a chama revolucionária. Essa sim seria uma operação genuína do mito democrático-revolucionário. Veja-se como Carvalho nos apresenta a situação<sup>54</sup>:

“A síntese que acabou permitindo a aprovação da linha geral do PAG não resolveu nenhuma

---

<sup>53</sup> José Dirceu, referindo-se à história do PT, salienta que o partido “estava ligado às lutas dos novos agentes sociais e políticos que surgiram no Brasil no final da década de 1970” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 9-11). Já em sua “Declaração Política” (idem: 55-7) o PT se apresenta como expressão de um “novo e amplo movimento social que... se estende das fábricas aos bairros, dos sindicatos às comunidades eclesiais de base... do movimento dos negros ao movimento das mulheres e ainda outros como os que lutam pelos direitos das populações indígenas”.

<sup>54</sup> É interessante vincular essa discussão ao que Burity (1994: 28) chama atenção quando diz que a emergência de novos atores sociais teriam feito cair no descrédito teorias sociais que tinham como suporte a autonomia dos movimentos sociais como “evidência de uma dicotomia entre ação não-institucionalizada e institucionalizada”. Evidente que entre a produção acadêmica e a prática política propriamente dita há uma boa distância, mas a repercussão de uma problemática de pertencimento entre grupos e ideologias traz, a nosso ver, importantes conseqüências para uma teoria do Estado.

dessas discussões de fundo... O que permitiu a síntese foi a convicção, comum a quase todos, de que o governo Lula precisaria ao menos começar a governar – quando mais não fosse, para melhor estar posicionado nas suas relações com as amplas massas no momento em que a radicalização da sociedade conduziria à ruptura, tida por alguns como inevitável... À medida que a campanha cresceu... a necessidade de ampliação da base social acabou empurrando o consenso dos companheiros para a necessidade de políticas amplas e factíveis, capazes... de ganhar nas urnas... [e] articular mais firmemente o espectro de alianças que se desenhava em torno do PT... aí surge... a ‘tentação reformista’ (idem: 1990: 51-2).

Diversas metaforizações, nesse contexto, podiam ser articuladas ao “significante” *bases* ou *massas*. Daí podia decorrer a necessidade de se *acompanhar o nível de consciência* daquelas, não se arriscando em *aventuras irrealistas e irresponsáveis*, até a noção de que as bases seriam mais *avançadas* do que muitas pretensas vanguardas da classe operária. Note-se bem que o caráter mítico-metafórico dos sentidos é sempre articulado a partir de condições determinadas. Descartando-se a alternativa democrática e nacional, tendo-se decidido não compor com a burguesia, mas, ainda assim, participando institucionalmente do jogo democrático, torna-se o que é heterogêneo e particular, em sujeito constituído de uma tarefa (universal) da classe operária. Sendo assim, a própria significação de “classe social” estava em jogo. À medida que se procura ter uma “afinidade”, ou ainda melhor, “fidelidade” (identificação) para com a mesma, tende-se a, seguindo intenções próprias, lhe imprimir uma identidade ou a homogeneizá-la<sup>55</sup>.

Vejamos, então, alguns equivalentes que nosso mito articulou para encarnar a ideologia operária. Encontramos nos documentos oficiais do partido, além de “trabalhadores”, “operariado” ou “classe trabalhadora”: oprimidos, população trabalhadora, conjunto dos trabalhadores, massas trabalhadoras, as classes trabalhadoras, massas exploradas, setores populares, massas oprimidas, massas

---

<sup>55</sup> É interessante notar que nos documentos oficiais do PT, ao longo da década de 1980, o foco no operariado como vanguarda revolucionária vai, paulatinamente, cedendo lugar a uma concepção mais ampla de classe trabalhadora. Ao que parece tal transição não foi objeto de discussão formal no interior do partido.

populares e bases da sociedade. Todos esses estariam creditados a viver a democracia operária, que deveria ser posta em prática desde então.

Nesse contexto, como aprofundaremos no próximo capítulo, é sintomática a extrema preocupação do partido com a democracia interna de suas instâncias e dos movimentos sociais, particularmente a democracia sindical. Assim, o mito democrático-revolucionário, ao não renunciar “os valores da classe operária” (elos equivalenciais), parece querer ensaiar a democracia (operária) da futura sociedade, ou seja, uma democracia entre iguais. A crença na plena representação de um governo dos trabalhadores, que finalmente emergiria contra seus seculares algozes, parece ter contribuído de forma peculiar para a construção desse espaço mítico. Estudar, assim, o mito democrático-revolucionário no sindicalismo cutista, pode revelar importantes detalhes a seu respeito. Sobre essa tarefa nos debruçaremos no próximo capítulo. Feito isso, poderemos, no último capítulo, apreender a relação deste mito com a prática política dos metroviários de Pernambuco.

### 3. O mito democrático-revolucionário e o movimento sindical no Brasil

---

Como pudemos ver no capítulo anterior, a origem do PT está, em boa medida, vinculada ao ressurgimento de um movimento sindical combativo, que demonstrou os primeiros sinais de sua existência nas “grandes greves”, a partir de 1978 (Gohn, 1995: 114). Os metalúrgicos, que teriam comandado essa onda de greves, lançaram no cenário político “várias lideranças nacionais” (idem: 115). Nesse contexto, referindo-se ao surgimento do PT, Keck (1991: 3) aponta que “pela primeira vez um partido podia se reivindicar uma presença sólida na classe operária e propor um programa que traduzisse com clareza essa representação”.

Antunes (1988), por outro lado, considera que as greves dos metalúrgicos realizadas no final da década de 1970 têm um caráter claramente espontâneo. Assim, experiências de rebeldia do trabalho teriam aflorado entre os metalúrgicos do ABC paulista<sup>56</sup>. Nos depoimentos coletados por Antunes se evidencia que por trás das paralisações não havia “qualquer esquema ideológico ou político” (idem: 33). Representaria, assim, segundo esse pesquisador “ainda que *embrionariamente*, uma luta contra... o despotismo no mundo fabril” (idem: 36-7). Outrossim, numa dimensão mais política, tais greves teriam revelado o caráter “excludente e autocrático da auto-reforma do regime” e que o “liberalismo oposicionista parlamentar” seria “incapaz de incorporar as reivindicações oriundas do mundo fabril” (idem: 37).

O PT, então, como apontou Keck (1991), teria surgido para preencher essa

---

<sup>56</sup> Antunes (1988: 14-5) cita como exemplos de rebeldia dos referidos metalúrgicos: a greve tartaruga (diminuição do ritmo de trabalho), a operação boicote (sabotagem), a operação amnésia (esquecimento de crachá), a operação quebra-galho (realização apenas dos trabalhos previstos). A operação tartaruga podia se desdobrar em operação zelo (cumprindo rigorosamente as normas), operação acidente (diminuindo o ritmo de produção tendo como pretexto a segurança no trabalho), entre outros.

lacuna no cenário político nacional. Para tal, teria que estabelecer relações com o sindicalismo e com os movimentos sociais como um todo, que desenhariam as fronteiras dos seus espaços políticos e a conseqüente ênfase a ser adotada pelo programa político do partido. No contexto da tensão que aí se estabelece é que pretendemos considerar a relação entre o PT e o movimento sindical cutista, tendo como pano de fundo a transição democrática em curso. Temos, assim, como objetivo desse capítulo, refletir acerca da crença na plenitude da representação política.

### 3.1. O debate clássico

Valério Arcary (1990: 56) - então líder nacional da Convergência Socialista - revela que “nós temos uma profunda fé no proletariado. Não uma fé religiosa, porque não é apoiada num dogma, mas uma compreensão do processo histórico, de qual o lugar reservado para o operariado nessa sociedade”. Tal assertiva, queremos crer, revela a essência do sujeito universal (classe operária) que o mito democrático-revolucionário faz encarnar num objeto social ampliado, como vimos no capítulo anterior. Nesse caso, o sujeito mítico petista, ao se identificar com setores da sociedade (objeto encarnado) bem mais amplos do que o circunscrito à clássica classe operária, credenciava-os como receptores da “essência operária” e, portanto, dignos de viver sua democracia.

O fenômeno da encarnação, entretanto, nunca consegue se realizar plenamente. Isso porque os agentes sociais que encarnam a posição de sujeito da emancipação são agentes particulares e finitos e, assim, nunca conseguem preencher inteiramente as expectativas e requisitos que a essência do sujeito universal pressupõe. Dessa forma, dada a própria particularidade e ausência de essência do objeto encarnado, as práticas articulatórias envidadas pelos agentes sociais resultam num constante processo de

redefinição identitária<sup>57</sup>.

Nesses termos, subjacente a esse processo de encarnação, mais uma vez, está a clássica tensão entre o político e o social. Isso porque a plena realização de identidades, que se imagina inscrita no social, é borrada pela prática política. Podemos encontrar as raízes dessa questão em inúmeros debates da esquerda internacional. Ao percorrermos de forma breve alguns desses percursos teóricos, tentaremos evidenciar a relação entre vanguarda (pretensamente portadora da ideologia operária) e massas (objeto que a encarnaria). Isso feito, teremos pavimentado o terreno de compreensão da relação entre o mito democrático-revolucionário e o movimento sindical brasileiro na década de 1980.

Motivada pelo contexto histórico das greves de massa ocorridas na Rússia em torno do período revolucionário de 1905, Luxemburgo (1979) vê-se teoricamente compelida a rever posições adotadas pelo marxismo<sup>58</sup>. Outrossim, entraria em confronto com os anarquistas<sup>59</sup> que só conseguiriam ver o “espaço etéreo” e a “boa vontade e coragem de salvar a humanidade” nas suas especulações revolucionárias. Tais considerações viriam à tona como resultados da análise daquela experiência histórica, cuja contingência evidenciava a incapacidade dos dirigentes revolucionários de, através de “decretos secretos” ou “propagandas”, deflagrar alguma greve significativa. Chegaria, assim, à conclusão de que “a greve de massas nem é ‘fabricada’ artificialmente nem ‘decidida’ ou ‘difundida’ no éter imaterial e abstrato, é tão-somente um fenômeno histórico, resultante, em certo momento, de uma situação social a partir de uma necessidade histórica” (Luxemburgo, 1979: 19).

---

<sup>57</sup> Conferir discussão sobre encarnação na seção 2 do capítulo anterior.

<sup>58</sup> Refiro-me ao marxismo “ortodoxo” e cientificista então hegemônico na II Internacional Comunista.

<sup>59</sup> Embora não seja objetivo dessa pesquisa proceder a um estudo do anarquismo, dele faremos, não raro, menção a partir da compreensão de que a tradição marxista tem no anarquismo um Outro constitutivo.

As remissões a situações políticas bem determinadas tornar-se-iam, assim, necessárias para analisar greves e processos revolucionários, tendo-se uma percepção de que o elemento espontâneo, contingente, acrescentaríamos, desempenha um papel de suma importância no estabelecimento das estratégias de ação. Esquemas rígidos (objetivistas e abstratos) de análise social teriam que ser descartados em nome desse elemento espontâneo. Como corolário, tinha-se que o social perdia seu *caráter homogêneo e previsível* presente nas análises cientificistas do marxismo da II Internacional. Profissionais liberais, pequena burguesia, empregados comerciais, bancários, engenheiros, comediantes, criados, agentes subalternos da polícia, e lumpem, formariam um “painel imenso da batalha geral do trabalho contra o capital” (idem: 29).

Essa discussão conduz Rosa Luxemburgo a propor a articulação de uma nova relação das direções com as massas no movimento operário. Reconhecer que as revoluções não são gestadas por revolucionários românticos e iluminados significava ter as experiências históricas concretas como mais importantes que os manuais de revolução. Significava, sobretudo, reconhecer que a direção do processo revolucionário só podia dar-se através do estabelecimento de um *programa* que estivesse em sintonia com os sentimentos e graus de consciência das massas; que nem o palavreado esquerdista dos anarquistas nem a crença na imanência do social seriam capazes de guiar a ação do partido revolucionário. Para a revolucionária alemã, tal ação teria que ser guiada pela massa, “que será o coro atuante”, enquanto as direções “terão somente o papel de porta-voz” (idem: 79)<sup>60</sup>.

A tensão entre o político e o social em Luxemburgo tende, assim, a se resolver

---

<sup>60</sup> Note-se que a questão levantada por Luxemburgo prenuncia o que Coutinho (1992: 61) recentemente entende por ocidentalização do mundo. Assim, o “partido programaticamente estruturado e socialmente homogêneo, que busca vincular-se organicamente com os movimentos sociais é uma invenção da... social democracia alemã”. Ou seja, discursos “etéreos” passam a ser vistos como ineficientes. Tal fato, ainda segundo Coutinho, teria levado as classes dominantes a adotarem formas similares de partido. Nesse contexto, chamamos atenção para a discussão acerca do populismo tratada no capítulo anterior.

pela valorização do político, pois descredencia as análises objetivistas da direção revolucionária. Contudo, credita às massas uma essência revolucionária (operária) que não pode ser resolvida senão no mesmo âmbito objetivista da imanência do social<sup>61</sup>, uma vez que tal essência precede qualquer contexto histórico. Tal fato pode ser facilmente verificado quando a autora conclui na sua análise que apenas o marxismo, “com seus métodos e perspectivas”, seria capaz de superar o desafio de analisar as greves de massa na Rússia.

Foi, da mesma forma, nos limites do paradigma marxista, que Trotsky, no seu Programa de Transição, tentou estabelecer estratégias de ação que respondessem aos desafios históricos impostos ao projeto de emancipação do proletariado. O fundador da IV Internacional considerava que “o principal obstáculo na via da transformação da situação pré-revolucionária em revolucionária é o caráter oportunista da direção do proletariado” (Cadernos Democracia Socialista, 1988: 6). Reduzia, então, a situação política mundial à “crise da direção do proletariado” e, assim como Rosa, também vislumbrava uma valorização da ação política (como já o fazia Lênin), sem, contudo, abandonar a lógica marxista de imanência do social<sup>62</sup>.

Um breve exame do Programa de Transição nos mostrará de forma inequívoca a presença dessa tensão entre o político e o social. Assim, na perspectiva desse programa, o partido da classe operária, apesar da necessidade de “descer” ao nível de consciência das massas (daí a denominação de ser um programa de transição, ou seja, nem um programa máximo e nem um mínimo), não poderá, ao compor alianças, cair nas armadilhas das *frentes nacionais* e perder a identidade de classe.

---

<sup>61</sup> Lembrar que para Laclau e Mouffe (1985) esta imanência representa uma lógica antitética à lógica contingente do político. A questão subjacente na discussão do espontaneísmo em Luxemburgo é, assim, a unidade da classe trabalhadora com vistas ao processo revolucionário.

<sup>62</sup> Já na abertura do Programa de Transição, Trotsky aponta que “os requisitos econômicos da revolução proletária atingiram já o mais elevado grau de maturidade que pode ser atingido sob o capitalismo” (Cadernos Democracia Socialista, 1988).

Note-se que a identidade de classe (unidade), ou a manutenção dos interesses históricos daquela, passa, nos dois revolucionários, a pertencer à vanguarda política dessa classe. Tal essência, assim, embora exista, precisa ser despertada e desenvolvida. Daí a necessidade de se ter uma relação com suas manifestações espontâneas e elaborar programas de transição capazes de *unificar uma ação revolucionária*. Decorre então que para se manter unida “a classe” (ou, nos nossos termos, quem encarnasse sua essência universal) precisaria manter distância de uma possível influência “maléfica” de seus inimigos, que a desviasse da trilha revolucionária. Nesses termos, manter uma autonomia em nível organizativo e institucional, nos moldes de um sindicalismo autônomo e classista, seria de suma importância.

Nesse sentido, Marx, num primeiro momento (1864), na Mensagem da Associação Internacional dos Trabalhadores, via com bons olhos o

“movimento cooperativo e sobretudo das fábricas cooperativas, organizadas com muitos esforços e sem nenhuma ajuda oficial, pela iniciativa de algumas ‘mãos’ (hands) audazes. É impossível exagerar a importância dessas grandes experiências sociais. Com atos e não com argumentos, prova-se que a produção em grande escala e harmonizada com as exigências da ciência moderna, pode se efetuar sem que uma classe de patrões empregue uma classe trabalhadora; e que os meios de produção, para darem frutos, não necessitam ser monopolizados para explorar e dominar o trabalhador; e que o trabalho assalariado – assim como o trabalho dos escravos e dos servos – é somente uma forma transitória e inferior destinada a desaparecer ante o trabalho associado, que executa sua tarefa com gosto, interesse e alegria” (Marx e Engels, 1980: 26).

Tinha, assim, em alta conta a experiência de Robert Owen na Inglaterra, cuja semente do sistema cooperativo representaria “a aplicação prática das teorias que não foram descobertas em 1848, mas sim proclamadas em voz alta” (ibidem). Porém Marx não tardaria a considerar a necessidade de se adotar estratégias políticas mais eficientes perante uma burguesia *sistematicamente* organizada em seu Estado. Para ele, então, os “chefes mais clarividentes da classe operária” já teriam percebido que o trabalho

cooperativo “jamais será capaz de deter a progressão geométrica dos monopólios” (idem: 27). Dito isso, se compreende que “o grande dever da classe operária é de conquistar o poder político”. A necessidade de uma ação concentrada por parte do proletariado, por suposto, decorria de uma visão sistêmica do social que concentrava o poder da burguesia no Estado - “comitê executivo” da burguesia. Estaria, assim, estabelecida a noção de *dualidade de poder* no imaginário marxista.

Essa crítica ao cooperativismo, por certo, também era compactuada pelos anarquistas. No que tange especificamente ao Brasil, por exemplo, no jornal *Voz do Trabalhador*, publicado em 1908, os anarquistas, polemizando com o cooperativismo, com quem disputavam influência sobre as organizações operárias, não acreditavam que “as associações cooperativas de trabalhadores possam realizar uma transformação importante na sociedade” (Samis e Ramos, 2002: 212). Neste sentido, as tentativas feitas eram “úteis e devemos felicitar-nos de que tenham sido postas em prática, porém bastam, e já podemos formar sobre o assunto um juízo” (ibidem). O que os anarquistas dissidiam em relação ao marxismo, entretanto, nos será útil mais adiante. Assim, ponto pacífico que os trabalhadores tinham que tomar o poder político, a questão seria definir os meios a serem adotados.

Já em 1881, Engels, no “The Labour Standard”, órgão dos sindicatos ingleses, aponta para o fato de que “agora os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação dos salários e da jornada de trabalho, como o atesta a legislação fabril” (Marx e Engels, 1980: 40). Ou seja, reconhece que os sindicatos haviam sido incorporados à lógica do sistema capitalista e que se deveria fazer algum esforço para “romper esse círculo infernal e fixar como objetivo de movimento a luta pela abolição do sistema assalariado” (ibidem). Subjacente à discussão da necessidade de se ter uma lógica organizativa autônoma do operariado

(não institucional) estava uma noção dualista da sociedade. Assim,

“Nenhum eufemismo é capaz de ocultar o desagradável fato de que a sociedade atual está, fundamentalmente, dividida em duas grandes classes antagônicas. De um lado, capitalistas que possuem todos os meios para o emprego do trabalho, e, de outro, operários que só possuem sua força de trabalho”. (idem: 41).

Entretanto, não podemos esquecer que em paralelo à revolução industrial e à entrada do proletariado na cena política do século XIX, dava-se aquilo que Tocqueville chamava de “Revolução Democrática”. Mesmo que Marx não admitisse a idéia de uma revolução democrática em curso e tomasse o político, substancialmente, como epifenômeno da esfera econômica, os operários e seus sindicatos estariam em meio a esse fenômeno político e para não se desviarem da rota revolucionária precisariam daqueles “chefes mais clarividentes” a que se referira Marx: a vanguarda do proletariado. Não fosse por esses, os sindicatos poderiam se perder frente ao assédio perturbador da classe dominante, que lhes faria concessões no sentido de cooptá-los. Engels continua:

“Ao estender o sufrágio universal a todos os níveis da administração, Disraeli deu direito de voto à maioria da classe operária organizada. Mas tê-lo-ia proposto, se tivesse pensado que esses novos eleitores manifestariam vontade política e deixariam de estar ao lado dos políticos liberais da burguesia? Poderia fazer aprovar esta lei se a classe operária, ao se organizar em gigantescas organizações sindicais não tivesse demonstrado que estava apta para as tarefas políticas e administrativas?... esta medida abriu novas perspectivas para a classe operária. Deu-lhe maioria em Londres e em todos os centros industriais, o que lhe permitiu lutar contra o capital com novas armas e enviar ao Parlamento homens saídos da classe operária. E aqui devemos dizer que os sindicatos esqueceram seu dever de liderança da classe operária... há mais de dez anos carregam a nova arma em suas mãos, mas raramente a usaram. E deveriam ter presente que não poderão manter a posição que agora ocupam, se não se colocarem verdadeiramente à frente da classe operária.” (idem: 42-3).

*Estava assim posto o papel da vanguarda revolucionária do proletariado e sua relação com o sindicalismo e a democracia.* Nessa esteira, grosso modo, iriam seguir Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo. Todavia, neste ponto uma voz parece ter sido vencida: a voz dos anarquistas.

Para estes últimos, como se pode notar no Programa Anarquista, publicado em 1903 (Malatesta, 2000), os meios a serem adotados eram de suma importância. Uma escolha equivocada dos meios poderia conduzir o movimento operário à direção oposta, pois “quem se põe a caminho e se engana de estrada, não vai aonde quer, mas aonde conduz o caminho tomado” (Malatesta, 2000: 11). E o caminho certo para os anarquistas era aquele que levava à completa independência organizacional do movimento operário. Toda ação deveria ser feita “de fora e contra o governo, pela agitação na rua, ameaçando a tomar na força o que se exige” (idem: 23).

Dessa forma, se o sindicalismo enveredasse pela estrada da ampliação de sua influência na esfera institucional terminaria por transformar completamente suas organizações (idem: 71). Isso porque se constata que “os interesses atuais e imediatos dos operários associados, que o sindicato tem por missão defender, estão, bem amiúde, em contradição com as aspirações ideais e futuras” (idem: 72). É nesse sentido que podemos entender a clássica bandeira do anarquismo pela ação direta dos operários, pois esta conduz, necessariamente, à questão da representação. Esse, com efeito, é um pressuposto básico da democracia – mesmo a democracia direta ou operária. A anarquia, nesses termos, é oposta à mais democrática das democracias. Posição diferente, mas não diametralmente oposta, tiveram os marxistas. Voltemos, então, ao papel da vanguarda, percorrendo algumas considerações de Lênin.

Esse revolucionário russo, no artigo “Projeto do Programa de Partido Social-Democrata e explicação desse Projeto”, escrito em 1895/6, defende exatamente a necessidade de se garantir a *unidade* da classe operária e a importância da vanguarda nessa tarefa. Munido por uma concepção mais objetivista do que aquela de Rosa, ele reconhece a tese dualista clássica do marxismo, visto que o proletariado crescia em número e o próprio campesinato procurava cada vez mais o trabalho assalariado. Dessa

forma, menos preocupado com a heterogeneidade do social, considera que “o movimento popular [operário]... tem sua origem nas condições de vida criadas pelas grandes fábricas” (Lênin, 1979: 25).

Sendo assim, Lênin considerava que o movimento operário existia independente da vanguarda e do partido, posto que tinha uma essência inscrita no próprio processo produtivo. A esse movimento, a vanguarda necessitaria apenas “aderir”, no sentido de “iluminar-lhe o caminho e ajudar os operários nessa luta que eles já iniciaram” (idem: 29). Sendo assim, com a ajuda da vanguarda, o líder revolucionário reconhecia a necessidade da classe operária se abrir ao político, embora a primazia permanecesse sendo do movimento. Isso porque os operários, “para atingir seus objetivos [,] necessitam de conquistar influência nos assuntos públicos” (idem: 30).

Estava enunciada, dessa forma, sua já clássica concepção de hegemonia. Em essência, Lênin reconhece por hegemonia a necessidade da classe operária disputar “influência sobre o poder do Estado” (idem: 33). Para se lançarem a essa tarefa, no entanto, os operários precisariam passar por um processo pedagógico de luta e contariam com sua vanguarda para “expressar com maior exatidão e precisão as reivindicações dos operários e formulá-las publicamente” (negrito nosso). Essa tradução, contudo, só pode se conceber a partir da crença na objetividade dada do social (imaginário marxista), que credencia à vanguarda do operariado lhe dizer qual o seu “lugar especial... no Estado” (idem: 32). Daí não haver dúvidas de que a eficiência de uma luta, que já existe objetivamente, será potencializada quando “os operários se agruparem e unirem, sob a direção de um partido político” (idem: 34). Apostava, assim, naquela representação que os anarquistas tanto rejeitavam.

É assim que Lênin, ainda em 1902, percebe, no seu clássico *Que Fazer?*, que a fraqueza das massas residia “na falta de consciência e espírito de iniciativa dos

dirigentes revolucionários”<sup>63</sup> (Lênin, 1979: 23). As greves no final do século XIX na Rússia, assim, não seriam mais do que “lampejos de consciência” traduzidas num embrião, uma mera “consciência sindical” (idem: 24). A verdadeira “consciência social democrata” (do partido) teria advindo das teorias “filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais” (ibidem). Numa referência explícita a Marx e Engels, Lênin se reconhece como um autêntico guardião da “ideologia” operária<sup>64</sup>, capaz de transformar o que inicialmente seria uma “classe em si” numa “classe para si”.

Particularmente diferentes eram as proposições anarquistas, que propugnavam um sindicalismo revolucionário mais independente das pretensas vanguardas. Como vimos mais acima, era a eles que Rosa Luxemburgo acusava de certo “revolucionarismo”. Isso porque não consideravam o nível de consciência das massas e assim faziam a sua propaganda num espaço “etéreo”, desvinculado de uma situação histórica específica que precisava ser devidamente interpretada<sup>65</sup>. Nesse sentido, Rosa parece ter percebido, com mais agudeza do que Lênin o fez, a heterogeneidade do social<sup>66</sup>, que não permitiria uma tática política que desconsiderasse os aspectos espontâneos que emerge das massas.

Note-se que a posição de Luxemburgo não se resumia a um culto às massas, como pode ter aqui transparecido. Genro (1990: 46) refere-se à “crítica profética”

---

<sup>63</sup> O mesmo que Trotsky afirmaria no Programa de Transição mais de 40 anos depois.

<sup>64</sup> Note-se que o conceito de ideologia que Lênin opera é o da consciência objetiva – marxista – em contraposição a ideologia mistificadora (falsa) da burguesia que distorce e escamoteia a realidade.

<sup>65</sup> Antunes (1989: 54) refere-se ao isolamento político dos anarquistas no Brasil da seguinte forma: “As limitações do movimento anarco-sindicalista se refletiam nas suas reivindicações exclusivamente econômicas, negando sempre a luta propriamente política e sequer exigindo do Estado uma legislação trabalhista, dado que os anarquistas eram contrários às leis do Estado. Também não admitiam a existência de um partido da classe operária, assim como não aceitavam a política de aliança de classes com os demais setores subalternos da sociedade, o que acarretou um isolamento da luta operária, tornando-a presa fácil do Estado e de sua força policial repressiva”.

<sup>66</sup> Note-se que a sociedade civil na Rússia de então era bem menos desenvolvida do que na Alemanha, o que se apresenta como um dado contingente para o desenvolvimento da teoria de partido leniniana.

dessa revolucionária para quem “o partido de extração sindicalista apenas reproduz, em última instância, o jogo alienado do movimento sindical tradicional”. Reconhecia, pois, no que pese a importância do fenômeno espontâneo, um saliente papel da vanguarda. Assim, para a revolucionária alemã, não se tratava apenas de “educar” as massas de acordo com princípios ideológicos rígidos. Existiria menos uma “ciência” pronta de que se pudesse lançar mão e mais situações históricas concretas que reclamariam estratégias de ação específicas (orientadas pelo método de análise marxista).

Esse é, em última instância, o pano de fundo da clássica discussão em Lênin contra o espontaneísmo. Para esse revolucionário, o operariado seria incapaz de sozinho elaborar uma ideologia de classe independente (Lênin, 1979: 31-3). Nesses termos, existiriam apenas duas ideologias, uma operária e outra burguesa. Qualquer concessão ao espontaneísmo das massas significaria uma perda de espaço da primeira ideologia em favor da segunda. O movimento operário espontâneo seria representado pelo sindicalismo. Sua conclusão política é a de que “nossa tarefa, a da social democracia, é *combater a espontaneidade, desviar* o movimento operário dessa tendência espontânea que representa o sindicalismo, de se refugiar sob as asas da burguesia, e atraí-lo para a social democracia revolucionária” (idem: 32). Aqui, parece ser flagrante que a necessidade de defesa da autonomia do movimento operário advinha de uma disputa eminentemente política (e da qual irrompe a voz anarquista). Sendo assim, os operários precisariam ser convencidos acerca de valores que, presumidamente, pertencia a sua essência mesma.

Uma posição política mais romântica ou “metafísica” em relação às massas (anarquismo), contudo, poderia eventualmente defender uma independência dos sindicatos, em relação à vanguarda. A esse respeito, Trotsky (1978: 17-24) parece se

alinhar com uma linha leninista e luxemburguista<sup>67</sup>, no que pese reconhecer as diferenças entre eles. Defende, assim, em 1923, em polêmica com o sindicalista revolucionário francês Robert Louzon (sob influência anarquista), que os sindicatos e os partidos têm os mesmos direitos de disputar a representação dos trabalhadores e não têm que ser independentes.

As duas formas de organização, para Trotsky, não raro confundiam-se e se modificariam a depender das circunstâncias. A vanguarda, no entanto, seria responsável pelas “táticas” que se destinariam a “ganhar a confiança das massas”, pois aquelas não brotariam espontaneamente da classe operária. Assim, para além da sua situação objetiva de classe, deveria haver um trabalho revolucionário por sua “compreensão subjetiva”. Esse trabalho requeria a conquista da confiança das massas, mas sem renunciar seu papel de vanguarda revolucionária (destacamento portador da consciência de classe e organizado no Partido Comunista). Negar-se a desempenhar esse papel seria resvalar em certa “metafísica sindical”.

Teoricamente, os sindicatos estariam mais abertos a comportar elementos mais atrasados do ponto de vista da consciência operária e os partidos a comportar aqueles elementos mais avançados – de vanguarda. Essa, por conseqüência, teria que dirigir o campo sindical, que era disputado com oportunistas e reformistas. Por conseqüência, os comunistas deveriam assumir abertamente seu papel de vanguarda no movimento sindical, sob o risco de favorecer seus inimigos. Trotsky, outrossim, comungava a idéia clássica da tradição marxista de que à vanguarda revolucionária caberia a tarefa de conduzir as massas de forma ideologicamente homogênea, prezando por sua *unidade*.

---

<sup>67</sup> Na introdução ao livro “Rosa Luxemburgo: greve de massas, partido e sindicatos” Trotsky (1979: 7-10) faz uma defesa do papel da vanguarda, em que preconiza a necessidade de “unir os melhores elementos, os mais conscientes do proletariado mundial sob uma bandeira sem mácula”, e é assim que reclama à IV Internacional estar sob o signo revolucionário de Lênin e Rosa.

Porém, como estas últimas, sob o capitalismo, estariam sujeitas ao atraso e ignorância, nenhuma unidade de classe poderia se sobrepôr às tarefas revolucionárias postas pela história. Mais uma vez, era a vanguarda quem portava a ideologia operária, já que os operários, sob situação de “ignorância” (alienação), não tinham condições de desenvolvê-la. Precisavam, pois, da *representação* da vanguarda.

Nesse sentido, a necessidade de uma vanguarda que orientasse de forma eficiente a luta do proletariado contra a burguesia, presente, como vimos, desde Marx e Engels, justifica-se pelo reconhecimento de outra necessidade: a de garantir uma ação política unificada em consonância com a ideologia operária. A “consciência social democrata”, por sua vez, só poderia ser portada pela vanguarda por estar inscrita (“objetivamente”) no social<sup>68</sup>. O proletariado, então, que trazia, pela posição que ocupava na divisão do social, uma consciência potencial, teria que ser “educado” para a tarefa revolucionária. Acontece que esse trabalho político-educativo não se dava de forma exclusiva. Abria-se, assim, inexoravelmente, uma luta política por “hegemonia” com outras concepções (mesmo dentro do movimento operário) que ameaçavam, em última instância, aquela leitura objetiva do social na qual se embasava o paradigma marxista e o fazia portador da “ideologia” operária.

Estava assim posto o dissenso no seio da própria classe operária e abria-se uma disputa pela representação de seus interesses. Tal fato, por seu turno, remetia à necessidade de se trazer a lógica democrática da representação, e as estruturas organizativas que a acompanham, para o seio do próprio movimento operário. Ter-se-ia, assim, uma aproximação com o processo democrático em curso. No que se refere à posição dos anarquistas se propugnava um completo afastamento dessa possibilidade.

---

<sup>68</sup> Note-se que nossa questão teórica de fundo, com Lefort (1974: 18-9), não é negar a “real” existência de uma divisão do social, mas sim uma pretensa “repartição empírica dos homens na operação de produção”. Em outras palavras propugnamos o caráter constitutivo do político.

Para os marxistas, então, manter a qualificação de uma democracia operária, direta, seria uma forma de lidar com essa situação.

A questão democrática, portanto, pode ser vista com um certo incômodo por essas teorias, pois os valores democráticos tinham sido irremediavelmente absorvidos pela luta operária desde a Comuna de Paris (1871). Nesse sentido é que consideramos que o apelo a uma democracia operária, numa perspectiva dicotômico-autonomista, é uma forma de lidar com esse incômodo, inaugurando um espaço mítico. No interior de tal espaço, poder-se-ia fazer circular valores, com um nível aceitável de coerência, e remeter muitas das questões práticas (institucionais) para uma futura sociedade socialista. Nesta, emancipados, os trabalhadores não mais teriam a presença daqueles discursos antagônicos que perturbavam a plena realização de sua identidade.

Respaldados numa visão dualista e sistêmica (totalizante) da sociedade, a FDR investia em discursos que preconizavam o assalto ao poder burguês centralizado no Estado. Essa seria, então, uma solução para se garantir a efetividade da ação revolucionária. Para tal, como vimos, os revolucionários não tinham que se ocupar de questões menores, que não possibilitassem aos trabalhadores o *controle global do processo produtivo*. Os operários, contudo, seres de carne e osso, não poderiam estar efetivamente isolados do mundo. Trabalhavam em fábricas reais e tinham que se relacionar com outros operários, trabalhadores dirigentes e funcionários intermediários. Além disso, como resultado da própria luta operária pela redução da jornada de trabalho, esses agentes sociais passaram crescentemente a viver em contextos sócio-culturais bem mais amplos do que o chão de fábrica. As questões “menores”, assim, estariam irremediavelmente postas, o que forçava uma abertura ao político.

Em essência, essa é a mesma clássica discussão entre reforma e revolução, proposição e negação. No instigante artigo “A História se Reflete”, Tarso Genro

(1990: 44-8) afirma que Gramsci houvera sido acusado por Bordiga<sup>69</sup> de reformista por ter defendido a proposta das Comissões Internas nas fábricas, então aprovada pela Associação dos Industriais Italianos. A defesa que Genro (idem: 45) faz de Gramsci, no entanto, é o que aqui nos interessa. O dirigente petista defende a postura de Gramsci por esse ter em mente a abertura de condições para a disputa pelo “controle geral do processo produtivo”. Vislumbraria, pois, a possibilidade dos trabalhadores relacionarem-se com as questões menores, locais, e, ainda assim, ou melhor, exatamente por esses meios, chegarem ao socialismo. Assim, segundo Genro, esse posicionamento do revolucionário italiano estaria em conexão com “uma reflexão política específica sobre a nova qualidade do Estado burguês moderno e suas relações com a sociedade civil” (ibidem). Gramsci, então, teria ido além de Rosa Luxemburgo, que não teria requalificado o pensamento marxista sobre o Estado, mas “simplesmente” proposto uma atualização estratégica de sua destruição.

A posição de Gramsci subscrita por Genro, dessa forma, teria reformulado a qualificação do Estado burguês, o que abre um enorme flanco para a luta democrática. Não perde, contudo, de vista a possibilidade dos operários coletivizarem os meios de produção. *O que aqui se anuncia é a possibilidade, a partir da percepção do processualismo da revolução, de se assumir àquelas lutas parciais, como estratégia (ainda revolucionária) de instauração do socialismo.*

O sindicalismo (e as comissões de empresa/fábrica) revalorizaria as lutas parciais e abriria o movimento operário para articulações as mais diversas, desde o plano local até uma dimensão nacional e internacional da política. Tal perspectiva parece guardar significativa proximidade com a onda democrática que deveria invadir todos os poros da sociedade, sem se limitar ao espaço tradicional do Estado. Tal é o

---

<sup>69</sup> Dirigente da fração de esquerda maximalista do PSI (Partido Socialista Italiano).

discurso do mito democrático-revolucionário. O PT teria, portanto, nascido “com uma base operária militante e relativamente articulada”, mas “despontando sob o signo da luta democrática, já que seu espaço político firma-se abertamente na luta contra a ditadura militar” (Genro, 1990: 46-7).

Isso posto, passaremos a analisar como o mito democrático-revolucionário passou a articular essas duas dimensões do fazer político: o local e o global. Para tal, alertamos ao leitor não perder de vista nossa discussão acerca do “novo” sujeito mítico petista encarnado pela ideologia operária.

### 3.2. O mito democrático-revolucionário e o movimento sindical cutista

No seu V Encontro Nacional (1988), o PT definiu uma “alternativa democrática popular” como estratégia de luta frente à dominação burguesa. Tal alternativa estaria articulada

“com a nossa luta pelo socialismo... luta por um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifúndio e antimonopólio... governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa... hegemônico pelo proletariado, que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária” (grifo nosso) (Cadernos Democracia Socialista, 1988: 3).

Estava, talvez, assim, enunciado o papel do movimento sindical petista. Ao se abrir para um leque de alianças, que se restringia ao campo “popular”, encarnaria uma ideologia operária. O sindicalismo, assim entendido como movimento social mais importante, garantiria a hegemonia do proletariado e seria de suma importância na construção do socialismo numa perspectiva democrática. Como está expresso nas “Teses para atuação do PT”, de 1984, “cabe ao movimento sindical lutar pela defesa da classe trabalhadora... engajando-se também nas lutas gerais, como as lutas por eleições livres e

diretas, mobilizações políticas contra o arrocho e contra o Regime Militar” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 148). Seu crescimento, assim, significaria a um só tempo um avanço da democracia e do socialismo. Assim, de acordo com Oswaldo Bargas (1988), então membro da direção nacional da CUT e coordenador geral do Instituto Cajamar,

“conquistamos muitos sindicatos na cidade e no campo, conseguimos dar saltos que, comparados com outros períodos históricos, nos levam a concluir que vivemos um momento muito original, sem paralelo com o passado. O movimento sindical brasileiro praticamente não conhece a atuação de centrais sindicais, exceto por curtíssimos períodos ao longo de sua história; assim como a sociedade brasileira nunca conviveu, com raríssimas exceções igualmente limitadas no tempo, com partidos operários na legalidade” (Bargas, 1988: 44) (negrito nosso).

Nessa perspectiva, haveria uma ampliação indefinida da lógica da participação (democracia direta) que teria como ponto central o sindicalismo petista. A participação inegociável das *bases* no processo decisório, em todas as instâncias dos movimentos sociais (e do partido), garantiria a fidelidade à ideologia operária no interior do espaço mítico petista em expansão. Só assim, tal espaço poderia manter-se na rota revolucionária; preocupação clássica no debate marxista com os anarquistas. O que não se alterava, entretanto, era a crença na apropriação da “função de fato do poder” (Lefort, 1987: 64), fruto da permanência da lógica da imanência do social no mito democrático-revolucionário.

*A prática democrática local, dessa forma, seria uma espécie de centro irradiador do qual emanaria a democracia operária (através do estabelecimento de equivalências) para esferas mais amplas da sociedade. É neste sentido que, para o PT, a clara ascendência do partido (no sentido de uma vanguarda) sobre os sindicatos, cede lugar a uma certa “complementaridade” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 148). As bases aqui significariam, pois, algo mais do que simples receptores de orientações da vanguarda. Significariam exatamente a garantia de fidelidade à ideologia operária no*

trabalho de expansão (por hegemonia) do mito que estudamos.

Temos, assim, a presença de um imaginário essencialista de sujeito como pano de fundo para a adoção daquela lógica expansionista. Essa essência é que garantiria a legitimidade do ponto de irradiação ao qual nos referimos (centralidade do movimento sindical). Por sua vez, essa essência é que embasa a adoção de uma estratégia de *acúmulo de forças*, já presente em Lênin (Lênin, 1979: 51) quando este, recorrentemente, refere-se ao caráter pedagógico da política social democrata. Esta deveria “propagar entre os operários o socialismo” e ver nas greves uma “escola de guerra” dos operários contra seus inimigos. Essa mesma estratégia está fortemente presente no sindicalismo cutista que crescia a olhos vistos durante a década de 1980.

Na perspectiva petista, contudo, esse trabalho de acúmulo de forças seria de mão dupla. Como vimos na discussão de Tarso Genro em relação a Gramsci, há muito já não se concebia um processo revolucionário que se baseasse apenas em “um partido fundamentalmente de quadros tipo bolchevique, mas um partido de quadros e militantes, aberto à participação de elementos das massas” (Genro, 1990: 45). É exatamente aqui, como trataremos em breve, à medida que investe num sujeito expandido, que o mito democrático-revolucionário entra em ação.

Assim, a “Linha Sindical do Partido dos trabalhadores”, aprovado em seu IV Encontro em 1986, parte da compreensão que

“na história concreta do movimento operário internacional, não ocorre um movimento obrigatório do tipo ‘primeiro sindicato, depois partido’ ou vice-versa. Se, na Inglaterra, berço do capitalismo industrial, foi a partir dos sindicatos que surgiu o partido que reivindicava a representação da classe trabalhadora, na França e na Rússia foi a atividade dos partidos de trabalhadores que construiu os sindicatos” (Partido dos Trabalhadores, 1999: 197)

para, em seguida, concluir que qualquer orientação política dos partidos seria legítima, pois “os sindicatos, por si só, não têm um programa acabado para a mudança

de um regime: por isso não substituem os partidos” (ibidem). Todavia, teriam que levar em conta “o respeito à autonomia dos sindicatos” e submeter “suas propostas à deliberação das organizações sindicais” (ibidem).

Eis, pois, a garantia contra qualquer burocratismo stalinista (FDS), ao qual, em última instância, teria levado a concepção vanguardista de partido (partido de quadros). A ideologia operária, nessa formulação, não mais pode ser creditada à vanguarda da forma objetiva com que faziam os clássicos por nós abordados. Dessa forma, através da mais radical atenção à expansão dos princípios da democracia operária, criar-se-iam as condições de chegar, através de uma política de acúmulo de forças, ao socialismo democrático. O sujeito enunciator desse discurso, como temos visto, seria mais amplo do que a classe operária propriamente dita. Tal intento, entretanto, não se daria sem percalços.

Para cumprir a tarefa de se chegar ao socialismo, numa perspectiva de acúmulo de forças, através da expansão dos valores da democracia operária, se fazia necessário uma estrutura organizativa que materializasse aquelas pretensões. Assim Francisco Carlos de Sousa, presidente da CUT Regional da Grande São Paulo, em 1988, reconhece que

“... no processo de luta-negociação-luta-negociação... incrementar nossa organização e consciência ao nível de massa, no sentido do confronto que se dá entre os interesses globais do patronato, defendidos pelo governo, e os interesses globais da classe trabalhadora... quem faz os grandes processos sociais e as revoluções são as massas... mas tudo será inútil se não tiverem formas de auto-organização massivas, que dêem forma a sua ação espontânea” (ibidem: 1988: 41) (negrito nosso).

A questão subjacente posta, contudo, é como garantir que as “formas” encontradas de “auto-organização” iriam fielmente *representar* os “interesses globais da classe trabalhadora”. Segundo o discurso articulado em nosso mito seria, como vimos, através da mais radical observação do *princípio da participação*. Para percorrer os percalços desse discurso, todavia, temos que, mais uma vez, recorrer à história.

A idéia de se criar um partido *só* dos trabalhadores surge no final da década de

1970 como resultado dos embates entre os metalúrgicos do ABC paulista, por um lado, e patrões e governo ditatorial, por outro. Naquele contexto, os sindicalistas do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, identificados como *novo sindicalismo*<sup>70</sup>, e que atuavam por dentro da estrutura sindical atrelada ao Estado, se aliaram às oposições sindicais lideradas pelas esquerdas organizadas. Essas tinham como referência principal o MOMSP (Movimento de Oposição dos Metalúrgicos de São Paulo). Esse último pólo, hegemônico pelas organizações da esquerda revolucionária, era *refratário à participação na estrutura sindical oficial* e apostava na construção das *comissões de fábrica*: espaços privilegiados de expressão de um poder autônomo dos trabalhadores, que representariam uma alternativa de poder frente ao Estado burguês. Juntamente a esse segundo pólo, considerando o movimento sindical um espaço privilegiado de ação política, havia contingentes expressivos da esquerda católica.

Note-se que a aliança entre os sindicalistas de resultado, Igreja Católica e as organizações de esquerda, mesmo que cada grupo pertencesse a tradições discursivas bastante diferentes e até díspares, se pretendia, em conjunto, encarnar genuinamente a ideologia da classe operária. Nesse contexto, nos remetemos à existência de um caráter não vinculado à ideologia marxista de certas clivagens políticas no Brasil, ao qual se refere Keck (1991: 21-22). Havia, nesses termos, uma oposição clássica na política brasileira entre os “de dentro” e os “de fora” e não entre organizações definidas programaticamente. Assim, o receio da “esperteza” dos políticos profissionais por parte daqueles sindicalistas parece ter sido posto em equivalência ao discurso autonomista das esquerdas revolucionárias e da própria igreja. Tal fato, outrossim,

---

<sup>70</sup> Segundo Antunes (1995: 28-9), esses primeiros sindicalistas eram em sua maioria desprovidos de militância política e nasciam como militantes na sua ação concreta. Em um primeiro momento, a esquerda tradicional (especialmente o PCB) se aliou a esses sindicalistas. Ver também Moisés (1982) e Sáder (1988).

lança luz sobre a contigencialidade das articulações discursivas e nos afasta de uma noção essencialista de sujeito.

A Igreja Católica, por exemplo, punha em equivalência valores advindos de tradições bastante distintas do movimento operário internacional. Nesse sentido, numa perspectiva completamente oposta à clássica postura reacionária da igreja católica no Brasil, a ACO (Ação Católica Operária), teria como norte de sua ação a “fidelidade à Classe Operária; fidelidade a Jesus Cristo e a seu Evangelho” (ACO, sd: 3). Sua missão evangelizadora seria “descobrir Jesus Cristo na vida e nos fatos levando-os [os trabalhadores cristãos] a viver sua mensagem de justiça, de esperança, morte e ressurreição no seio da classe operária” (idem: 7). Sua estratégia de formação de militantes era a de que os mesmos atuassem “como fermento, dentro da classe operária”. Para tal, os militantes operários seriam conscientizados “segundo a sua cultura e história” e de forma autônoma, “fazendo com que eles mesmos se organizem”. Ainda assim, o processo de libertação seria “progressivo” e na “perspectiva de uma mudança total” (ibidem).

Podemos também apontar para a crescente presença de setores significativos da classe média. Numa excelente pesquisa sobre a composição social e ideológica dos militantes da CUT, quando da realização do III CONCUT, em Belo Horizonte, Rodrigues (1990: 10) concluiu que “apesar da presença de lideranças de origem operária, mais pragmática, a CUT é, em comparação com as demais centrais, uma entidade fortemente intelectualizada”. Os intelectuais de classe média seriam identificados, nesse estudo, como aqueles cujos posicionamentos políticos estariam mais à esquerda. Tinha-se posta, assim, uma crescente presença de delegados ligados ao setor de serviços e ao funcionalismo público que juntos, segundo o autor, perfizeram um total de 41% dos participantes (idem: 17).

Não só a composição social dos que faziam o sindicalismo cutista era variada, mas também os discursos que o compunham. Tal fato, acreditamos, deve ser considerado no sentido de desconstruir a legitimidade “natural” da articulação operada pelo mito democrático-revolucionário, que encarnava a “verdadeira” ideologia operária em um sujeito mítico ampliado.

Dito isso, podemos aprofundar a discussão sobre representatividade e participação na estrutura organizativa da CUT. Como pano de fundo para essa discussão, propomos que se considere a questão das comissões de fábrica e da institucionalização do movimento sindical, por um lado, e, por outro, a inserção do movimento sindical no processo de transição democrática.

Como já mencionamos acima, a emergência de novos movimentos sociais, no contexto da transição democrática, contribuiu para que se pusesse em dúvida àquelas abordagens que acreditavam “na pura autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, por exemplo, como evidência de dicotomia entre ações não-institucionalizadas e institucionalizadas” (Burity, 1994: 28). Nesse contexto, o Estado comportaria “contradições internas”, que, por seu turno, teriam uma influência sobre os movimentos sociais que sentiam poder interferir na esfera estatal. Ou seja, teria havido um deslocamento na definição das fronteiras entre o público e o privado, que repercutira na discussão sobre a institucionalização do movimento sindical. Isso porque esse último não poderia mais ter com o Estado uma relação de “pura exterioridade”, passando a revelar seu caráter relacional.

Partindo dessas considerações, Burity afirma que tal processo teria expressado a “crise das formas tradicionais de prática política; a crise das clássicas organizações centralizadoras (partidos e sindicatos); e a crise dos métodos tradicionais da esquerda” (idem: 29). Consideramos que nossa discussão sobre a estrutura organizacional da

CUT, no que diz respeito ao processo de representação, está intimamente ligada à crise a que se refere nosso autor. Isso porque, ao impulsionar as entidades sindicais a entrar no jogo político da democracia, a nova estrutura da central romperia as fronteiras do espaço mítico do mito democrático-revolucionário. Tal rompimento se daria através da circulação de novos valores na cadeia de equivalências, diferentes daqueles da democracia direta, pretensamente pertencentes à essência da classe operária. Isso geraria mudanças nas identidades dos elos equivalenciais e problemas para a questão da representação.

Assim, Washington Costa (1988), então dirigente nacional da CUT, em debate preparatório ao III CONCUR (Congresso Nacional da CUT), desenha um quadro conjuntural em que o Governo Sarney, em meados de 1988, aproveita-se de sua “posição vantajosa” para promover o “isolamento social e institucional dos movimentos da classe operária e seus aliados” (Costa, 1988: 39). Perceba-se que o sentimento mesmo de ameaça de “isolamento” por parte do líder sindical já conota sua pressuposição de que o movimento sindical deveria estar inserido dentro de um processo de negociação. Tal pertencimento já ilustra a relatividade da autonomia do movimento sindical cutista. Ademais, como vimos mais acima, o próprio novo sindicalismo – entendido como os sindicalistas de São Bernardo do Campo – teria surgido por dentro da estrutura sindical oficial. A novidade, entretanto, posta pelo sindicalismo cutista, ao contrário da experiência histórica do sindicalismo pós-Vargas que era reconhecidamente regulado pelo Estado, era sua bandeira de autonomia em relação tanto ao Estado como aos partidos.

É nesse sentido que o referido sindicalista considera a necessidade de se discutir a relação entre partido e sindicato<sup>71</sup>. Ele entende que a luta sindical deve estar

---

<sup>71</sup> Notar que tal debate se dá entre petistas na Revista Teoria e Debate.

altamente vinculada à luta política<sup>72</sup> e que, apesar de ser “em primeira instância uma espécie de corretor do preço da força de trabalho”, deveria “reivindicar como legítima sua participação no jogo político” (ibidem). Nesses termos, a proposta da Convenção Coletiva de Trabalho teria a vantagem de unir a luta local (econômica) à luta política. O problema parece, ao líder sindical em questão, residir

“na concepção ultimatista de determinadas correntes que, tanto no campo político quanto no sindical, desprezam a luta por objetivos parciais e uma estratégia de acúmulo de forças, adotando uma linha apocalíptica de apressar, a todo custo, o *confronto final*, mesmo que não tenhamos ainda a menor preparação para o embate decisivo” (idem: 40).

Porém, supondo que se aceite a necessidade da participação no jogo político, apresenta-se em seguida a questão da eficiência organizativa da Central para tomar parte nesse jogo e a própria questão da representação. As oposições sindicais, nessa perspectiva, estariam *sub judice*, pois “uma estrutura onde grande parte dos que decidem não tem como viabilizar as decisões, não pode ser chamada nem de forte, nem de democrática” (ibidem). Vale lembrar, como nos referimos ao MOMSP, mais acima, que muitas correntes da esquerda marxista, atuantes naquela época, eram pouco simpáticas à participação nas instâncias oficiais do sindicalismo, situação que caracterizaria sua institucionalização.

Assim, as vozes mais à esquerda da Tese da Articulação (propugnada por Washington Costa) para o III CONCURT, como é o caso do então presidente da CUT Regional da Grande São Paulo, Francisco Carlos de Sousa, ao que parece, não aceitavam a caracterização de sua concepção política como “ultimatista”. Preconizava, nesse sentido, a necessidade da CUT ser “um espaço para a auto-organização da classe trabalhadora” que

---

<sup>72</sup> “A CUT pode contribuir [na pressão organizada aos partidos e ao governo] apresentando importantes pontos programáticos como: estatização do sistema financeiro, reforma agrária ampla, sob o controle dos trabalhadores, democratização dos meios de produção, não-pagamento da dívida externa, saúde e educação públicas e gratuitas, habitação, transporte a baixo custo e outros pontos já definidos em seus congressos” (Costa, 1988: 39).

tivesse “uma capacidade sempre crescente de expressar a revolta da classe contra a exploração” (Sousa, 1988: 41). Esse revolucionário concebe que a necessidade de negociação (com patrões e seu governo), mais do que um princípio político, corresponderia ao “estágio atual da correlação de forças” - mera questão tática, portanto.

A “forma” a ser dada à ação espontânea das massas, a qual nos referimos acima, teriam que ser radicalmente autônomas em relação aos partidos e ao governo, antes e depois da revolução. Por essa razão entrava em confronto aberto com a tese da verticalização da CUT preconizada pela então tendência majoritária (a Articulação). Importava menos, assim, a eficiência negocial, que a inserção da Central no jogo político reclamava, e mais, a manutenção daquela “essência” da CUT que, segundo Sousa, se materializava nas suas “estruturas horizontais” (ibidem). Isso, contudo, não significaria ser “ultimatista”. Pelo contrário, Souza reconhecia que o caminho da emancipação dos trabalhadores era um caminho “longo” e que exigiria um trabalho de “unificação política e orgânica da classe” (idem: 42).

Tal unificação, nos nossos termos, assim como Sousa o percebia, tinha que se dar em consonância com o espaço mítico do mito democrático-revolucionário. A participação das bases e das massas, na perspectiva da democracia operária, seriam pontos inegociáveis. Interessante é perceber que, nesse contexto, a democracia operária é vista como condição *sine qua non* para a referida construção da unidade da classe trabalhadora e seus aliados. Passa então a ser, como vimos acima, resultado da heterogeneidade do social (classes), e, ao mesmo tempo, instrumento para unificá-lo. Assim, “a unidade classista se faz a partir de uma diversidade de experiências e de opiniões” e “o instrumento de viabilizar a unidade na diversidade é a mais completa democracia no interior do movimento dos trabalhadores” (ibidem). Estariam, assim, estabelecidas as balizas, segundo esse discurso, que deveriam nortear o trabalho

hegemônico do nosso mito.

Nesse sentido é que as comissões de fábrica cumpririam um papel superior aos organismos meramente sindicais. Esses, obrigatoriamente presos às armadilhas institucionais, nunca poderiam experimentar aquela pura exterioridade a que Burity (1994) se referiu. Observe que tal exterioridade corresponde ao que Mutzemberg (2003) chamou de “movimento *stricto sensu*”, que tende a criar novos direitos e romper com os sentidos fixados. O que temos visto, em suma, neste capítulo, é a presença daquele desencorajamento às ações políticas que se pretendem autonomistas (Bottomore, 1981), ou seja, que pretendem atuar por fora da institucionalidade, cuja lógica é permeada por sentidos fixados.

Acreditamos que esta tensão, tendo na voz anarquista um elemento interdiscursivo, está presente na querela entre sindicatos e comissões de fábrica, que se estabeleceu no movimento sindical brasileiro no final da década de 1970 e começo da década de 1980. A questão, então, era saber se se devia organizar o movimento operário por dentro ou por fora da estrutura sindical oficial. Ou seja, para alguns, a questão da autonomia obrigatoriamente estaria vinculada à independência do aspecto organizacional; para outros, a autonomia frente ao Estado burguês seria possível apenas observando-se os preceitos da democracia operária. Por outro lado, pode-se perguntar se a simples independência organizativa garantiria autonomia ao movimento. Na opinião de Antunes (1989: 88), muitos não conseguem perceber que “a autonomia e a independência resultam de uma prática conseqüente e autêntica dentro dos sindicatos oficiais, e que, mesmo quando inseridos numa estrutura com características corporativas, ainda constituem os verdadeiros organismos que aglutinam a massa operária” (grifo nosso).

Consideramos que o viés autonomista do mito democrático-revolucionário representava uma tentativa de articulação entre os discursos revolucionário,

democrático e anarquista. A democracia, ou melhor, as instituições democráticas, no caso os sindicatos, funcionariam como um lócus social que materializaria o fazer político. Nesse sentido, seriam necessárias para unificar ou “dar forma” ao que é espontâneo. Tais organizações, no que pese a necessidade de participar do processo negocial que se insere nas instituições democráticas globais (Estado), têm que observar radicalmente os preceitos da democracia operária para, assim, levar a cabo a tarefa histórica de fundação do socialismo democrático.

Tendo isso em mente, colocamos a seguinte questão: até que ponto as comissões de fábrica, ou qualquer outra forma de organização espontânea (de base), pode servir como referencial para uma política autonomista? A experiência política dos metroviários, como nos propomos a desenvolver no próximo capítulo, parece ser bastante elucidativa em relação a essa questão.

## 4. Metroviários de Pernambuco

---

Neste capítulo, procedemos à análise da experiência política dos metroviários de Pernambuco, tomando-a como contraponto empírico das discussões tratadas nos capítulos precedentes. Como foi explicitado na Introdução desse trabalho, os eventos delimitados para realização da apreciação dessa experiência sindical foram o movimento pela 4x2x3 e o Seminário “Oxente o Metrô é da Gente”<sup>73</sup>. Tal escolha deu-se em função do presumido vínculo que tais eventos têm com o mito democrático-revolucionário, objetivo central de nossa pesquisa. Dito isso, passemos a explicitação de nossos procedimentos metodológicos.

### 4.1. Metodologia

Foram entrevistados treze metroviários: número suficiente para atender às necessidades evidenciadas a partir de uma reflexão acerca dos critérios de seleção dos mesmos. Tais critérios foram: a) participação efetiva na condução do movimento pela 4x2x3; b) liderança sindical dos entrevistados; c) abrangência de diferentes setores da empresa (maquinistas, estação, manutenção e administração); d) abrangência das forças políticas que atuavam no SINDMETRO.

Dessa forma, obtivemos, através de entrevistas semi-estruturadas, um quadro analítico<sup>74</sup> capaz de nos munir de informações necessárias à nossa análise. Com o objetivo de garantir o sigilo dos nomes dos entrevistados, utilizamos códigos para nos referir às falas coletadas. Assim, os treze entrevistados serão representados por: MQT

---

<sup>73</sup> Lembrar que uma história sumária dos movimentos foi procedida na Introdução dessa dissertação. Durante a análise, outrossim, outros detalhes narrativos serão explicitados.

<sup>74</sup> Ver descrição do perfil de cada entrevistado no quadro em anexo.

1, MQT 2, MQT 3, MQT 4, MQT5, EST 1, EST 2, EST 3, EST 4, AD 1, MAN 1, MAN 2, MAN 3.

As entrevistas foram realizadas individualmente. Foi solicitado, inicialmente, que os entrevistados falassem livremente sobre suas lembranças e considerações sobre o movimento pela escala 4x2x3. Temos consciência de que colhemos versões dos fatos, o que nos remete ao uso da História Oral, que “tem sido reconhecida, como recurso de pesquisa, em diferentes áreas das ciências sociais” (Mutzemberg, 1997: 43). As referidas entrevistas, que ocorreram em um clima o mais descontraído possível, seguiram caminhos diversos. Entretanto, o entrevistador, tomando partido das oportunidades surgidas, explorou a abordagem dos seguintes pontos: a) relação com o mito democrático-revolucionário, contrastando o discurso espontâneo dos entrevistados sobre a “4x2x3” e o “Oxente o Metro é da Gente” e o referido mito; b) noção de representação política, explorando enunciados referentes à democracia sindical; c) papel atribuído ao PT e à CUT na transição democrática; d) motivação política dos entrevistados, como forma de perceber indícios da formação de uma identidade coletiva.

Antes, contudo, que se passe à análise propriamente dita, consideramos que seja útil ao leitor adquirir algumas informações acerca da história do Metrorec e do SINDMETRO. Para operacionalizarmos a breve história que nos ocupará em seguida, utilizamos atas e jornais do sindicato dos metroviários, informações colhidas durante as entrevistas dessa pesquisa, informações colhidas através de contatos pontuais com funcionários do Metrorec e diretores que ainda atuam no SINDMETRO. Também recorreremos à memória pessoal do pesquisador que era diretor do SINDMETRO no

período em estudo<sup>75</sup>.

#### 4.2. Estação sindicato: solicitamos a todos que desembarquem nessa estação

Primeiramente, cumpre falar de forma breve do Metrô do Recife (Metrorec). Este foi inaugurado em 1984, pelo então presidente da República João Figueiredo e construído sob o comando da RFFSA (Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima) e sob o controle da EBTU (Empresa Brasileira de Trens Urbanos) – mais tarde, CBTU (Empresa Brasileira de Trens Urbanos). A partir de 1985, esta última empresa, subsidiária da RFFSA, passa a administrar a STU/REC (Superintendência de Trens Urbanos do Recife), empresa onde se organizou a Associação dos Metroviários de Pernambuco. Vale ressaltar, nesse contexto, que a composição do primeiro quadro dirigente da empresa, ocorreu dentro do espírito patrimonialista, que, segundo Sérgio Buarque de Holanda, bastante se afasta de um modelo weberiano de burocracia. Tal fato, com efeito, faz parte da tradição elitista das funções públicas no nosso país, pois

“no Brasil, pode-se dizer que só excepcionalmente tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (Holanda, 2002: 1048-9).

É assim que a STU/REC (Metrorec) era administrada por um conjunto de pessoas, não raro ligadas por laços de família, vinculadas às forças políticas remanescentes da ditadura militar. Há aqui, de forma inequívoca, a presença da FDA ligada às elites nacionais, o que nos remete às relações de dependência pessoal típicas

---

<sup>75</sup> Cabe explicitar que o interesse de pesquisar tal tema, em boa medida, deve-se ao fato do pesquisador ter vivenciado os eventos em estudo e de nutrir uma inquietação pessoal no sentido de compreender mais profundamente a experiência dos metroviários, quando contrastada com o discurso petista.

de nossa herança ibérica. Trata-se da tradição do filhotismo e do genrismo a que nos referimos no Capítulo 2; da tradição oligárquica que deliberadamente marginaliza o cidadão do poder e que promove auto-reformas apenas quando julga conveniente.

Nesse contexto, a partir do segundo semestre de 1985, um conjunto de funcionários do Metrorec, que apenas inaugurara pequena parte de suas estações, começaram a se reunir para discutir a formação de uma Associação. O Sindicato dos Ferroviários do Nordeste, então presidido por Moacir Veloso, sindicalista ligado a um modelo corporativo e tido como “pelego” de sindicalismo<sup>76</sup>, era quem representava politicamente a categoria metroviária de Pernambuco frente à CBTU e à RFFSA. A discussão se dava, então, em torno do caráter que deveria ter essa entidade: se uma associação meramente recreativa ou sindical.

Entre os dias 5 e 9 de maio de 1986, o então presidente da Associação viaja para São Paulo e participa de um Curso de Formação Sindical promovido pelo DIEESE e destinado à formação política de uma nova geração de sindicalistas que se formava no Brasil. A Ata da Reunião do dia 15 de Maio de 1986 revela a intenção de que esse curso fosse repassado para os demais integrantes da direção da Associação. Tal fato revela o início dos contatos entre a referida entidade e o discurso petista, através do novo sindicalismo. Nota-se, dessa forma, o gradativo desaparecimento das atas de reunião dos nomes daqueles funcionários que se identificavam mais com a opção recreativa. Concomitantemente, militantes marxistas<sup>77</sup>, alguns advindos do movimento estudantil e já militantes do PT, começavam a exercer forte influência nos

---

<sup>76</sup> Sindicalistas que, segundo militantes da CUT, fariam o jogo dos patrões e do governo.

<sup>77</sup> Os militantes em questão integraram os quadros do Metrorec antes do concurso público. Nos anos de 1984 e 1985 alguns funcionários do Metrô entraram neste através de uma prova. Para se ter acesso a essa última, contudo, precisava-se de uma indicação. O concurso público só foi realizado em 1986.

destinos da entidade<sup>78</sup>. Facilitariam, assim, a futura formação do Sindicato dos Metroviários de Pernambuco, identificado com o campo cutista.

Em dezembro de 1986, ainda organizados como Associação, mas sob forte influência daqueles militantes petistas, os metroviários decidem, em assembléia realizada na sede administrativa do Metrorec, aderir à paralisação na greve geral puxada pela CUT. Tal fato veio a estimular o estabelecimento de campos políticos antagônicos e dar novo impulso à idéia de formação do SINDMETRO (Sindicato dos Metroviários de Pernambuco). A decisão de fundar o sindicato foi tomada em assembléia de encerramento da 1ª *Semana Sindical* da categoria. A flagrante derrota do projeto da associação recreativa se deveu em boa medida à chegada da primeira leva de funcionários oriundos do concurso público realizado em 1986. Havia se criado, então, na empresa, uma certa tensão entre concursados e não concursados que teria, como veremos, um reflexo nos embates político-sindicais.

Deflagrado o processo eleitoral, foi flagrante a vitória da chapa cutista, que se denominava ESTAÇÃO SINDICATO. Tratava-se, então, de uma categoria relativamente pequena e jovem. Ao longo dos anos de 1986 e 1987, foram se formando sucessivas turmas oriundas do referido concurso, o que fazia com que se estabelecesse um processo constante de mútuo conhecimento. Outrossim, se a categoria era jovem, também o sindicato o era. Apesar da existência de militantes com experiência prévia, a grande maioria dos diretores do SINDMETRO tinha sua experiência resumida ao movimento estudantil.

Dito isso, o leitor deve ter em mente um quadro que remete à transição democrática (tomada como um fenômeno de deslocamento), à juventude dos

---

<sup>78</sup> Note-se que a maioria dos membros que defendiam a opção da criação do sindicato não tinha experiência política prévia. O engajamento de muitos desses militantes se deu com o passar do tempo.

metroviários e à presença do discurso petista e da FDA. Sendo assim, as disputas políticas então estabelecidas ganharam tons profundos de antagonismo. É a partir desse quadro que os eventos descritos na Introdução dessa pesquisa, e que começaremos a discutir, devem ser percebidos.

#### 4.3. Constituindo identidade: “4x2x3: é prá ficar de vez!”

Mostrou-se patente, nas entrevistas, que aquela tradição clássica do conservadorismo brasileiro (FDA), que fora tão estimulada nos então recentes tempos da ditadura, era profundamente arraigada no quadro de dirigentes do Metrorec. Só “a família Aleixo tinha pra lá de nove pessoas”, afirmou MQT 3. Tentaremos demonstrar que tal fato é de fundamental importância para nossa análise, à medida que aparece como um forte fator motivacional da ação política dos jovens metroviários e, conseqüentemente, para sua constituição identitária.

Ou seja, as relações de antagonismo estabelecidas na experiência dos metroviários, como veremos, mostram-se claramente contingenciais e constitutivas de identidades. Essas, assim, são relacionais, não havendo, entre elas, um abismo absoluto. Tal discussão, por sua vez, nos remete às considerações de Laclau (1994: 31), para quem a assunção da existência prévia de identidades em relação dicotômica radical desautoriza uma “objetividade positiva” que lhes seja subjacente. Tal objetividade (imanência do social), com efeito, “reduz a sua própria lógica à totalidade de seus momentos constitutivos” (ibidem). Ou seja, as identidades que estão inscritas numa lógica sistêmica (objetividade) têm sua existência condicionada mutuamente àquele sistema. Nesse caso, contudo, argumenta o autor, não se poderia falar em “verdadeira emancipação”, visto que se trata de

uma “diferenciação interna do sistema opressor” comum.

Nesse sentido, uma vez aceito o caráter relacional da identidade coletiva dos metroviários, teremos que visualizar o processo de constituição identitária no campo discursivo de análise delimitado no Capítulo 1, ou seja, teremos que apreender tal processo a partir da interdiscursividade estabelecida nesse campo. Assim, o discurso da direção do Metrorec tem que ser encarado como apenas um elemento constitutivo de uma complexa rede interdiscursiva. As múltiplas articulações discursivas trabalhadas nos capítulos 2 e 3, compostas por muitos discursos organicamente constituídos, serão agora vistos à luz de sua relação com o discurso espontâneo dos metroviários. Tal discurso é, pois, uma articulação discursiva não estabelecida organicamente (institucionalmente). Isso implica, por sua vez, que não podemos perder de vista o contexto de transição democrática, caracterizado como um deslocamento na estrutura política de nosso país, que teria possibilitado a articulação de novos elementos.

Numa perspectiva da motivação imediata, podemos perceber que o movimento da 4x2x3 se destinava à redução de uma “massacrante”, “escravizante”, jornada de trabalho. Porém, a relação dos maquinistas com uma direção que, segundo MAN 1, “não tava aberta pra nenhuma margem de negociação” e cuja principal questão, para MQT 3, era “tentar impor a ordem”, se demonstrou um fator motivacional enfaticamente apontado por praticamente todos os entrevistados. Assim, tratava-se de um grupo de trabalhadores “jovens”, oriundos de um “concurso público”, que encontraram pela frente “toda uma hierarquia militar”. Segundo EST 1, era bastante evidente que

“existiam dois grupos no metrô, tinha um grupo de pessoas que tinha feito concurso e que se achavam as pessoas mais legítimas, mais corretas... e tinha um grupo de pessoas que a gente a achava que eram pessoas que...da panelinha, pessoas que tinham privilégios, que tinham entrado no metrô por favor, que não tinham mérito pra estar lá” (negrito nosso).

Note-se que o que se coloca é um claro questionamento à noção de direito então estabelecida. A própria questão do concurso público (1986) – fruto do processo de transição, pois Tancredo havia sido eleito em 1984 e Sarney assumido em 1985 - nos remete a um certo deslocamento nas fronteiras entre o público e o privado. O Metrorec, assim, não seria mais o local apropriado para as práticas clientelistas típicas da FDA. Novos elementos, então, estavam disponíveis para a veiculação de novos sentidos não fixados pelos discursos hegemônicos.

MAN 1 percebe que o movimento pela 4x2x3 fora liderado por jovens que se caracterizavam por serem muito “idealistas... de repente... se impondo, quando tudo... as coisas tava tudo estabelecida”. Dentre os membros desse grupo, contudo, nos revela MQT 4, que alguns “já tinha[m] incorporado o espírito mais de esquerda, um espírito petista mesmo. Tava em 1986... O PT já tinha formado seis anos” (grifo nosso). Tinham, assim, uma vontade muito “forte” de lutar contra “aquela imbecilidade, certo? Aquela... A forma como era dada as ordens, eles [os dirigentes da empresa] achavam que tinham soldados lá embaixo em vez de um trabalhador... entendeu?” (MAN 1). Dessa forma, “na empresa você tinha restaurante separado! Você acessar uma pessoa daquela era toda uma burocracia, né? Era uma casta né?”. Os chefes eram em sua maioria pessoas “antiquadas” (MQT 3), “não aceitavam o contraditório” (MAN 1), “existia um certo temor, eram pessoas, figuras, temidas até mesmo sem serem conhecidas” (MQT 3).

Note-se como se combina uma presença marcante da FDA com a presença de jovens que se sentiam mais legítimos no espaço de trabalho. Esses últimos, como vimos, vislumbravam a possibilidade de articular elementos foracluídos pelo discurso da empresa (FDA). Tal articulação, todavia, parece ter se relacionado com o discurso petista, que se apresentava como alternativa organicamente constituída. A lógica da representação direta do mito democrático-revolucionário parece, dessa forma, se

insinuar no estreito vínculo que propõe estabelecer entre a categoria metroviária e seus representantes sindicais. Assim, segundo MQT 4, a

“associação que tinha um caráter pré-sindical já praticamente declarado... Eu tenho a impressão que a associação... Ela foi muito importante nesse contexto da entrada do pessoal, porque ela chegou muito junto da gente, desde o treinamento que a gente já começou a entrar em contato com várias pessoas... E isso foi já criando um certo vínculo” (negrito nosso).

A questão, contudo, não se dava pela ótica de uma política *strictu sensu*. O antagonismo se estabelecia no nível das exigências comportamentais, o que ampliava a noção de antagonismo para a esfera das relações interpessoais. Os dirigentes da empresa, afirma um dos maquinistas, interferiam inclusive no estilo de vida que os metroviários deveriam adotar:

“Eu me lembro muito bem no treinamento, quando a gente tava pra entrar. A gente teve aula de como se comportar. Uma espécie de aula... Como você deve... Qual é o seu visual e o seu comportamento no Metrô do Recife. Então, por exemplo, quem tinha barba, que mantivesse a barba bem aparadinha, bem arrumadinha. Quem não tivesse barba, nem inventasse de deixar” (MQT 3).

Dessa forma, a relação entre os jovens metroviários e o Metrorec chegava a ser muito personalizada, porque, como supõe MAN 3, “havia uma cultura no metrô, na minha época, se eu não me engane trazida da rede, onde o técnico tinha o seu lugar e o artífice tinha o seu”. Então, se sentia que no quadro de direção predominava

“a preocupação de manter a moral dele como presidente da empresa, diretor da empresa... ou gerente da área... né? Pra que o cara tivesse um respeito cego. A figura daquele gerente, daquele coordenador, daquele departamento ou daquela área de trabalho... E... Essa greve também ela ia de encontro a essa hierarquia também, porque ela questionava, né? A forma como era feito os procedimentos... como era dada as ordens, o treinamento, né? Certo? Que tinha aquela lógica que diz assim: a empresa ta investindo em você... e agora você tem que dar o sangue por ela, né?” (negrito nosso) (MAN 3).

As relações de antagonismo, como apontamos acima, foram se estabelecendo relacionamente e, claramente, não se colocava uma dimensão política tal como seria articulada no discurso petista. Ao contrário, numa comprovação da falta de vínculo

inicial com um discurso mais orgânico, MQT 3 afirmou ter tido muitas “decepções” no movimento da 4x2x3.

“Talvez por inocência minha... Era achar que durante o processo... Eu vi pessoas mentindo, pessoas mentiam, inventavam coisas... me colocaram em situações que eu não estava. Quer dizer, então, foi ali, ali foi o primeiro contato com... digamos, assim, com a sujeira (riso) que é, entendeu? Numa, numa administração pública, quando você tá... Aquelas pessoas que tavam no comando se submeteram a coisas que eu fiquei horrorizado. Assim de, de, de chegar num processo judicial e mentir pra incriminar você e provocar um inquérito administrativo e levar você à justiça. Então, assim, pessoas que até eu confiava, assim, de direção, que eu achava que eram pessoas sérias e quando eu olhei o processo, eu disse: eu não acredito não que esse cara disse isso não.” (negrito nosso).

Nesse sentido, junto com a decepção, os maquinistas se acometeram de “um tremendo sentimento de injustiça” (MQT 3). As regras do jogo não eram mais aceitas sem argumentos convincentes. Durante o período de negociação da escala na comissão paritária instituída no acordo coletivo local de 1987, segundo o próprio MQT 3, teria ficado provado que “a escala poderia ser implantada com o quadro que tava sem haver prejuízo pra empresa e de repente a gente viu a empresa dizer: (fala casualmente) não, ninguém vai implantar, não pode implantar”. Diante de tanta *arbitrariedade*, os maquinistas concluem rapidamente que aquilo se tratava de uma tremenda “enganação”, a empresa estava sendo “muito sacana” (MQT 3) com todos eles. “A gente tava num diálogo com o interlocutor que mentia para a gente, não queria falar a verdade, ser transparente” (AD 1). Nesse contexto, acreditamos que a postura do Metrorec, desde a percepção de justiça dos maquinistas e de pelo menos alguns membros do sindicato, fazia desacreditar a comissão paritária instituída no acordo coletivo local, para estudar a viabilidade de implantação de uma escala com redução da jornada de trabalho (acordo coletivo/justiça do trabalho). Esse não mais seria considerado como *locus legítimo* do processo negocial.

Note-se que a postura antagonista da empresa em relação ao movimento pela 4x2x3 também não nos remete a uma identidade dada de classe. Teria, assim, a ver

com a tradição antidemocrática de onde originavam seus quadros dirigentes (FDA) e com a própria “imaturidade” desses últimos. São, pois, questões que remetem tanto a uma tradição discursiva, como a fatores contingentes (imaturidade dos dirigentes). Assim, pelo lado da empresa, na visão de EST 1, havia uma certa “imaturidade” em relação a sua “capacidade de negociar”, pois essa, lhe parece, tinha como objetivo “dobrar os maquinistas, né? Eu acho”.

Os maquinistas, por sua vez, como vimos acima, eram jovens com bastante disposição para a luta. Tal disposição parecia subverter não apenas o discurso hegemônico da empresa, mas o próprio discurso dos dirigentes sindicais (discurso petista), como vimos na Introdução. Assim, situando essa questão no contexto da transição democrática, o mito democrático-revolucionário, como temos visto, imprimia um significado à democracia que a deslocava do Parlamento, como locus privilegiado para o exercício do fazer político. Os valores de participação e influência direta das “bases” no processo decisório eram condições indispensáveis para que as organizações dos trabalhadores não se desviassem dos preceitos revolucionários da “ideologia operária”. Observando-se atentamente tal vínculo com as bases, entretanto, poder-se-ia atuar por dentro da estrutura sindical corporativa, tendo em vista o controle geral sobre o processo produtivo numa sociedade socialista e democrática<sup>79</sup>.

Esse fato, conforme ilustraremos a seguir, realça que o mito democrático-revolucionário – compreendendo-se aqui sua prática – guardava algo em comum com o discurso ao qual se antagonizava<sup>80</sup>. O estabelecimento de suas lógicas equivalenciais acerca de democracia, assim, não pode se dar de forma independente das instituições em que atua e, portanto, do Estado. Nesses termos, assim como o PCB (Santana, 2003:

---

<sup>79</sup> Perceba-se que aqui, numa perspectiva interdiscursiva, a voz anarquista é “calada”, pois para esses o sindicalismo tinha que preservar sua total independência em relação à estrutura sindical corporativa.

<sup>80</sup> Lembrar da dupla função do antagonismo conforme apontado por Mutzemberg (Capítulo 2).

171-3) se beneficiara de uma estrutura sindical corporativa, o que gerava uma tensão entre a atuação do partido no sistema oficial e sua pretensão de representar os “interesses do operariado”, também o PT, ao se beneficiar de uma estrutura corporativa anterior (Rodrigues, 1990; Antunes, 1995), teria que pagar seu preço. É assim que devemos entender o fato do próprio mito democrático-revolucionário ter se relacionado de forma tensa com a implantação da escala 4x2x3: sentindo as resistências de significação advindas do estabelecimento de equivalências dentro da estrutura sindical vigente, não podia permitir o livre estabelecimento de equivalências impetrado pelo discurso “espontâneo” dos maquinistas.

Vejamos algumas considerações formuladas nas entrevistas por dois militantes petistas e diretores do sindicato. Como entender, conforme se questiona EST 4, o fato de que “o movimento pela 4x2x3... surgiu... após um processo de negociação coletivo, no qual a categoria foi extremamente vitoriosa” exatamente quando “tínhamos conseguido fazer um acordo coletivo com um relativo grau de articulação nacional, com relativo grau de... é... de vitórias e conquistas concretas pra categoria”<sup>81</sup> (grifo nosso). Assim, mesmo vindo de uma campanha salarial que havia conquistado cláusulas importantíssimas, como a estabilidade no emprego, que “o governo Sarney insistia em não querer”, “os maquinistas naquela época já se colocavam, colocando como ponto fundamental da campanha, a escala de serviço. Não era nem a questão salarial, muito menos a estabilidade” (MQT 2) o que importava. Até mesmo no “plano

---

<sup>81</sup> Este entrevistado expressa da seguinte forma a independência do movimento dos maquinistas em relação à estrutura sindical oficial: “Você tinha naquela época, né? Por conta do ciclo inflacionário, você tinha uma situação na qual você já sabia, você tinha que comprar os pares de sapato pra passeata de maio e pras passeatas de novembro, porque esse era o calendário oficial, nós éramos de maio e novembro. Os bancários, os bancários aconteciam em março e setembro, certo? Então existia um calendário oficial de luta. Quando você rompe esse calendário, cria um estado de estupefação em todo mundo. Era claramente perceptivo que ninguém no movimento compreendia, o que diabo, o que é que havia acontecido para que se fizesse uma greve que ninguém sabia que tava sendo gestada, nem a própria direção do sindicato sabia” (grifo nosso).

local nós havíamos conseguido negociar... [em] um clima... de organização... A gente tinha conseguido formalizar uma pauta específica” (grifo nosso) (EST 4).

Salta aos olhos, vale a pena frisar, o caráter espontâneo<sup>82</sup> da iniciativa política dos maquinistas, que fugia ao *script* da estrutura sindical então vigente. Quando da negociação pela 4x2x3, na visão de MQT 3, a empresa adotou a técnica de “empurrar com a barriga”, sempre colocando pessoas diferentes para negociar “e a gente tinha que convencê-los novamente”, mas nunca fechavam o acordo. Então, um belo dia, “chegamos pros chefes imediatos [riso irônico de boa lembrança] Óa, essa escala que você tá aí, bota ela na gaveta que o que vai funcionar é essa daqui! ‘Como assim?’ Como assim, não. Tem condições e a gente vai provar pra empresa”. Aí, conta MQT 5, “aconteceu isso: a gente marcou Domingo de manhã, foi a tomada da Bastilha”. Como entender tal ousadia? Que condições teriam gerado a emergência desse discurso? Sem pretender abarcar com a totalidade de suas condições de emergência, nossos entrevistados podem nos ajudar a responder tal questão.

De acordo com EST 4, houve uma superestimação “pela importância que tinha os maquinistas dentro de um sistema metro-ferroviário no grau de automação que nós tínhamos aqui no estado de Pernambuco. Não existia possibilidade de funcionamento de trem sem maquinista”. Isto contribuía para que se criasse “mentalmente... uma idéia de que nós podíamos mais do que efetivamente podíamos”. Em tom de autocrítica, esse diretor do sindicato considera que “os maquinistas naquela época... se sentiam, e nós também pensávamos assim, como seres supremos dentro do processo produtivo. Ou seja, aquela velha idéia: sem maquinistas não tem como o trem funcionar”. Observe-se que tal sentimento de empoderamento, tal como é posto, nos remete a uma certa “inexperiência”

---

<sup>82</sup> A referência ao caráter espontâneo do movimento pela 4x2x3 foi recorrente na maioria das entrevistas com os militantes petistas, à exceção de MAN 1, militante católico.

por parte dos metroviários e dos seus dirigentes. Uma certa falta de vivência para que se soubesse que as coisas não eram bem daquele jeito que se imaginava. Ou seja, uma vez “institucionalizados”, os metroviários teriam percebido que não poderiam brincar de estabelecer novos significados livremente. Na tentativa de explicar o movimento em questão, o mesmo diretor ainda nos beneficia com outra informação.

“[Os] maquinistas dentro do processo produtivo... Era uma situação bastante singular. Eles eram, dentro do metrô, a única categoria numericamente... importante... Dentro de uma atividade importante na empresa e concentrados... Isso não acontece em nenhum outro setor da empresa. Por quê? Porque o restante do setor de operação... apesar de ter quantitativos grandes de empregados, eles são dispersos em 20 estações. No setor de trem, você.. basicamente, você só tinha o coordenador do horário, que ficava numa sala isolada e 20 maquinistas, numa sala sozinhos. Então, enquanto categoria, eles eram os únicos que ficavam, que compartilhavam de interesses muito específicos e estavam muito concentrados” (grifos nossos).

Nos nossos termos, o discurso é constituído de aspectos lingüísticos e extralingüísticos e nos remete a elementos contingentes que explicam a constituição das identidades e a própria ação social.

Sendo assim, prossigamos na tentativa de compreender esse *ato de ousadia* que nem todos os metroviários compreenderam inicialmente. MAN 3 achava inicialmente que os maquinistas eram “um bocado de doido. E achava que aquela organização, superintendente era o superior, o gerente e tal... não poderia ser enfrentado como era, daquele jeito”. Ao que MQT 1, por outro lado, relembra saudosamente:

“O sabor era maravilhoso, né? Naquele tempo era como se sentisse dono... do Metrô, embora, na realidade, não fosse isso, mas a gente sentia como... tendo um poder muito grande. Isso eu sentia. Acho que o sentido de liberdade, né? De a gente ver aquele regime autoritário, né? Aquele que tudo tinha [que] ser comunicado: não pode fazer nada e não sei o que... não sei o que lá... Aí quando faz aquilo ali, é que os caras passam 1, 2, 3 dias e não consegue... não consegue revidar porque o boicote foi grande... Aí, dá aquela sensação de escravo fugido... Eu acho. Libertos... escravos libertos... era isso”.

Contrastando as duas impressões, o leitor pode se perguntar como foi possível tornar exequível um plano tão fora do comum. Vale notar, nesse contexto, que aquela

ousadia requereu um esforço organizativo concentrado por parte dos organizadores da escala. Uma vez aberto a resistências de sentido antes de sua deflagração, provavelmente o movimento seria abortado no seu nascedouro. Ainda mais se considerarmos, como vimos, que se faziam presentes resistências de significado não só por parte da empresa, mas, em parte, do próprio sindicato. Dessa forma, o conjunto da categoria, inclusive muitos dos diretores do sindicato, não tinham conhecimento prévio da decisão de se implantar a escala. Na “ótica” de MAN 2 “a coisa foi muito escondida”, havia apenas “um comentário [de] um grupo que estudava uma escala possível”. MQT 2, diretor que acompanhava pelo sindicato o processo de negociação na comissão paritária, afirmou que “nós ficamos sabendo da implantação da escala, acredito que na sexta-feira. A escala foi implantada no domingo”. Já EST 4 afirmou que ficou sabendo numa “reunião que não poderíamos dizer nem que era uma reunião formal, existiam alguns diretores do sindicato que estavam presentes naquele momento”. A postura autônoma dos maquinistas é um fator que precisa ser aprofundado. Desta forma, nas palavras de MQT 5, o sigilo era absolutamente necessário. Segundo ele

“Então eu, inocente.. Aí o pessoal disse – olha! Só pode ficar auto-gestão... É o trabalhador começar a assumir realmente a força do trabalho, da operação da coisa, e a gente vai fazer isso. Vamos mostrar pra eles que os trem vão rodar perfeitamente na 4x2x3. A gente vai chegar num certo ponto, a partir de tal dia que a gente vai começar a decidir... A gente vai tomar a escala do supervisor... vamos dar a nova escala pra ele e cada um vai começar a assumir os postos... [mas] vamos ficar só naquele pessoal, a gente já conhece os elementos que são confiáveis, não vamos poder dizer a todos, porque se a chefia souber que nós vamos implantar, eles não vai deixar a gente implantar, é preciso que seja uma coisa sigilosa e que alguns vão saber na hora” (grifos nossos).

Evidencia-se, dessa forma, o caráter absolutamente sigiloso em relação à empresa e relativamente independente do sindicato. Por outro lado, a fala de MQT 5 nos revela que não havia uma intenção consciente de contraposição à lógica (política) do sindicalismo ou do próprio discurso petista. Os nossos agentes sociais, assim, ao

contrário do que poderiam supor abordagens essencialistas de sujeito (que chamaria atenção para a chama revolucionária das “bases” inscritas no processo produtivo), demonstraram ter muito de *sua identidade construída fora do processo produtivo, ou seja, nas suas experiências de estudantes universitários*<sup>83</sup>. Isso, de certa forma, explica a sensação de espontaneidade do movimento, pois não era moldado dentro da lógica de um discurso político orgânico. MQT 4 é bastante eloqüente em relação a esse aspecto quando nos faz ver que

“a gente sabia que isso era um processo... processo de conflito no trabalho. Sabia disso. Interessante é que ninguém, nenhum da gente, nenhum era militante da Convergência ou de algumas tendências mais da esquerda. Porque podia atribuir: não, esses caras são da... radicalismo extremo. Não era? Por sinal, eu acho que dali não tinha nem um militante do PT realmente, tinha simpatizante, um ou outro. Mas eu acho que ali teve um caráter mais, mais espontâneo mesmo. Não foi um caráter político. Vamos fazer isso porque politicamente alguma coisa... A política seria só uma repercussão, um desdobramento seria a política. Mas o mote maior era a espontaneidade mesmo, era: eu não quero mais trabalhar nessa escala, você quer ou não quer? Vamos mudar essa porra aqui”.

Sendo assim, nos parece claro que os agentes sociais em questão não agiam de acordo com uma suposta “ideologia própria de classe”<sup>84</sup>. Ao contrário, sua ação parece vincular-se à verdade que os maquinistas se sabiam portadores e ao sentimento de justiça que eles sentiam estar vergonhosamente infringindo. Sua articulação discursiva, assim, parece mais advir de suas experiências como estudantes universitários. Tal procedência, com efeito, apareceu com bastante frequência nas entrevistas. De acordo com MQT 5, “quase todos eram estudantes de engenharia”, tinham estudado bastante. “Olha,

---

<sup>83</sup> Houve uma polêmica quando da revisão do PCS (Plano de Cargos e Salários) com a mudança da denominação do cargo de maquinista que anteriormente era operador de trem. Acharmos que essa discussão denota uma certa vinculação com valores advindos da nossa classe média. Veja a reprodução desse diálogo entre o entrevistador (E) e MQT 3. MQT 3: “quando nós entramos no Metrô... CBTU... nós éramos como elite... Havia um certo sentimento, principalmente das pessoas mais burguesas... Não, a CBTU é elite, tal. Ferroviário, que é isso? Entendeu? Que é ferroviário? Nós somos outro nível, né?” E: “Inclusive chamava piloto, não chamava maquinista”. MQT 3: “Piloto, é! Piloto de trem, né? Operador de trem!”.

<sup>84</sup> Particularmente interessante neste aspecto foi a declaração de um dos diretores do sindicato que revelou a maior decepção de sua vida: ter descoberto, durante um curso de formação sindical promovido pela ECOS (Equipe de Comunicação Sindical - entidade que prestava assessoria de imprensa para o conjunto dos sindicatos cutistas), que “cientificamente” não poderia se auto-definir como operário.

passamos semanas” estudando e, no que tange a negociação da escala, “mostramos pra eles por A mais B. Eu sabia muito bem estatística. A gente fez o espaço amostral”.

Porém, seus algozes autoritários - que o referido entrevistado trata desdenhosamente por “esses caras” - “não sabiam o que era espaço amostral”. O que eles não tinham era “humildade pra aceitar que a escala é perfeita”. De acordo com EST 4

“apesar de a empresa ter um setor... em cada chefia da área de operações, você tinha setores cuja função era exclusivamente bolar e executar a escala de serviço, e aí os maquinistas descobriram que eles eram muito mais capazes do que os caras que passavam oito horas por dia sendo pagos para bolar aquilo ali” (grifo nosso).

Constituía-se, assim, aos poucos, a identidade da categoria metroviária<sup>85</sup>.

Contra a ousadia, que temos nos esforçado para compreender em suas múltiplas dimensões, aparece a figura do “eles”, “esses caras” que mentem, que não são transparentes, que são falsos e que não são petistas. Ao contrário, “participam do PFL Jovem”. Cogitamos, dessa forma, que o mito democrático-revolucionário emprestou aos maquinistas do Metrorec os valores relativos a uma democracia direta e participativa. Os limites de significação (e ação que daí decorre) referentes a tais valores é que parece não terem sido combinados.

#### 4.4. A repressão: fugindo do isolamento

Como disse MQT 4, “a gente até brincava naquela época. A gente dizia que autogestão tinha sido na Comuna de Paris e [agora]... estava sendo no Metrorec”.

Assim, o resultado já podia ser esperado. Depois de dois dias com o controle sobre a

---

<sup>85</sup> Lembramos aqui ao leitor das considerações tecidas por Laclau (Capítulo 2) em relação ao tema do imigrante, quando formulava sua concepção sobre o populismo. Dizia, então, que indivíduos provenientes de estruturas sociais tidas como mais atrasadas do que as sociedades modernas ocidentais poderiam, a partir da articulação de elementos que se mostram estranhos aos seus valores, desenvolver discursos eventualmente mais radicais do que os articulados a partir de uma perspectiva do sindicalismo moderno.

operação de trens, os maquinistas se viram obrigados a entregar o controle para a empresa. Em reação ao processo repressivo, com a instauração de uma comissão de inquérito, deu-se início à “greve dos 10 dias”. No essencial, existia a ameaça de demissão de três diretores do sindicato e punições diversas para os líderes de base.

Nesse contexto, a categoria precisava ser convencida da justeza do movimento. MQT 5 sabia que “a gente não iria fazer acontecer a greve, a gente precisava da adesão das outras categorias, a gente precisava do pessoal da manutenção, da operação, da segurança e do administrativo”. Tal quadro se afigurava porque “a gente não colocou isso pra categoria, o pessoal não sabia o que tava se passando. O que foi colocado pra todas as outras categorias foi que os operadores se rebelaram, quiseram tomar o poder, quiseram fazer bagunça, foi contra todos os princípios”. Em busca da saída de seu “isolamento” (aquilo que segundo os marxistas incorriam os anarquistas), os maquinistas, que haviam negado a comissão paritária como locus legítimo de negociação, passaram, dessa feita, sob a orientação do sindicato, a reportar-se à empresa. A partir desse momento, iriam se procurar meios de resolver o impasse.

Não sem considerar o forte sentimento de antagonismo então posto, MQT 5 nos revela que, “depois de muita negociação, não foi assim rapidamente não”, “eles avaliaram [que] valia a pena. Apostaram que a gente não tinha informação, habilidade... Eles disseram: vamos fazer várias palestras”. Esse maquinista, então, foi designado a debater com um alto representante da empresa no Centro de Manutenção de Cavaleiro (CMC).

“[Ele] era um cara experimentado, eu era um menino de vinte e poucos anos... de idade..., novinho, inexperiente. Segundo trabalho meu. Não tinha militância. Eu não tinha argumentação política. Porém, eu, com minha simplicidade, acho que minha verdade... Eu acho que isso é que é importante, o que diferenciava eu [dele] era a verdade, eu era uma pessoa sincera, honesta, que estava ali com o coração aberto. Eu não tava com fantasia, querendo colocar palavras difíceis, eu estava só com a verdade, eu acho que isso foi uma coisa importantíssima no processo entre mim e ele” (grifo nosso).

Ressaltamos que, segundo muito dos entrevistados, os maquinistas (além da verdade e da sinceridade), tinham argumentos técnicos irrefutáveis que o saber de estudantes universitários lhes proporcionava. Nota-se com isso que o debate, apesar de altamente acirrado, não se dava em termos políticos clássicos e sim apoiado num discurso técnico e por uma questão de justiça. Sendo assim, o maquinista deliberado para debater fez

“a exposição do que era a escala mais ou menos, mostrando os números e mostrei que não ia acontecer nenhuma falha... O usuário era importante, sempre estava na nossa mira. Quando nós começamos a operação, o usuário [era] ponto de exclusividade. Isso aí era fundamental... pra que o sistema metroviário não pudesse ter seqüelas nesse sentido. Então o movimento não foi irresponsável, houve uma responsabilidade muito grande”.

Acreditamos que esse sentimento de responsabilidade<sup>86</sup> que, segundo o maquinista em questão, caracterizaria o ato de ousadia, nos remete a dois pontos importantes. Primeiro, nos revela um ponto de intersecção entre o discurso (“espontâneo”) dos maquinistas e o da empresa. Assim, a “pura exterioridade” e o absoluto abismo entre os dois também ruem. Declarar responsabilidade, nesses termos, significava revelar para o restante da categoria e, por extensão, para toda da sociedade<sup>87</sup>, que não se tratava de pura negatividade.

Por outro lado, tal discurso cumpria uma função de agregação dos próprios metroviários. Sem cair na armadilha de achar que o simples fato de serem metroviários

---

<sup>86</sup> Note-se que em várias passagens o movimento foi caracterizado como uma “irresponsabilidade”, mas sempre em um contexto de seu componente político, o que conota uma “quebra” das regras do jogo. Tal caracterização, contudo, acreditamos ser uma avaliação atual dos entrevistados, o que não implica que eles tivessem esse sentimento por ocasião do movimento. A “responsabilidade” a que o maquinista em questão se refere, ao contrário, é mais em um contexto técnico e profissional, o que expressava os limites do horizonte discursivo daqueles agentes sociais que, como vimos, não tinham uma preocupação estritamente política.

<sup>87</sup> Vale registrar nesse contexto que o SINDMETRO, após ter sido deflagrado o processo repressivo, empreendeu uma série de contatos políticos facilitados por Dílson Peixoto e Fernando Ferro. Tais contatos tinham por objetivo pressionar aqueles dirigentes do Metrorec que se alinhavam com a linha mais progressista do PMDB e do PSB integrantes da direção daquela empresa.

lhes conferia sua identidade coletiva, acreditamos que o discurso da “responsabilidade” servia para os homogeneizar. Assim, a categoria dos metroviários foi encontrando elementos gregários que lhes conferia o sentimento de pertencimento. O discurso classista, assim, aparecia como uma possibilidade entre outras e muito em tom de descoberta. Vejamos esse depoimento de MAN 3:

“Um dos nossos companheiros, ele até já saiu, não me lembro o nome aqui agora. Ele uma vez tava na greve... A gente tava na greve avaliando à tarde, um grupo pequeno de pessoas e aí ele disse: “rapaz, só agora que eu to entendendo o que é luta de classe... Só agora eu sei o que é um lado e o que é o outro, o que é o opressor e o que é o oprimido”. Foi um negócio impressionante que ali tinha 15 pessoas... E ele parou pra conversar porque todo mundo tinha acesso à palavra, que havia a necessidade de um ouvir o outro”.

Nesses termos, para MAN 1, a amizade era um fator importante, pois assumir uma greve teria a ver também com “um fator também de... confiança entre as pessoas”. Esta “amizade” entre as pessoas aparece, na voz de um outro maquinista, como fruto de “um sentimento coletivo de que tava sendo feita uma coisa errada e de que a gente podia mudar” (MQT 3). Oportunamente, essa mesma voz nos fornece um importante complemento, para entender aquela superestimativa da força dos maquinistas a que se referiu EST 4, acima. Isso porque ele vincula à concentração de trabalhadores em um mesmo lugar à amizade. Temos, desta forma, um tempero simbólico adicionado ao fato “real” da concentração física do contingente de maquinistas.

A identidade de grupo, assim, segundo aquele maquinista, pôde ser “solidificada ali dentro... porque existiam pessoas... que confiavam umas nas outras: amigos, né?” Esse fator apareceu nas entrevistas com tanta força que MQT 4 revela que “até hoje, é... eu sempre encontro, eu sempre vejo... converso, a gente... criou um... vínculo né? Um vínculo emotivo maior, né?”. Isso a ponto de MQT 2 afirmar que ele, hoje em dia, costuma dizer a sua família que “poucas pessoas entram na minha casa. Eu preciso ter uma convicção do caráter, da personalidade da pessoa, conviver com

tranqüilidade [e] 90% daquelas pessoas [que participaram do movimento pela 4x2x3] entrariam na minha casa”. Do ponto de vista do movimento, assim, “a amizade levou a confiança no processo de você assumir aquilo, uma coisa de risco... Mas você sabia que aquelas pessoas que tavam ali não iam recuar” (MQT 3).

Outros fatores – que já foram genericamente aludidos ao longo desse capítulo -, contudo, além da concentração física dos maquinistas, contribuíram para esse vínculo interpessoal. Nesse contexto, coletamos comentários referentes à entrada por concurso público, como uma forma de identificação; faixa etária, pois eram todos jovens; nível intelectual, já que eram universitários em sua maioria; estado civil, a maioria era de solteiros; e mesmo a própria “cultura na empresa” que prezava pela noção de “família ferroviária”, como dizia um dos altos diretores. Particularmente interessante foi a observação de EST 1 que “tomando cerveja, a gente mapeava quem era pelego, não era? Quem era pelego e não era nem aceito no nosso grupo”.

Se focalizarmos, contudo, as diferentes leituras que detectamos em relação à experiência dos metroviários, ficará evidente a contingencialidade da construção de sua identidade. Tal fato remete à heterogeneidade do social da qual parte o processo de estabelecimento de equivalências.

#### 4.5. A avaliação: construindo o significado da greve

Após ter abordado, dentro dos limites dessa pesquisa, o fenômeno da ousadia dos maquinistas e a relação dessa ação com a identidade coletiva então construída, cumpre-se aprofundar um pouco mais acerca da relação entre o discurso “espontâneo” desses agentes sociais e o mito democrático-revolucionário. Tal tarefa pode ser mais bem acessada se focalizarmos como os agentes sociais envolvidos avaliam o

movimento. Assim, o termo “espontâneo” nas avaliações parece emergir exatamente conotando aquilo que não teria um caráter estritamente político. Nesse sentido, MQT 1 entende que “a política seria só uma repercussão, um desdobramento”.

De outra forma, um militante da Convergência Socialista (EST 2) compreendia que “aquela greve foi uma, um exemplo assim de... do momento político do país. O movimento sindical e o movimento político... é, de luta mesmo, de classe” (grifo nosso). Assim, para o militante revolucionário (FDR), o elemento espontâneo é posto em equivalência com uma pretensa “ideologia de classe”<sup>88</sup>. Tem a ver com a “força e disposição” inata das bases. Ainda que medindo bastante suas palavras, esse entrevistado vincula o movimento pela 4x2x3 com “um movimento muito forte que foi o das oposições sindicais, que eram movimentos que... os trabalhadores, nas fábricas, nos bancos... organizavam independente do sindicato, né?”. Ou seja, os trabalhadores apenas necessitavam de uma direção que desse conseqüência a seu espírito revolucionário<sup>89</sup>. Não precisariam, muito menos, da estrutura sindical oficial: seriam capazes de se contrapor à ordem vigente a partir de seus próprios (e autônomos) meios organizativos. Nos seus termos, mesmo que o SINDMETRO fosse um sindicato “pelego”, “atrelado à direção da empresa”, “eu acho que haveria sim, de qualquer maneira, essa greve”. A explicação para sua previsão é que essa última tinha exatamente um “cunho espontâneo”. Assim, o movimento pela 4x2x3

“é a proposta mais avançada que existe pra uma... luta de classe dentro do movimento sindical. É a ocupação de fábrica, né? É onde se põe em questionamento de quem é o dono da propriedade. A propriedade é dos trabalhadores ou é uma propriedade privada, quer dizer, né? Tanto é que houve, por exemplo, na CSN, apesar de ser uma propriedade do Estado, mas houve uma repressão muito forte, né? Com mortes inclusive... né? Na... invasão pra... fazer, provocar a desocupação, né? A intervenção do exército pra provocar... por quê? Porque ele queria que aquilo fosse um exemplo, a ocupação dos trabalhadores, da CSN, fosse um exemplo para os demais trabalhadores. Então essa questão é um clímax. Eu acho que é um... clímax, né? Da luta

<sup>88</sup> Não devemos perder de vista a heterogeneidade do discurso petista. A partir desse momento, então, faremos mais alusões às filiações “ideológicas” dos entrevistados.

<sup>89</sup> Lembrar da crise de direção a que se referia Trotsky no Programa de Transição.

sindical, né? Onde as ocupações... Elas era colocar um cheque... o sindicato, em cheque a questão do poder mesmo da propriedade privada que em síntese é o poder... do capitalismo, né? Quer dizer: ninguém vai ter poder capitalista se a propriedade privada... for pra mão dos trabalhadores. Quer dizer, não vai mais ser do capitalista. Então... os sindicatos dos metroviários... assumiram também... essa linha de combatividade, de ação direta, de ocupação, de questionamento do poder, nas últimas conseqüências, de forma muito tranqüila, inclusive, né? A ocupação que houve da greve... na campanha salarial de no máximo 88... Eu acho, houve a ocupação de Recife. Foi uma coisa até, talvez, até espontânea... É que não houve muita dificuldade da diretoria do sindicato convencer a base pra isso, né? (MAN 1)”.

Perceba-se a diferença de avaliação do nosso militante católico (MAN 1). Para esse, o movimento em questão não pode ser caracterizado como “espontâneo”, uma vez que havia “um planejamento. Ela [a greve] tinha um objetivo a ser alcançado, que era a questão da jornada de 6 horas... Ela tinha uma tática que era implementar uma escala a revelia da escala da empresa”. O pertencimento de classe para esse militante tinha um significado bem diferente do inscrito pelo militante revolucionário. Nesse sentido, o que a greve tinha de específico não era uma luta aberta contra o capital, mas sua “característica diferente” era que

“o retorno da jornada de 6 horas... não era um retorno financeiro. Era um retorno social.. É que você tinha um trabalhador que trabalhava de noite... de manhã... de tarde... domingo.. feriado... Quando a família dele tá em casa ou tá passeando... a família no feriadão, ele tava trabalhando, por exemplo. Então isso tinha o objetivo de garantir mais repouso pra esse cara, pra que ele pudesse investir mais... no seu lado social” (grifos nossos).

Os valores aqui focalizados são aqueles mais vinculados à família e à comunidade em que se mora. Ao contrário do militante trotskista, não há um destaque à capacidade de independência organizativa dos trabalhadores. Tal contraste entre os entrevistados, por sua vez, nos remete à tensão existente no próprio mito democrático-revolucionário no que tange à necessidade de ampliação de seu sujeito, a que nos referimos nos capítulos anteriores.

Já para o militante do PRC (EST 4), numa clara atitude autocrítica, pois “um dos grandes arrependimentos que eu tive foi não dizer que eles não fizessem [a implantação da escala]”, sua postura teria se caracterizado por uma inegável

“ambigüidade”. Assim, ele ficou bastante empolgado com a possibilidade de implantação da escala, uma vez que considerava, devido a sua crença na força política dos maquinistas, que “a empresa não teria como desfazer” a escala. Tratando-se de um militante, contudo, que deveria ter *responsabilidades* perante os destinos do movimento, “eu também já tinha a opinião de que nós vínhamos de um processo que ele tinha sido vitorioso e que nós entraríamos dentro de um processo, num outro processo político de enfrentamento, absolutamente isolados”. Ou seja, mais uma vez, a voz anarquista vem à tona. Isso nos remete ao clássico debate da necessidade de se atuar ou não por dentro das estruturas existentes. Assim, os rituais (institucionais) da negociação salarial já tinham sido cumpridos e não caberia a dirigentes responsáveis empurrar a categoria para um processo de desgaste político inconcebível.

Dessa forma, a articulação discursiva impetrada pelos maquinistas (elementos excluídos do real) tinha que se relacionar com as instituições vigentes. Não poderia gozar da autonomia que se pretendia. Assim, ainda segundo EST 4, aquele era “um movimento que se achava revolucionário, [mas] nós éramos revolucionários e nós não fomos consultados [risos] pra discutir sobre essa revolução”. Qualquer ação política, nesse sentido, implica no cálculo do não “isolamento” com que se preocupava esse militante. Partindo, então, desse entendimento, é que ele pôde formular sua autocrítica, pois aquela “avaliação que a gente fez, né? A avaliação que... que a gente não... vou falar, que eu fiz, não é? Foi uma avaliação extremamente ingênua”.

Em tese, essa autocrítica nos remete à lógica do fazer político que, como nos referimos no capítulo 2, é a lógica do populismo no sentido que lhe atribui Laclau. Todo discurso político, assim, tem que se inserir em uma comunidade social para fazer circular valores. Nesse, inexoravelmente, encontrará resistência para o estabelecimento de novas equivalências entre valores novos e os já inseridos na referida comunidade. O

que aqui podemos verificar de forma privilegiada é que os discursos abrangem uma dimensão extralingüística que está inscrita nas instituições sociais. Vejamos, assim, como podemos visualizar essa questão na forma como o movimento pela 4x2x3 se afigura atualmente para nosso entrevistado:

“porque era uma coisa que só me veio... à mente dez anos depois, não é? É que, no fundo... nós estávamos desafiando o sistema, o processo de produção capitalista naquilo que ele tem de mais sagrado, que é o poder de comandar, certo? E a partir dali, a partir do momento que nós desafiávamos o sistema dentro desse poder de comandar, certo, não tava mais em jogo ali o problema do dinheiro, o problema da gestão, ou seja, de administrativamente ser viável ou não, ou seja lá o que for. O que tava em jogo ali é que alguém havia colocado a empresa numa situação, na qual ela não mandava mais sobre como a escala de serviço iria funcionar. A partir dali, você tava desafiando tudo na empresa e nós não fazíamos essa avaliação, nós não fazíamos a avaliação de que até que ponto nós poderíamos ser tão desafiadores”.

Sendo assim, o entrevistado recorda da surpresa demonstrada pelo então presidente da CUT estadual Dílson Peixoto, pois “eu me lembro que na época ele chegava com uma cara assim de quem [risos], ‘o que é que aconteceu?’, ele perguntava nessas palavras, ‘o que é que aconteceu que eu não tô entendendo. [Ora] se eles fizeram um acordo há dois meses atrás... Rapaz, vocês são loucos!’”. Ao que se respondia para o presidente da CUT: “vocês [nós] não, eles”. E Dílson Peixoto retrucava: “mas vocês são da direção do sindicato!” [risos]. Eis que o termo “espontaneísmo” emerge com um novo significado para esse entrevistado. Assim, deveria ter havido uma avaliação das “demais conseqüências dentro do contexto político”, porque aquela “era uma radicalidade, né, espontaneísta no sentido da política. Ela não questionava explicitamente essa relação de poder dentro da empresa. Ela questionou na prática, mas ela não foi, na minha opinião, ela não foi um processo político pensado”. Ou seja, todo o processo local era pensado a partir de uma lógica de correlação de forças que se inseria no jogo político da democracia. Longe de adotar uma postura normativa, deve-se considerar que tal discurso tensionava o mito democrático-revolucionário, no sentido de reprimir novas articulações de sentido, o

que revela o poder social já inscrito em tal mito.

Alternativamente, um dos militantes vinculado à tendência majoritária do PT, Articulação (EST 3), nos proporcionou um significado bastante interessante para o significativo espontaneísmo. Para esse, ao contrário do militante do PRC e coincidentemente com o militante da Convergência, espontaneísmo ganha tons positivos. A diferença em relação ao revolucionário da Convergência, no entanto, é que esta positividade, apesar de nos remeter à base, às massas, não se põe em equivalência com uma essência revolucionária na perspectiva clássica, mas com um certo espírito do “povo aguerrido contra a ditadura, contra o autoritarismo” (grifo nosso). Relaciona-se, pois, com a “conjuntura política do país”; com “encarar, né? Enfrentar... a empresa, que representava o governo federal, né? Como ainda uma continuidade daquela luta contra a ditadura”. Ou seja, o espontaneísmo, ao se vincular, a um só tempo, às bases e às instituições democráticas em emergência, nos propicia a oportunidade de vislumbrar a crença - observando-se os preceitos da democracia operária - na possibilidade dos setores populares invadirem todos os poros da sociedade rumo ao socialismo democrático.

Contudo, não nos forneceu indícios de uma compreensão que enquadrasse o processo político em que se inseria o movimento pela 4x2x3 num escopo meramente institucional. Ao contrário, ele era “fabuloso”, era “um movimento vivo, um movimento sindical, um movimento social... Todos aqueles movimentos daqueles... anos memoráveis não pediu... surgiu, entendeu? Da força das pessoas que faziam... que trabalhavam no metrô”. Ou seja, eram espontâneos, “maravilhoso”, “massas de pessoas que estavam tendo consciência política... e que queriam... que não queriam ficar caladas não queriam... ficar na mesma, entendeu? Ser obedientes, como foi durante a ditadura”. Aquilo era diferente de um movimento “vamos dizer, que vem de

cima pra baixo, né? Uma coisa muito forçada, que esse movimento de cima pra baixo... Ele nunca... ele nunca vai ter uma luz própria, né?” (grifo nosso). Essa luz, todavia, não era uma luz que remetesse a uma essência exclusiva da classe operária. Note-se bem que,

“se o ABC paulista foi no início da década de 80, né? Nesse período acho que era..era mais os serviços públicos, né? Acho que mais o servidor público é... que tava... até por conta da... Em 88, né? O direito de sindicalização, né? Foi em 88. Em novembro, né? Realmente foi um pouco depois, mas pegou a gente no metrô, a sindicalização do servidor público, né? Acho que a bola da vez ali era realmente os trabalhadores, né? Não mais das fábricas, mas os trabalhadores de outros segmentos, professores também, não é? Quer dizer: ampliou a luta da sociedade, ampliou das fábricas e do campo para, vamos dizer, os setores de trabalhadores... Vamos dizer: do serviço público e outros trabalhadores também, né? Do setor privado também, professores do setor privado.”

Esse apego ao movimento vivo das bases, que não vem de cima para baixo, mas, ao contrário, é “espontâneo”, parece representar aquela segurança necessária, aquele núcleo irradiador da ideologia operária que vimos no capítulo anterior, para que o mito democrático-revolucionário pudesse expandir sua vigência social e arriscar a “tentação reformista” (Carvalho, 1990).

Podemos, assim, entender, com o nosso militante católico (MAN 1), que “quanto maior o espaço democrático, certo, vamos dizer assim, dentro da democracia burguesa, vai ficando mais fácil pras organizações populares... pros movimentos sociais se organizarem... e se impor, com a sua pauta de reivindicação, com suas propostas”. Nesse sentido, a própria Constituição, apesar “do PT ter desautorizado... que... os parlamentares assinassem aquela constituição”, representava um avanço “da sociedade, em relação a uma estrutura mais democrática”. O sindicalismo aí incluído, a experiência dos metroviários, se enquadraria num processo de se arrancar “concessões” da burguesia, que, por sua vez, teria como objetivo “segurar o movimento”, pois tacitamente delimitava o “espaço máximo permitido que eles pudessem permitir que a gente avançasse”.

Assim, apesar desse processo ser “uma questão de você saber trabalhar com...

essas concessões que a burguesia fazia pra você tentar avançar além daquilo, né?” Tal avanço, que remete a uma “democracia popular”, passava pela institucionalização do movimento e pela participação no jogo democrático,

“porque você tava colocando lideranças pra serem colocadas pra população a nível nacional, né? Como foi o caso de Lula, como foi o caso de João Paulo no Recife, né? Que era o presidente da CUT, né? Que era uma grande liderança metalúrgica, né? Que tinha uma grande influência também da área da igreja... dentro do movimento popular também... já que João Paulo também era... fazia parte de associação de moradores, fazia parte do movimento de igreja, fazia parte do movimento sindical. Era um momento, também, de você colocar em pauta várias propostas do movimento popular... Por exemplo, a questão do transporte público, que era um movimento que vinha desde o início dos anos 80, com a comissão de luta do Ibura... O pessoal da Federação das Associações dos Moradores de Casa Amarela, né? Aí tinha o pessoal do Morro da Conceição... bastante organizado lá, com... padre Reginaldo Veloso... O pessoal do Ibura, né? O conjunto dos moradores do Ibura, que era muito importante para a questão dos transportes... Então, são várias... Na época... tavam surgindo o Movimento de Defesa dos Favelados, que era o MDF, por exemplo. Então, tinham vários movimentos que surgiam ali dentro, né? No sentido de... A gente tava nesse bolo, né? O movimento sindical tava nesse bolo. O sindicato dos metroviários tava nesse bolo. A gente saiu justamente na ebulição, né?”.

Perceba-se que esse avanço popular rumo a espaços cada vez maiores nas instituições democráticas e a partir de uma lógica da expansão da democracia participativa e direta nos remete à crença na plena representação do social. É com base nessa crença que nasce a “tentação reformista” e, com ela, o gosto de construir, de ser propositivo. Vejamos, outrossim, como tal perspectiva, que se insinuava no discurso petista no final da década de 1980, pode ter se expressado na experiência sindical dos metroviários de Pernambuco.

#### 4.6. Oxente, o metrô (realmente) é da gente?

Nós vimos que a deflagração de um enérgico processo repressivo contra os metroviários, a partir da implantação da escala alternativa 4x2x3, precipitou o então chamado “exílio” dos seus principais líderes, inclusive três diretores do SINDMETRO. Tal fato precipitou, de forma inequívoca, a necessidade de o movimento fugir do

isolamento de onde surgiu devido à necessidade inicial de sigilo. Vimos, dessa forma, que a experiência sindical em questão, por vários meios, vinculou-se ao discurso do PT e ao processo de transição democrática. Nesse contexto, relaciona-se com o mito democrático-revolucionário que, devido à resistência de sentido que se lhe impunha, não pôde apoiar tal movimento sem reservas. Assim, a análise que se segue procedeu-se tendo como pano de fundo a gradual inserção do PT na chamada frente institucional e a subjacente crença na plena representação do social.

O seminário “Oxente o Metro é da Gente” foi realizado em julho de 1989 e tinha como objetivo discutir os seguintes pontos: relações de trabalho, projetos de expansão do Metrorec, estadualização, política de integração com o transporte rodoviário e relação do Metrorec com a população lindeira. Foi uma realização do SINDMETRO com o apoio e a simpatia da direção do Metrorec. A realização do seminário, contudo, não se tratou de uma unanimidade entre os diretores do sindicato. Para analisar este evento, gostaríamos de estabelecer as eleições presidenciais do referido ano como pano de fundo. Nesse contexto, a possibilidade de eleger Lula para presidente já alentava os sonhos de muitos militantes cutistas.

Assim, na opinião de MAN 3 (militante do PCdoB), esse seminário que, como vimos, se realizou em clima de amistosidade com o Metrorec, foi “o momento mais politizado, do ponto de vista teórico, que a gente teve”. Representava, assim, que “a gente tava evoluindo”, “que a gente tava saindo do gueto”, o que poderia soar natural, em se tratando de um militante comunista. No entanto, isso poderia parecer bastante estranho para discursos investidos pela FDR. Se MAN 2, ativo organizador do evento, acha que não fazia mais sentido “que existisse [esse] negócio de que peãozada é peãozada e engenheiro é engenheiro, chefe é chefe e tal”, por outro lado, EST 2 achava que deveria se considerar o fato de que ainda “tinha diretores, por conta da greve dos

maquinistas, diretores que ainda estavam... demitidos” e que, portanto “esse confronto ainda não tinha sido resolvido”. Assim, “estar na mesa... diretor do sindicato e membro da direção da empresa, que ainda era do Governo Sarney, isso... sim... foi uma coisa muito estranha... dentro dessa... vida de do sindicato dos metroviários”.

Deparamo-nos, aqui, com a mais genuína tensão do mito democrático-revolucionário. Eis a questão: como invadir todas as instâncias da sociedade da mais genuína democracia operária, sem desconsiderar valores pertencentes à tradição da luta de classes? Ainda mais: como transformar a empresa num espaço democrático, sem estabelecer um lócus político que compreendesse os dirigentes da empresa? Ou seja, um lócus político que não compreendesse aqueles que são os “outros”, nossos diferentes? Não se resvalaria na execução de uma política feita num “espaço etéreo” (acusação de Rosa Luxemburgo aos anarquistas), isolado, caso não se abrisse àquelas práticas articulatórias?

Note-se que as eleições presidenciais se aproximavam e isso, para EST 2, fazia com que houvesse “uma expectativa de que ele [Lula] fosse para a disputa, de que ele fosse... vencer uma eleição. Por exemplo, havia aquela, uma ilusão, vamos chamar assim, de que haveria, com a vitória de Lula, a concretização desse poder dos trabalhadores, né?” Ou seja, a tentação estava posta e a crença na plena representação daquele movimento dos trabalhadores (setor popular) por parte dos militantes respaldava tal tentação. A pauta eleitoral, e com ela todos os valores da democracia representativa, assim, parece ter invadido os espaços da sociedade civil. Com o movimento sindical, não seria diferente. MQT 4 presta um excelente depoimento nesse sentido:

“89 foi o ano que à medida que ele foi caminhando, foi o mais efervescente... que teve a eleição presidencial... mais até do que 2003. Aí é um absurdo, aquele movimento de 89 foi uma coisa impressionante, chegou um momento que tudo que se fazia, tudo... a maneira de dizer, nas entidades, na CUT, no sindicato dos trabalhadores, direitos humanos e tal, chegou o momento que as entidades refletiam o momento político. Eu to falando de OAB, de CREA. Chegou o

momento que tinha que se posicionar, talvez não tão abertamente, que não era de praxe e coisa e tal, mas, nas entrelinhas, ali, acolá, as atividades... tava no bojo da campanha política do Lula” (grifo nosso).

Perceba-se que as entidades da sociedade civil passaram a “refletir” o momento político, ou seja, o lócus do fazer político parece que começava a se estabelecer. Subjacente a esse deslocamento do fazer político, estava o estabelecimento de equivalências de valores, o que comprometia as intenções iniciais de fidelidade às bases, mesmo que isso não fosse percebido por aqueles agentes sociais. O não-posicionamento em relação à campanha eleitoral em curso significava o isolamento político das forças que assim procedessem. A lógica política hegemônica parecia esmagar qualquer valor que fosse externo àquele sistema de significação. Participando dessa lógica eleitoral, com chances concretas de ganhar, o antagonismo do mito democrático-revolucionário expressava a sua dimensão conservadora. Nosso mito mostrava que sua dimensão dicotômica já não era tão radical, pois ele, ao comungar de uma estrutura discursiva como *momento diferencial*, já não estava apto a *articular elementos* livremente. A pergunta que se impõe é se realmente valeria a pena trilhar a estrada da tentação reformista.

Consideramos que longe de se tratar de mera questão de escolha, estamos diante de uma questão de necessidade. Isso porque toda estrutura discursiva se constitui a partir da articulação de elementos contingentes e é, assim, “essencialmente instável” (Laclau, 1986: 43). Abrir-se a práticas articulatórias cada vez mais amplas no sentido de se universalizar, ou seja, tornar-se estável e objetivo, parece ser o destino de todo mito. Mas, então, coloca-se outra pergunta: valeria a pena antagonizar com a ordem estabelecida, já que as intenções iniciais dos mitos perderiam seus valores iniciais no emaranhado das redes semióticas? A resposta pode se encontrar no fato de

que os elementos potencialmente antagônicos articulados pelos mitos, ao inserirem-se em cadeias de equivalência, não têm apenas seus elos “deformados”. Pelo contrário, há alterações nas redes semióticas como um todo. Isso, em última instância, gera o processo de mudança (transmutação) social.

Assim, o movimento dos metroviários pode ser conceitualmente enquadrado numa experiência radical de democracia. Com efeito, nessa concepção de democracia, o dissenso, ao invés do consenso, é que deve imprimir a tônica do jogo político. É, assim, através da articulação de elementos externos à estrutura discursiva hegemônica, que se pode engendrar os movimentos sociais *stricto sensu*: aqueles movimentos destinados a tentar subverter as regras do jogo estabelecido, o que inclui o campo (institucional) em que se dá a rivalidade entre adversários políticos. As experiências radicais de democracia, assim, seriam aquelas capazes de questionar as regras estabelecidas.

Para que tal possibilidade se materialize, entretanto, o sujeito investido pelos mitos não pode estar circunscrito a uma pretensa objetividade do social, pois essa reduz todo antagonismo a uma essência humana “universal” (Laclau, 1994: 38) inscrita no interior de um mesmo sistema opressor. Assim, haveria uma mútua dependência das partes antagônicas, o que retira da dimensão dicotômica seu caráter radical. Vimos, ao longo de nossa reflexão até o momento, ao contrário da crença racionalista do imaginário marxista, quão heterogêneos – e por vezes díspares – eram os fatores motivacionais e as leituras em torno da experiência dos metroviários. Constatamos quão duvidosa é a atribuição natural de qualquer vínculo (universal) de classe àqueles agentes sociais. Pudemos observar que o enquadramento daquela experiência numa ordenação do social remete a uma complexa rede interdiscursiva que apenas remotamente conseguimos esboçar.

Por outro lado, percebemos a necessidade imperiosa dos mitos se abrirem ao

processo articulatório em busca de hegemonia, ou seja, para evitar seu “isolamento”, tendem a sua expansão. Mas no momento mesmo em que trilham o caminho imaginado como os meios corretos para a consecução de seus projetos, os agentes sociais coletivos redefinem incessantemente sua própria identidade. Dessa forma, a radicalidade da dicotomia expressa pelos metroviários foi interdita, pois essa busca de expansão (fuga do isolamento quando do movimento pela 4x2x3) inexoravelmente leva os mitos a recorrerem à dimensão universal (discurso classista do mito democrático-revolucionário) que encarne o sujeito particular. Como corolário, a crença na plena representação do social, que parecia não mais resistir, pois não se tinha uma essência inscrita no social, é novamente requisitada, pois passa a ser preenchida pelo próprio mito.

Nesses termos, “incompletude e provisoriedade pertencem à essência da democracia” (Laclau, 1994: 43). Ou seja, a externalidade dos mitos advém da particularidade e contingência das estruturas sociais e seus deslocamentos. Entretanto, mesmo que sua vocação hegemônica remeta-os a um universal (que, por sua vez, nos remete à possibilidade de sua plena representação), a consciência do caráter provisório e parcial da encarnação do universal no particular pode abrir novas perspectivas ao fazer político. Vislumbra-se, então, a possibilidade da desdogmatização da práxis. Livres da obrigação de levar a cabo pretensas tarefas históricas, os agentes sociais coletivos podem se propor articulações discursivas que se destinem a subverter arranjos sociais que os oprimem, mas tendo consciência da provisoriedade/instabilidade de qualquer discurso. Como corolário, na busca pelo estabelecimento de novos direitos, amplia-se consideravelmente o campo destinado ao fazer político.

## 5. Considerações finais

---

Após todo esse percurso, cabe-nos tecer algumas considerações a guisa de conclusão. Em primeiro lugar, reafirmamos a importância de se estudar mitos de democracia, a partir da perspectiva laclauiana aqui adotada. Entender o discurso mítico como aquele que investe um sujeito capaz de erigir-se agente antagônico a uma estrutura discursiva hegemônica, pode significar uma concepção de democracia como algo bem mais amplo do que um conjunto formal de procedimentos. Isso porque o sujeito mítico subverte a estrutura discursiva hegemônica e os sentidos nela fixados. Assim, a democracia revela-se um palco de experimentação de direitos, cujo sistema de significação é constantemente subvertido, a partir do que escapa ao dito sistema, ou seja, pelo que não consegue abarcar. Dessa forma, os deslocamentos estruturais prestam-se como oportunidades históricas para o surgimento de articulações de novas cadeias de equivalência. Tais deslocamentos ocorrem devido a crises naquele sistema de significação.

Defendemos, ao longo deste trabalho, a tese de que o discurso petista da década de 1980, tomado, aqui, como mito democrático-revolucionário, pode ser entendido a partir do conceito acima mencionado. O PT, assim, teria subvertido aqueles sentidos que restringiam o espaço político da democracia, fundamentalmente, ao parlamento. Ao propugnar uma democracia participativa e, por vezes, direta, o PT ampliava o espaço destinado à disputa política, e deslocava as fronteiras delineadas entre o público e o privado. Em outras palavras, o PT ampliava direitos a partir da articulação daqueles elementos excluídos dos discursos hegemônicos.

Tal articulação, no entanto, era contingencialmente envidada a partir de uma objetividade historicamente construída. Vimos como o discurso petista foi capaz de

articular e por equivalência o discurso legalista do novo sindicalismo, o discurso da Igreja Católica e o discurso das esquerdas revolucionárias. Tal *equivalência*, entretanto, se dava a partir de uma *diferença*. A crítica radical à política tida como reformista dos partidos comunistas, que estreitara laços com o peleguismo no âmbito do sindicalismo, viria a se somar à histórica exclusão das classes subalternas no Brasil. O autoritarismo do Estado populista de Vargas e da então recente ditadura militar justificavam e impulsionavam uma articulação discursiva que se pretendia autônoma, organizada pelas bases e, portanto, radicalmente democrática. Ao mesmo tempo, por não alimentar dúvidas quanto ao caráter burguês e conservador do Estado brasileiro, e ser crítico a uma política vanguardista ou cupulista dos comunistas, se propunha a construir a revolução no Brasil a partir de um amplo movimento democrático de massas.

Por outro lado, a referida concepção de mito consegue romper com uma visão essencialista de sujeito. De acordo com tal abordagem, ao envidar práticas articulatórias, os elos das cadeias de equivalência sofrem transformações. Como corolário, a identidade dos agentes sociais, inseridos em práticas sociais concretas, não permanece inalterada. Ao contrário, passa por um constante processo de redefinição, o que torna duvidosa a crença na existência de um programa político cujas tarefas sejam naturalmente e para sempre vinculados a um grupo ou classe social. Nesse sentido, tentamos mostrar ao leitor que o mito democrático-revolucionário, inserido que estava dentro de um imaginário marxista, alimentava a crença na plena representação do social. Sendo assim, um governo dos trabalhadores seria aquele no qual, finalmente, as classes trabalhadoras e os oprimidos estariam essencialmente representados.

Nesse contexto, levando-se em consideração o surgimento de um multifacetado conjunto de movimentos sociais no Brasil da década de 1980, e o concomitante surgimento de novos agentes sociais no cenário político da nossa sociedade, o mito

democrático-revolucionário estabeleceu uma equivalência que fez encarnar a essência da classe operária no conjunto dos brasileiros explorados. Essa equivalência teria, outrossim, se apresentado como uma solução original no sentido que permitiria ao PT participar do jogo democrático em curso, sem, contudo, perder a dimensão antagonística e autonomista de seu discurso. Consubstanciado pela essência radicalmente democrática da classe operária, o movimento de massas, capitaneado pelo movimento sindical, do qual o PT surgira, representaria uma onda democrática a ser difundida em todos os poros da sociedade brasileira.

Devemos, todavia, lembrar ao leitor da impossibilidade de uma cadeia de equivalências se estabelecer como pura positividade. A objetividade da estrutura discursiva hegemônica, negada pelo mito democrático-revolucionário, também lhe é interdita. A dimensão relacional do discurso mítico remete a sua necessária inserção no contexto político das práticas articulatórias. Essas últimas são disputas políticas e, para se materializarem, requerem o estabelecimento de espaços, que tendem a se institucionalizar, pois fixam sentidos e regras. Por outro lado, toda estrutura discursiva é susceptível a constantes recriações, pois é fruto de escolhas num campo de indecibilidade.

A discussão sobre a conceituação de populismo no Capítulo 2 nos foi particularmente útil para demonstrar a impossibilidade dos discursos políticos se constituírem de forma inteiramente autônoma. Assim, seja num populismo conservador ou de esquerda, tal fenômeno político se estabelece a partir da necessidade dos agentes sociais se articularem com outros setores da sociedade. Essa lógica do fenômeno populista, como vimos no mesmo capítulo, pode ser tomada como uma lógica própria do político. Com o PT não foi diferente. Ao estar inserido no espaço institucional da transição democrática, não poderia operar livremente equivalências de valor e se abria às práticas articulatórias. Dessa forma, sofreria resistências impostas

pela estrutura discursiva hegemônica e deformações decorrentes das equivalências operadas. Como corolário, a identidade do sujeito mítico petista passou por mutações ao longo da década de 1980.

Essa discussão acerca da preservação de um espaço autônomo para uma política de esquerda, por seu turno, pôde ser bem visualizada no clássico debate no marxismo sobre a relação entre partido e sindicato. Nesse contexto, visualizamos que a noção de uma vanguarda, que seria portadora de uma consciência “social democrata”, em estado latente na classe operária, estava vinculada à lógica da necessidade e da contingência. Assim, constituir-se em vanguarda portadora de uma ideologia, naturalmente pertencente à classe operária, foi uma forma de lidar com a heterogeneidade do social e evitar o isolamento político.

Por outro lado, a contingencialidade de tal formulação, vista como uma escolha política, foi evidenciada pela posição dos anarquistas, que não aceitaram a representação daquela vanguarda. Os sindicatos, dessa forma, seriam vistos como espaços radicalmente autônomos e germes de uma sociedade em que todo poder seria erradicado. O não reconhecimento daquela representação significava, em última instância, o não reconhecimento da democracia como estratégia para se chegar à anarquia. O reconhecimento de que os meios importam aos fins desejados nos remete à deformação equivalencial que ocorre à medida das práticas articulatórias.

O sindicalismo petista, como dissemos acima, apesar de defender a autonomia dos sindicatos em relação aos partidos e ao Estado burguês, insere-se, desde seu surgimento, no quadro institucional da transição democrática. Aqui, a encarnação da essência operária num sujeito mais amplo ganha um contraste especial. O respeito radical à participação das bases nos processos decisórios era uma forma de lidar com a questão da representação acima mencionada. Procurava, assim, ao diferenciar-se do

cupulismo e do reformismo atribuídos aos comunistas, estabelecer o vínculo com as bases que possibilitaria a transparência daquela representação. O caráter contingente de tal articulação, por seu turno, expressa-se no fato de que ela não era necessária, ou seja, não se inseria em uma lógica imanente do social.

O sindicalismo, dessa forma, capitanearia o conjunto dos movimentos sociais e seria um centro irradiador da democracia operária. No entanto, com a experiência política dos metroviários, procuramos demonstrar a heterogeneidade do social na perspectiva de que não há uma correspondência perfeita entre o sentido encarnado (a essência da classe operária) e o corpo encarnante. Visualizamos o caráter contingente do processo de constituição da identidade coletiva dos metroviários e como essa não se formava exclusivamente no processo produtivo. O significado de “bases”, portanto, assumiria diferentes vieses de acordo com a filiação discursiva do enunciador.

Por outro lado, ao tomar a experiência dos metroviários como uma prática radical de democracia, conseguimos perceber a tensão entre essa experiência, ocorrida no plano local, e o próprio discurso mítico do PT que, na busca por hegemonia, estabelecia equivalências que tornavam seu discurso estável e universal. Nesse sentido, o sindicalismo petista, com um discurso organicamente articulado, já havia incorporado regras e sentidos fixados à prática sindical. A “política pequena” dos metroviários, assim, seria interpretada, majoritariamente, como uma experiência espontânea, que, por mais interessante que pudesse parecer, teria sido fruto da inexperiência de agentes sociais que não pertenciam à vanguarda.

Tal tensão, assim, se demonstrou reveladora da dimensão conservadora do mito democrático-revolucionário. Confirma, então, de forma eloquente, a impossibilidade de se domesticar o social e o caráter precário de toda estrutura discursiva. Demonstra que o discurso petista é também uma experiência populista à medida que não consegue

manter, mesmo ampliando seu sujeito mítico aos setores populares da sociedade, uma política pretensamente autônoma de classe. Ao abrir-se às práticas articulatórias, o PT sofreu as resistências de sentido do espaço institucional e, ao estabelecer equivalências de valor dentro desse espaço, não pôde absorver a experiência dos metroviários em todo seu potencial radical.

Acreditamos, ao evidenciar tais aspectos do discurso do PT na década de 1980, ter contribuído para uma maior compreensão de um fenômeno político importante para a esquerda internacional, que foi o surgimento do Partido dos Trabalhadores no Brasil. Sendo assim, mesmo tendo consciência dos limites desse estudo, este pode representar um primeiro passo na construção de uma abordagem para a compreensão do processo de mudança social em nosso país. Reconhecendo a importância do PT na história recente do Brasil, apontamos para a necessidade de estudar as mutações de identidade deste partido desde 1990 até os dias de hoje.

Com efeito, a partir dessa década, com a crise do chamado socialismo real no leste europeu e a derrota eleitoral de Lula em 1989, o PT abriu-se a uma controversa política de alianças. O estudo dessa última, tida como prática articulatória, pode se revelar particularmente relevante para o entendimento das estratégias políticas voltadas para a mudança social.

## 6. Referência bibliográfica

---

- ABRAMO, Perseu. (1988), “Proibido ficar perplexo”. *Teoria e Debate*. Nº 3, p. 2-6.
- AÇÃO CATÓLICA OPERÁRIA. (SD), Declaração de princípios. Rio de Janeiro, Reptoarte.
- ANDRADE, Manuel Correia de. (1980), 1930: a atualidade da revolução, São Paulo, Moderna.
- ANTUNES, Ricardo. (1988), *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*. Campinas, Ensaio/Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (1989), *O que é sindicalismo?* 16ª Edição, São Paulo, Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. (1995), *O novo sindicalismo no Brasil*. 2ª edição, Campinas, Pontes.
- ARCARY, Valério. (1990), “Qual é a tua, Convergência?”. *Teoria e Debate*, 10: 54-60.
- BARGAS, Oswaldo. (1988), “Em Debate”. *Teoria e Debate*, 3: 43-45.
- BARTHES, Roland. (1985), *Mitologias*, tradução de Rita Buongermino e Pedro de Souza, 6ª edição, São Paulo, Difel.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. (1974), Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras". Disponível em <[http://www.fgv.br/pesquisas/idx\\_arquivos\\_historicos.asp](http://www.fgv.br/pesquisas/idx_arquivos_historicos.asp)>. Acesso em 01/02/2005 às 10:00 horas.
- BOTTOMORE, Tom. (1981), *Sociologia política*, tradução de Francisco de Assis Pereira, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. (2001), “O fracasso dos conservadores”. *Política Democrática*, ANO 1 Nº 1: 10-14.
- BURITY, Joanildo A. (1989), *Os protestantes e a revolução brasileira: a conferência do nordeste (1961-1964)*. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, datilo.
- \_\_\_\_\_. (1994), *Radical religion and the constitution of new political actors in Brazil: the experience of the 1980's*. Tese de doutorado, Department of Government University of Essex, datilo.
- \_\_\_\_\_. (1995), “Derrida e a teoria social”. *Estudos de sociologia*, 1, 2: 5-20.
- CADERNOS DEMOCRACIA SOCIALISTA. (1988), Programa de Transição: 1938-1988 IV Internacional. São Paulo, Editora Aparte.
- CARONTINI, E. & PERAYA, D. (1979), *O Projeto semiótico: elementos de uma semiótica geral*. Tradução de Alceu Dias Lima, São Paulo, Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. (1990), “Tentação reformista: medo (e gosto) de pecar”. *Teori e Debate*, Nº 10, p. 49-53.

- CÉSAR, Tadeu Benedito. (2002), *PT: a contemporaneidade possível – base social e projeto político (1980-1991)*, Ed. Universidade/UFRGS, Porto Alegre.
- COSTA, Washington. (1988), “Em Debate”. *Teoria e Debate*, 3: 39-40.
- COUTINHO, Carlos Nélon. (1992), *Democracia e socialismo: questões de princípio & contexto brasileiro*. São Paulo, Cortez.
- DAHER, Maria del Cramen F. González & e VARGENS, Dayala P. De Medeiros. (2002), “Discurso político e subjetividade enunciativa: análise de pronunciamento presidenciais de Getúlio Vargas e Domingo Perón”. Disponível em <<http://www.proceedings.scielo.br/scielo>>. Acesso em 02/02/2005 às 11:50 horas.
- DECCA, Edgar Salvadori de. (1984), *1930: o silêncio dos vencidos - memória, história e revolução*. 6ª edição, São Paulo, Brasiliense.
- DERRIDA, Jacques. (1995), *A escritura e a diferença*, São Paulo, Editora Perspectiva.
- FERNANDES, Florestan. (2002), “A revolução burguesa no Brasil”, in S. Santiago, *Intérpretes do Brasil*, 2ª edição, III Volume, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- GENRO, Tarso. (1990), “Gramsci, Rosa e o PT: a história se reflete”. *Teoria e Debate*, Nº 10, 44-8.
- GOHN, Maria da Glória. (1995), *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo, Edições Loyola.
- GRAMSCI, Antonio. (1978), *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. 3ª edição, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S. A.
- HOLANDA, Sergio Buarque. (2002), “Raízes do Brasil”, in S. Santiago, *Intérpretes do Brasil*, 2ª edição, III Volume, Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
- HOWARTH, David e STAVRAKAKIS, Yannis. (2000), “Introducing discourse theory and political analysis” in D. Howarth, A. Norval e Y. Stavrakakis (orgs.), *Discourse theory and political analysis: identities, hegemonies and social change*, UK, Manchester University Press.
- JUNIOR, Caio Prado. (1987), *A revolução brasileira*. 7ª Edição, São Paulo, Brasiliense.
- JUNIOR, Armando Boito. (1991), *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- KECK, Margaret E. (1991), *PT: a lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. Tradução de Maria Lúcia Montes com a colaboração de Isa Mara Lando. São Paulo, Editora Ática.
- KONDER, Leandro. (1991), “A atualidade do marxismo”, in (VVAA), *Caderno Especial de Teoria e Debate*, São Paulo, Teoria & Debate.
- LACLAU, Ernesto. (1978), *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*. Tradução de João Maia e Lúcia Klein, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_ & MOUFFE, Chantal. (1985), *Hegemony & Socialist Strategy*. London, Verso.

- \_\_\_\_\_. (1986), “Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Nº 2, Vol. 1, p. 41-47.
- \_\_\_\_\_. (1993), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. Argentina, Ediciones Nueva Visión SAIC.
- \_\_\_\_\_ & MOUFFE, Chantal. (1993), “Posmarxismo sin pedido de disculpas”, in E. Laclau, *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*, Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión SAIC.
- \_\_\_\_\_. (1994), “Da emancipação à liberdade”, tradução de Joanildo Burity. In Alexandrina Sobreira de Moura, *Utopia e Formações Sociais*, Recife, Editora Massangana.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Misticismo, retórica y política*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- LAHUERTA, Milton. (2001), “Brasil, a democracia difícil: violência e irresponsabilidade cívica”. *Política Democrática*, ANO 1 Nº 1: 84-96.
- LEFORT, Claude. (1974), “Esboço de uma gênese da ideologia nas sociedades modernas”. *Estudos CEBRAP*, V. 10: 5-56.
- \_\_\_\_\_. (1987), *A invenção democrática*. Isabel Marva Loureiro. 2ª edição, São Paulo, Brasiliense.
- LÊNIN, V. I. (1978), *O Estado e a Revolução*. Lisboa: Editorial Estampa.
- \_\_\_\_\_. (1979), *Sobre os Sindicatos*, Tradução de A. Guedes, Z. Alambert e L.F. Cardoso. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- LUXEMBURGO, Rosa. (1979), *Greve de massas, partido e sindicatos*. Tradução do espanhol por José Reis, São Paulo, Kairós Livraria e Editora.
- MAINGUENEAU, Dominique. (1993), *Novas tendências em análise do discurso*. 2ª edição. Tradução de Freda Indursky. Campinas, SP, Pontes.
- MALATESTA, Errico. (2000), *Escritos revolucionários*. Tradução de Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Editora Imaginário.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic. (1980), *Sindicalismo*, Tradução de José Roberto Marinho, São Paulo, CHED EDITORIAL.
- MIRANDA, Anivaldo. (2000), “Esquerda e cultura de poder”. *Política Democrática*, ANO 1, Nº 0: 34-38.
- MOISÉS, José Álvaro. (1982), *Alternativas populares da democracia Brasil, anos 80*.
- MOUFFE, Chantal (1996), *O regresso do político*. Gradiva Publicações, Lisboa.
- MUTZEMBERG, Remo. (1997), *Aonde existe esperança, a gente tem o que pensar: formação das e transformações nas comunidades eclesiais de base no sertão de Pernambuco*. Dissertação de mestrado, UFPE, Recife, datilo.
- \_\_\_\_\_. (2003), “Identidades e movimentos sociais em uma sociedade indomável”. *Política e Trabalho*, 19: 39-58.
- NASIO, Juan David. (1989), *Lições sobre os 7 conceitos cruciais da psicanálise*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (1999), Resoluções de Encontros e Congressos. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. (1983), “Seis interpretações sobre o Brasil” *in* Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: V. 25, n 3. pp. 269-306.
- PINTO, Valesca Peres. (1988), “A vitrine do ABC”. Teoria e Debate, 3: 11-15.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. (1990), *CUT: os militantes e a ideologia*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, José Honório. (1982), *Conciliação e reforma no Brasil: um desafio histórico-cultural*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- RODRIGUES, Iran Jácome. (1997), *Sindicalismo e política: a trajetória da CUT*, São Paulo, Scritta.
- SADER, Eder. (1988), *Quando novos atores entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- SAMIS, Alexandre e RAMOS, Renato. (2002), “Anatomia da crise: do sindicalismo revolucionário ap colaboracionismo cooperativista”. Verve. Nº 1, p. 211-225.
- SANTANA, Aurélio Marco. (2003), “A queda do equilibrista: o PCB e os sindicatos no Brasil (1945-92)” *in* A. C. Mazzeo e M. I. Lagoa (orgs), *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*, São Paulo, Cortez.
- SOUSA, Francisco Carlos. (1988), “Em Debate”. Teoria e Debate, 3: 39-40.
- TORFING, Jacob. (1999), *New theories of discourse: Laclau, Mouffe, and Zizek*. Oxford, UK, Blackwell Publishers.
- TROTSKI, Leon. (1978), *Trotsky: escritos sobre sindicato*, São Paulo, Kairós Livraria e editora Ltda.
- \_\_\_\_\_. (1979), “Introdução” *in* Luxemburgo, Rosa *Greve de massas, partido e sindicatos*. Tradução do espanhol por José Reis, São Paulo, Kairós Livraria e Editora.
- VIANNA, Luiz Werneck. (2000), “A esquerda e os quinze anos da transição”. *Política Democrática*, ANO 1, Nº 0: 12-20.
- WEFFORT, Francisco Correia. (1980), *O populismo na política brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- \_\_\_\_\_. (1992), *Qual democracia?* 2ª edição, São Paulo, Companhia das Letras.
- ZIZEK, Slavoj. (1996), “O espectro da ideologia”, *in* S. Zizek (org.), *Um mapa da ideologia*, tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Contraponto.

## 7. Anexo

ENTREVISTADO	DESCRIÇÃO
MQT 1	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Líder do movimento pela 4x2x3, quando ainda não era diretor do sindicato. Tornou-se militante da tendência trotskista DS (Democracia Socialista).
MQT 2	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Acompanhou os maquinistas como diretor do sindicato. Apesar de se colocar como militante do PT não tinha vínculos com nenhuma tendência. Nutria, contudo, uma simpatia pela tendência majoritária Articulação.
MQT 3	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Líder do movimento da 4x2x3. Tinha tido contatos com o PT no movimento estudantil, mas não era militante ativo e não tinha definição por nenhuma tendência.
MQT 4	Maquinista em sua primeira experiência de emprego. Líder do movimento pela 4x2x3, quando ainda não era diretor do sindicato. Não tinha nenhuma experiência política prévia. Era simpatizante do PT.
MQT 5	Maquinista em sua segunda experiência de emprego. Líder do movimento pela 4x2x3. Tinha contatos com a teologia da libertação, mas não tinha experiência política prévia ou definição partidária.
EST 1	Funcionário do setor de estação em sua primeira experiência de emprego. Tivera contato político com a tendência Alicerce (Convergência Socialista - CS) no movimento estudantil secundarista. Teve participação ativa na greve da 4x2x3 e tornou-se posteriormente diretor do sindicato e militante da CS.
EST 2	Funcionário do setor de estação. Tinha experiência política prévia no movimento secundarista e era ativo militante da CS. Participou da greve da 4x2x3 e tornou-se diretor do sindicato posteriormente.
EST 3	Funcionário do setor de estação em sua primeira experiência de emprego. Tinha experiência política prévia no movimento estudantil como ativo militante petista da tendência Articulação. Participou ativamente da greve da 4x2x3 e tornou-se diretor do sindicato posteriormente.
EST 4	Funcionário do setor de estação em sua primeira experiência de emprego. Tinha experiência política prévia no movimento estudantil como militante do PRC (Partido Revolucionário Comunista) que atuava no PT. Participou ativamente da greve da 4x2x3 na qualidade de diretor do sindicato.
AD 1	Funcionário do setor de administração com ampla experiência em trabalhos anteriores. Tinha experiência política prévia como simpatizante do PCB. Tornou-se, depois militante petista da Articulação. Participou ativamente da greve da 4x2x3 na qualidade de diretor do sindicato.
MAN 1	Funcionário do setor de manutenção em sua primeira experiência de emprego. Tinha experiência política prévia como militante católico no meio popular. Participou ativamente da greve na qualidade de diretor do sindicato.
MAN 2	Funcionário do setor de manutenção em sua primeira experiência de emprego. Tinha experiência política prévia no movimento popular, mas, embora simpatizante do PT, não tinha definição por tendência política. Participou ativamente da greve na qualidade de diretor do sindicato.
MAN 3	Funcionário do setor de manutenção em sua segunda experiência de emprego. Não tinha nenhuma experiência política prévia, mas já tinha contatos com o PCdoB, partido que veio a militar. Participou ativamente da greve da 4x2x3 e só posteriormente tornou-se diretor do sindicato.